



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

DIANA PRISCILA SÁ ALBERTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS: UMA EXPERIÊNCIA
EM CANCÃO, SERRA DO NAVIO, AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável. Orientado pela Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian.

Belém
2010

DIANA PRISCILA SÁ ALBERTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS: UMA EXPERIÊNCIA
EM CANCÃO, SERRA DO NAVIO, AMAPÁ**

Data: _06_/_04__/_2010__

Conceito: _Aprovado_

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian / NAEA-UFPA

Examinador interno: Prof. Dr. Armin Mathis / NAEA-UFPA

Examinador externo: Prof^a. Dr^a. Helena Dóris de
A. B. Quaresma / FACTUR-UFPA

Sempre para eles:
Angélica, Denise e Sebastião

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é um sentimento de carinho e respeito, e são com estes sentimentos que sou grata as pessoas envolvidas diretamente e indiretamente neste trabalho. Assim, agradeço a professora Ligia Simonian, em mais esta empreitada, por ter confiado em meu trabalho acadêmico e profissional. Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em todos os seus setores: a direção por ter-me dispensado ajuda de custo em eventos; a coordenação do mestrado pelo apoio durante o curso; em nome de Rosângela a todos da biblioteca, lugar que passei maior parte do meu curso; ao setor de informática, pelas impressões; as secretarias de eventos, departamento pessoal; ao setor serviço gerais do NAEA.

Aos professores do curso de mestrado que, dentro de suas possibilidades, me ofereceram seu tempo e apoio, assim como professores de outros programas de pós-graduação como da Antropologia.

Ao Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me concedeu a bolsa de estudos, que sem ela a conclusão deste trabalho não teria sido alcançada.

A minha família, aos Alberto, os Sá e os agregados, pela paciência e por entenderem que não pude estar em muitos compromissos familiares e pelo carinho de sempre.

Aos meus amigos de turma de mestrado, em especial a Leonardo, Taty, Lely, Selma, Haroldo, Aiala, Joana e Jacira pelos momentos mais juntos.

As minhas queridas Karla, Ceíça, Marcela, Helena Dóris e Giselle, pelo carinho e apoio nos momentos alegres e de angústia.

A todos os meus amigos da Morada da Flor das Águas, em especial a Vitor, Luzmarina e Maria Clara, que me acolheram neste lar, onde encontrei um caminho novo de paz e firmeza com o nosso Mestre.

Aos colegas Simone e Sidney da reprografia Lima e Cia, pela atenção sempre dispensada a mim e ao apoio com a reprografia durante todo esse tempo.

A atual prefeitura municipal de Serra do Navio, todos os setores públicos entrevistados, assim como, a todos os entrevistados da Secretaria de Estado de Turismo do Amapá – SETUR, em Macapá.

Aos familiares e amigos que me ajudaram em campo, aos meus primos Alex, Márcia e Ramon, pela acolhida em Macapá

Ao IBAMA de Macapá, especificamente a Coordenação de UC e do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, em nome de Paulo Russo, Cassandra Oliveira, Marcela da Marins e Paulo Guedes (*in memorian*).

Aos amigos que fiz em Serra do Navio: Gracinete, Laércio Jr., Mário, Zilma, D. Neoci, Paulo Guedes (*in memorian*) e Nerival, todos os meus entrevistados e pessoas que me disponibilizaram material, a todos com quem conversei em Serra do Navio, enfim, à comunidade serrana, pois sua ajuda e apoio foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Muito obrigada!

Creio que não existe estrada principal na ciência...
estamos numa floresta e descobrimos
o nosso caminho por ensaio e erro,
construindo nossas próprias estradas à medida que avançamos
Max Born (2004, p. 01)

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “Políticas Públicas, Turismo e Unidades de Conservação Municipais: uma Experiência em Cancão, Serra do Navio, Amapá” versa sobre a problemática das políticas públicas de turismo e meio ambiente, enfocando a discussão acerca das categorias novas de estudo que são as Unidades de Conservação municipais – UCM, tratando sobre o Parque Natural Municipal do Cancão, além de destacar uma breve análise sobre a questão sociocultural da cidade, que foi uma das primeiras cidades-empresa de exploração mineral na Amazônia. O objetivo desta pesquisa é o de analisar a dinâmica do turismo e da gestão ambiental, centrada nas UCM, no município de Serra do Navio, enfatizando também como está sendo tratada a questão sociocultural na cidade, a partir de um contexto de que esta antes era uma empresa. A metodologia do trabalho compôs-se de pesquisa bibliográfica e documental em Belém/PA e Macapá/AP; pesquisa de campo na cidade de Serra do Navio, utilizando-se de entrevistas e questionários, com o poder público municipal e estadual, setor privado, e a comunidade em geral, fazendo também, registro visual dos residentes e da localidade, por fim a análise dos dados, quantitativos e qualitativos, a partir da coleta de campo. Os resultados preliminares apontam que o turismo, está aos poucos, se inserindo no município, sendo fomentado pelo governo estadual e também municipal, e que a questão ambiental é um tema significativo para a cidade, já que esta possui um dos primeiros espaços com característica de UCM do norte do Brasil, e por fim, que a sociedade serrana ainda guarda uma memória grande acerca da vivência da antiga empresa mineradora Indústria e Comércio de Mineração – ICOMI.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Políticas Públicas. Unidades de Conservação Municipal. Cancão/Serra do Navio/Amapá.

ABSTRACT

This work, entitled "Public policies, tourism and municipal conservation units: an experience in Cancao, Serra do Navio, Amapa" deals with the issue of public policy for tourism and environment, focusing on discussion of new categories of study which are the units of conservation municipal (UCM), dealing with the Municipal Natural Park of the song, and highlights a brief analysis of the social-cultural city, which was the first city-company mineral exploration in the Amazon. The objective of this research is to analyze the dynamics of tourism and environmental management, focused on the UCM in the municipality of Serra do Navio, emphasizing well as being the issue is socio-cultural city, from a context that was once a company. The methodology of the work consisted of literature and documents in Belem / PA and Macapa / AP; field research in the city of Serra do Navio, using interviews and questionnaires with the municipal and state governments, private sector, and the community at large, doing well, visual record of the residents of the locality and finally the data analysis, quantitative and qualitative, from the collection field. Preliminary results indicate that tourism is gradually inserting itself in the city, and encouraged by the state government and also municipal, and environmental issues is a significant issue for the town as it is has one of the first places to feature UCM northern Brazil, and finally, that the company still has a mountain great memory about the experiences of the former mining company Industria e Comercio Mineraçao – ICOMI.

KEYWORDS: Tourism. Public Policy. Municipal Conservation Units. Cancao/Serra do Navio/Amapa.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Mapa administrativo do Amapá, indicando Serra do Navio – AP.	16
Fotografias 02, 03: Fortaleza de São José de Macapá.	63
Fotografia 04: Construção de Serra do Navio.	70
Fotografia 05: Senhor Farias, antigo morador de Serra do Navio.	71
Fotografias 06, 07 e 08: Construção da vila, Estrada de Ferro do Amapá, escritório central	73
Fotografias: 09, 10: Obras de construção da Vila residencial.	73
Fotografias 11, 12, 13: Porto de Santana, Estrada de Ferro, Centro industrial de Santana.	74
Fotografias 14, 15, 16: Centro, Antiga vila Intermediária, Vila do STAFF em Serra do Navio.	75
Fotografias 17 e 18: Mapa relevo e de satélite de Serra do Navio – AP.	76
Fotografias 19, 20, 21: Paisagem e relevo de Serra do Navio.	76
Fotografias 22, 23 e 24: Centro comercial, Pedra Preta, Área de serrana de Serra do Navio.	77
Fotografia 25, 26, 27: Escola de ensino fundamental e médio, e hospital de Serra do Navio / AP.	79
Fotografias 28, 29, 30: Ocupação desordenada, próximo a torre de telecomunicação da OI/SA.	79
Fotografias 31 e 32: Prefeita, vice-prefeito e secretária de turismo.	85
Fotografias 33, 34, 35: Hotel Serra Norte e proprietária, pousada Borboleta.	87
Fotografias: 36, 37, 38: Hotel Serra do Navio, antigo CCH, entrada, sala de recepção e quartos.	88
Fotografias 39 e 40: Centro de Serra do Navio; locais onde existem pequenos bares e lanchonetes.	88
Fotografias 41 a 46: Pedra Preta; cachoeiras do Sr. Fernando e Sr ^a . Antonia (acima); (abaixo) praça da cidade; igarapé no Cancão e MEC.	89
Fotografia 47: Mapa do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.	96
Fotografias 48, 49, 50: Placa, escritório e alojamento do escritório do PNMTUM.	97
Fotografia 51: Mapa das UC no Amapá.	100
Fotografia 52: Mapa do Parque Natural Municipal do Cancão, Serra do Navio.	103
Fotografias 53 e 54: Castanheira no Parque do Cancão, o pássaro símbolo do Parque, o Cancão.	104
Fotografias 55, 56, 57: Parte frontal do Parque, ramal da Pedra Preta; igarapé do Cancão e lixo neste.	105
Fotografias: 58 a 61: Plantação de castanheiras, orquídeas, pequeno córrego, e abaixo a antiga área de lazer dos funcionários da ICOMI.	105
Fotografias 62 e 63: Antigas minas da ICOMI, hoje são somente lagos grandes com água da chuva.	106
Fotografias 64, 65, 66: Trilha no parque do Cancão; ao fundo a visão da montanha da mina F12; rio Amapari.	107
Fotografias 67 a 69: Rio Amapari, presença de lixo e a esteira por onde o manganês era transportado.	107
Fotografias 70, 71, 72: Grota e paisagem na comunidade da Pedra Preta; ao fundo a serra do Navio.	112

Fotografias 73, 74, 75: Casas, posto de saúde e escola na Pedra Preta, Serra do Navio/AP.	113
Fotografias 76 e 77: D. Maria e Sr. Malaquias, D. Maria e seu farto quintal em Pedra Preta, Serra do Navio/AP.	114
Fotografias 78, 79, 80: Construção do deck na APA do Curiaú.	120
Fotografias 81 e 82: Visita da equipa da SETUR em Serra do Navio.	126
Fotografias 83: Estação ferroviária de Serra do Navio.	134
Fotografias 84, 85, 86: Ex-funcionários da ICOMI: Antonio Barbosa, Deolindo Neto e Selma Barbosa.	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentagem de sexo.	81
Gráfico 2: Percentagem de idade em Serra do Navio.	81
Gráfico 3: Percentagem de grau de escolaridade.	82
Gráfico 4: Percentagem de renda familiar em Serra do Navio.	82
Gráfico 5: Ocupação da população em Serra do Navio.	83
Gráfico 6: Origem da população em Serra do Navio.	83
Gráfico 7: Conhecimento sobre o Parque do Cancão.	114
Gráfico 8: Como teve conhecimento sobre o Parque do Cancão.	115
Gráfico 9: Se foi funcionário da ICOMI.	136
Gráfico 10: Se foi não funcionário da ICOMI, como chegou a cidade.	137
Gráfico 11: Que característica sofreu mudança na cidade.	138
Gráfico 12: O que permanece da ICOMI?	138
Gráfico 13: Que característica cultural que permanece da ICOMI?	143
Gráfico 14: Já participou de alguma atividade cultural na cidade?	145
Gráfico 15: Acredita que o turismo pode desenvolver Serra do Navio?	146
Gráfico 16: Porque a atividade pode desenvolver a cidade?	146

LISTA DE SIGLAS

ABAV/AP – Associação Brasileira de Agencias de Viagens/AP
ABBTUR/AP – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo/Ap
ADAP – Agencia de Desenvolvimento do Amapá
AER – Avaliação Ecológica Rápida
AFAP – Agencia de Fomento do Amapá
ANVISA – Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
APA – Área de Proteção Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CAT – Centro de Atendimento ao Turista
CCH – Conjunto de Casas de Hospedes
CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CEPAL – Comissão Econômica para America Latina
EFA – Estrada de Ferro do Amapá
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
ESTEC – Estação Ecológica
EUA – Estados Unidos da América
FLONA – Floresta Nacional
FSN – Fundação Serra do Navio
IBAMA/AP – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/AP
ICOMI – Sociedade Brasileira de Indústria e Comercio de Ferro e Manganês
ICMS Ecológico – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IEPA – Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional
MEC – Manganês Esporte Clube
MINC – Ministério da Cultura
MPBA – Mineração Pedra do Amapari
MPEG – Museu Paraense Emilio Goeldi
MTUR – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo
PARNA – Parque Nacional
PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PDTIS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNMTUM – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNM – Parque Natural Municipal
PNM do Cancão – Parque Natural Municipal do Cancão
PNTur – Política Nacional de Turismo
PNT – Plano Nacional de Turismo
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRODETUR – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
RDS Iratapuru – Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru
REBIO – Reserva Biológica
RESEC – Reserva Ecológica

RESEX – Reserva Extrativista
SEBRAE/AP – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas/ AP
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá
SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Serra do Navio
SENAC/AP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Amapá
SETUR – Secretaria de Estado de Turismo do Amapá
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TF – Território Federal
TFA – Território Federal do Amapá
UC – Unidades de Conservação
UCM – Unidades de Conservação Municipais
UICN – União Internacional para Conservação da Natureza
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico
WTO – World Tourism Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O PROBLEMA	18
1.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA	20
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA: POLITICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	23
2.1 PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS	23
2.2 TURISMO	28
2.2.1 Políticas de turismo	34
2.2.2 Políticas culturais	40
2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E URBANO	46
2.3.1 Urbano, meio ambiente e práticas culturais	52
2.3.2 Unidades de Conservação Municipais – UCM	56
3 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL, HISTÓRICA E SOCIOECONOMICA DE SERRA DO NAVIO/ AP	61
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	61
3.1.1 A capital: Macapá	64
3.2 SERRA DO NAVIO: DE COMPANY TOWN A CIDADE	67
3.3 ASPECTOS FISICOS E TERRITORIAIS	75
3.4 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS E CULTURAIS	77
3.5 TENDÊNCIAS TURISTICAS	85
4 POLÍTICAS AMBIENTAIS E UCM EM SERRA DO NAVIO, AMAPÁ	90
4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAPÁ	90
4.2 UCM EM SERRA DO NAVIO: PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CANÇÃO	99
4.2.1 Parque Natural Municipal do Canção	101

5 TURISMO: UM VIÉS NOVO DE ESTUDO ?	116
5.1 AS POLITICAS DE TURISMO NO AMAPÁ	116
5.2 TURISMO E A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	127
5.3 TURISMO E A SOCIEDADE LOCAL	135
6 CONCLUSÕES	147
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICES	165

1 INTRODUÇÃO

Os aportes teóricos atuais sobre o planejamento congregam problemáticas diferentes, dentre as quais se tem as políticas públicas, as Unidades de Conservação (UC) e o turismo. Todas estas categorias se desenvolvem em um plano sob a abordagem teórica do planejamento e do desenvolvimento, e para cada uma destas áreas irão se adequar aos modos novos de pensar a respeito e, principalmente, de se investigar as conseqüências que cada uma delas está projetando sobre a sociedade. Neste sentido, é fundamental questionar as razões da relação que se tem estabelecido entre as categorias ora priorizadas para a pesquisa e a análise.

Especificamente na Amazônia, autores distintos estão a trazer contribuições com vistas a se pensar e construir elementos novos para essa relação. Nas décadas recentes, esta região tem sido estudada como um todo e especialmente a partir de uma perspectiva do desenvolvimento sustentável (COELHO *et al.*, 2001; COELHO; SIMONIAN; FENZL, 2000; SIMONIAN, 2010) e por certo isto ocorre porque ela ainda está sendo descoberta. Espera-se com este estudo produzir uma contribuição a mais no processo de construção de olhares novos quanto à região amazônica e, especificamente, quanto ao estado do Amapá.

A pesquisa científica na Amazônia está cada vez mais descobrindo ou redescobrando áreas até a pouco praticamente desconhecidas e não estudadas, como no caso do Amapá, um estado que foi incorporado tardiamente no território brasileiro (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). No Brasil, esta parte extrema do norte foi acrescentada quando em 1901 se tornou brasileira, isto a partir de decisão internacional; ainda nesta perspectiva, criou-se o Território Federal do Amapá (TFA) em 1943, pelo Decreto Federal nº. 5.812 (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). A partir deste contexto, objetiva-se com este trabalho o estudo da relação entre políticas públicas, UC e turismo em Serra do Navio, cuja localização se vê na Fotografia 1, a seguir, um município também recém criado nesse estado.



Fotografia 1: Mapa administrativo do estado do Amapá, indicando Serra do Navio – AP.
 Fonte: Guia (2009) modificado por Diana Alberto (2009).

A presente pesquisa tem como tema de estudo a atividade turística, como possível potencializador de desenvolvimento socioeconômico no município de Serra do Navio – AP. Isto, a partir da dinâmica ambiental e cultural na localidade, já que esta possui na natureza um bom apelo turístico e é uma antiga vila mineradora, e que hoje é um município que ainda, restritamente, trabalha com a extração de minério na região. Apesar desta atividade ainda ocorrer, pôde-se notar durante a pesquisa de campo, que a cidade possui um potencial natural e também cultural, significativo, pois, a natureza ainda é bastante presente na localidade,¹ sendo que a cultura deixada pela *company town*² trás subsídios importantes para se estudar.

Para se ter uma composição empírica e teórica sólida buscou-se na literatura, conceitos que deram suporte para amarrar a problemática deste trabalho, entre estes conceitos encontram-se apontamentos acerca de planejamento e políticas públicas. Ambas as categorias são importantes, pois, auxiliaram também nos conceitos sobre as UC e de turismo. Assim como, no tema da política cultural, a enlaçar uma perspectiva teórica nova para estas últimas categorias.

A falar-se de planejamento, tem-se que este é uma problemática bastante instigante, pois, não se trata apenas de se realizar uma busca sistematizada para determinado fim, mas

¹ Serra do Navio possui uma das primeiras UC municipais do Brasil, este é o Parque Natural Municipal do Cancão (AMAPÁ, 2007) e é também o portal de entrada para o Parque Nacional do Tumucumaque (ALBERTO, 2008).

² São cidades criadas por empresas para abrigarem seus funcionários, e surgiram no Brasil no século XIX, e estas estavam ligadas, principalmente, a indústria têxtil (papel), empresas de mineração etc. (CORREIA, 2001).

também envolve uma questão muito subjetiva, pois, o individuo é responsável por esta busca, como se vê no que afirma Matus (1989, p. 154): “O planejamento é uma das conquistas de liberdade maiores que o homem pode almejar”. Já no entendimento de Buarque (2002, p. 81), para este já é algo mais concreto e palpável: “O planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a concretização dos objetivos de uma sociedade [...]”. No que se vê dos dois autores, nota-se que planejar não é apenas agregar elementos para alcançar um objetivo, mas também uma vontade individual e coletiva da sociedade.

Inseridas nessa perspectiva quanto à organização da sociedade, têm-se as políticas públicas, que segundo Souza (2006), são uma visão nova sobre a maneira como o Estado vai sobrepular a sociedade; por sua vez, Frey (2000) apresenta um histórico sucinto acerca destas. Os autores oferecem um panorama geral acerca do histórico e conceitos das políticas públicas, demonstrando que fatores contribuíram para a consolidação dos estudos sobre estas políticas. Logo, o subsídio que o esboço sobre as políticas públicas ofereceu a este trabalho é o de aliá-lo ao meio ambiente, a cultura, mas principalmente ao turismo, atividade que se expande na atualidade.

As outras categorias a serem pesquisadas são vistas, também, como fundamental neste estudo. A cultura denominada de tradicional, que tem na identidade do ser humano, as suas credences e manifestações tradicionais (GEERTZ, 1989) pouco será abordada, mas sim a cultura “mecanizada” que foi deixada pela *company town* Serra do Navio, sendo que a constituição destas cidades era para garantir suporte para empreendimentos amplos em determinadas regiões (PIQUET, 1998; RODRIGUES, 2001). E o turismo, como atividade que vem se expandindo cada vez mais na sociedade atual; aliado a este está as UC, elemento que também está servindo de válvula de escape de debates para as transformações degradantes pelas quais a natureza vem sofrendo.

O aporte teórico utilizado para abordar a cultura baseia-se em estudos sobre políticas culturais e práticas culturais em espaços urbanos, entre os autores destacam-se Canclini (2003), Simmel (1987), Velho e Machado (1977) e Werthein (2003), que discutem as políticas de cultura e desenvolvimento, os modos de interação, a dinâmica social em espaços denominados urbanos. Para entender essas práticas fazem-se necessárias, também apreender acerca da dinâmica de uma *company town*. Neste primeiro momento, têm-se as leituras de Farah (1993) e Rodrigues (2001), o primeiro faz um adendo teórico acerca da dinâmica social das cidades criadas a partir de empreendimentos grandes, e a segunda apresenta as transformações e a especificidades dessas cidades planejadas na Amazônia.

Incorporado a estes temas, tem-se ainda o turismo e as UC. O primeiro é uma atividade que cresce atualmente e tem uma configuração dupla: de ser atividade econômica e também de possibilitar estudos socioculturais (BENI, 2002) e as UC, que segundo Schenini, Costa e Casarin (2004) e Valejo (2007) são categorias estudadas e já faziam parte da sociedade desde antes mesmo da era Cristã. Um destaque em um último subitem – as Unidades de Conservação Municipais (UCM). Estes são espaços novos e sua caracterização se inicia, principalmente, nos estados do Sudeste e Sul brasileiro, onde os estudos abordam a criação dos Parques Municipais com finalidade de proteção de áreas naturais próximas a centros urbanos (LAVENDOWSKI; MORAES; MOSCATELLI, 2009; LOURES; ALMEIDA; SÁLVIO, 2007). Assim, todos esses elementos garantiram uma construção teórica interessante e instigante para esta pesquisa.

1.1 O PROBLEMA

O estudo das UC já vem a muitos anos trazendo discussões interessantes de serem realizadas, e cada vez que é levantado algum questionamento, são criadas pesquisas novas para serem abordadas. As UC são espaços que requerem modos diferenciados de serem analisadas e, principalmente, verificadas enquanto temas a serem investigadas, por possuírem variadas configurações que possibilitam a criação de outras categorias de UC, que podem ser vistas ao longo de suas trajetórias. Neste trabalho, apresentam-se as UCM, elementos recentemente criados e, que têm como objetivos, a preservação de áreas naturais próximas aos centros urbanos no Brasil. A falar-se desta categoria nova de UC, está o estudo do Parque Natural Municipal do Cancão (PNM do Cancão), no município de Serra do Navio/AP, espaço significativo criado na cidade, e que vem iniciar uma discussão inovadora sobre a gestão ambiental no município, como no estado do Amapá.

Ao tratar-se do turismo, este vem se expandindo e criando espaços originais, principalmente, na pesquisa científica. A atividade turística não está, atualmente, colocando-se somente apenas como um segmento da atividade econômica contemporânea, mas como um meio de desenvolvimento de esboços novos para a investigação. E com base nisso, tanto o turismo, quanto as UC já foram temas presentes em apontamentos diferentes, como nos de Gomes (2007) e Quaresma (2003), citando apenas estes exemplos, no Amapá e no Pará, respectivamente, demonstrando a importância da integração destes temas.

Outro ponto abordado nesta problemática diz respeito à relação dos moradores, mais especificamente dos ex-funcionários da Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Ferro e Manganês (ICOMI), com a cidade. A questão cultural é também relevante e por isto é apreciada neste trabalho, pois, a mudança de característica de *company town* para cidade ainda é fator que marca tanto as bases estruturais³ da sociedade serrana, como a vida dos residentes que trabalharam na mineradora. Assim, inserido neste contexto e junto com a atividade turística e as UC, está também, em análise concisa, a questão sociocultural de Serra do Navio.

Os objetivos que foram propostos por ocasião da pesquisa que antecedeu este trabalho, foram os de verificar como as políticas voltadas para atividade turística vêm sendo tratadas pelo governo amapaense e, principalmente, em Serra do Navio. Depois, analisou-se a gestão dos recursos naturais do município na administração pública municipal, o que revelou a criação do Parque do Cancão, categoria nova de UCM no estado do Amapá e neste mesmo município. Por fim, identificaram-se os elementos que caracterizam a cultura local de Serra do Navio, averiguando a transformação de vila empresarial para cidade.

Com o quadro acima apresentado, a cidade de Serra do Navio passa pelo processo de inserção da atividade turística, mas muito ainda há para se construir no que concerne às políticas para esta atividade. O meio ambiente, com a criação da UCM do PNM do Cancão, já é uma questão bem mais presente, de acordo com o que a pesquisa revelou, inclusive devido a ter sido esta área há muitos anos palco da exploração mineral no Amapá. Logo, o assunto emerge como importante nas pautas da administração pública municipal. E a tratar-se do cenário sociocultural local, o qual, todavia, apresenta configurações do período da mineradora, o que reforça a importância de se investigar a respeito.

Assim, o presente trabalho tem como problemática as políticas públicas de turismo e das UC, além de incluir as políticas culturais, o que revela que a atividade turística ainda não está bem articulada, principalmente, quanto à questão ambiental e cultural em Serra do Navio, no estado do Amapá. Estas três vertentes se configuram a pesquisa realizada como original. Nestes termos, o estudo do turismo em UC municipais e sua inserção no que se refere a este mesmo município, são ainda questões recentes e complexas a serem abordadas.

Também, fez-se apontamentos teóricos sobre os conceitos priorizados nesta dissertação, e posteriormente, uma apresentação da área de estudo, e por fim, ter-se-á a discussão sobre a teoria e a pesquisa de campo realizada, analisando-se como estão sendo

³ Economia, política etc.

tratados tais realidades. No momento, se está a apontar algumas perspectivas, tais como: o turismo está sendo uma atividade nova a se inserir na cidade; que o meio ambiente é elemento significativo na gestão municipal; e que a “cultura da ICOMI” ainda está presente na vida da sociedade serrana. Assim, o problema se constitui na ausência de integração da atividade turística com o meio ambiente, e da cultura, na configuração de um possível elemento de desenvolvimento da cidade e do município.

1.2 A ABORDAGEM METODOLOGICA

O início de um estudo científico precisa estar pautado em instrumentos que possam lhe assegurar um modo melhor de se construir o seu objeto de pesquisa e pensá-lo no contexto de uma dada problemática. Também, o pesquisador há de ter habilidades para lidar com os procedimentos de pesquisa. No entendimento de Yin (2001, p. 79), “A preparação para se realizar um estudo de caso envolve habilidades prévias do pesquisador, treinamento e preparação para o estudo de caso específico, desenvolvimento de um protocolo de estudo de caso e condução de um estudo caso piloto”. Deste modo, toda esta responsabilidade é imposta ao pesquisador e foi a partir desta perspectiva que se delineou os métodos de pesquisa para este trabalho.

A construção da ciência ocorre a partir do momento em que a pesquisa científica é planejada e realizada, o que a seguir permite a produção da teoria científica. Nestes termos, tem-se o postulado de Minayo (1994, p.10): “Na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é o modo hegemônico de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade”. Por sua vez, a ciência é este caminho, traçado por métodos e técnicas que levam o acadêmico e/ou profissional a analisar o seu objeto de estudo. Para este trabalho, definiu-se a metodologia a partir de alguns autores, como os que se discute logo a seguir.

A busca e definição de uma metodologia que crie possibilidades de produção de conhecimento é um dos objetivos dos pesquisadores nas ciências sociais. A respeito, Vidal (2006, p. 2) evidencia: “No momento de se elaborar uma pesquisa, os cientistas, têm que optar por uma metodologia que guiará a estratégia de coleta de dados, e em definitivo, de obtenção e criação de conhecimento”. A partir deste autor, nota-se a importância de se elaborar um roteiro metodológico consistente e que garanta um caminho de pesquisa interessante e que traga resultados para o pesquisador e a ciência.

Trabalhar com dados é um dos elementos que configuram a pesquisa científica, estes podem ser de duas naturezas de acordo com Günther (2006, p. 203): qualitativas e quantitativas, estas duas categorias diferenciam-se no que diz respeito ao contato com o objeto, como expõe o autor: “Uma distinção mais acentuada entre a pesquisa qualitativa e quantitativa diz respeito à interação dinâmica entre o pesquisador e o objeto de estudo”. A construção desses dados qualitativos e quantitativos é chamada por Lévi-Strauss (1976) de *bricolage*. Este destaque é interessante, pois, o pesquisador precisa dominar tais estratégias e possibilidades.

Os dados utilizados para o referido trabalho são de natureza qualitativa e quantitativa; aliás, como posto por Vidal (2006), o pesquisador pode utilizar estas categorias de modo simultâneo para alcançar seu objetivo. E, ao tratar especificamente do turismo, Dencker (1998) ressalta que é essencial seguir a abordagem quantitativa e a qualitativa. No que respeita a esta primeira, é que os dados concretos sobre a atividade são obtidos; quanto à segunda, esta autora ressalta a importância da observação da realidade, onde muito se pode apreender do objeto de estudo.

É evidente que a base teórica é importantíssima em um contexto de pesquisa, mas a experiência de campo é também outro ponto significativo. De acordo com Oliveira (1996), existem três momentos que o pesquisador tem para atuar em seu local de estudo, que são: o ver, o ouvir e o escrever. Ainda para este autor, estes são os processos que o pesquisador dispõe para construir de modo mais apropriado o seu objeto de análise. Malinowski (1996) também faz referência a estes três estágios na pesquisa. Note-se, conforme posto por Simonian (2007b), dentre outros autores, a centralidade dos registros visuais e do produzir imagens sobre a realidade pesquisada.

Assim, na metodologia deste trabalho, priorizou-se a utilização de entrevistas com profissionais e/ou representantes de instituições públicas do município de Serra do Navio⁴ e do governo do estado do Amapá⁵. Todavia, entrevistou-se residentes⁶ e um representante do setor privado⁷. Ainda, aplicou-se 45 questionários⁸ junto aos moradores da cidade⁹. Como parte do levantamento dos dados, fez pesquisa nos moldes antropológicos e, também, com a

⁴ Especialmente, das secretarias do meio ambiente, do turismo, da cultura; e a prefeita Francimar Silva e o vice-prefeito Reginaldo Pantoja. Ver ainda, os Apêndices A, B, F, G.

⁵ Notadamente, por meio da Secretaria de Estado de Turismo do Amapá (SETUR-AP) e da Fundação Serra do Navio (FSN). Também, ver Apêndices C e I.

⁶ A saber, pessoas mais antigas da cidade que trabalharam na mineradora e ainda moram na vila. Ver Apêndice H.

⁷ Leia-se, do município de Serra do Navio e, igualmente, ver Apêndice E.

⁸ Ver Apêndices D.

⁹ Essa parte da pesquisa aconteceu entre os dias 13 de maio e 03 de junho de 2009.

fotografia. Logo, conta-se com elementos de base qualitativa e quantitativa neste trabalho, os quais resultaram de pesquisa realizada em duas etapas intermitentes e entre os anos de 2008 e de 2009.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho está dividido em seis capítulos, uma parte teórica, um capítulo de apresentação do espaço de estudo e dois capítulos referentes à pesquisa de campo. O Capítulo 1 é a introdução deste trabalho, que já se faz neste momento, apresentando a problemática geral desta pesquisa e os instrumentos metodológicos. No segundo capítulo, aborda-se conceitos acerca do desenvolvimento, até se chegar ao de políticas públicas, construindo um aporte teórico sobre turismo e a constituição de suas políticas até os dias atuais, estendendo-se pela configuração das políticas culturais. Por fim, evidencia-se especificamente meio ambiente, com ênfase nas práticas culturais em espaço urbano até se introduzir a questão recente das UCM.

O terceiro capítulo faz uma apresentação genérica acerca do espaço de estudo, desde a configuração da história do estado do Amapá, até a caracterização atual da cidade de Serra do Navio. Já o capítulo de número quatro, dispõe-se a demonstrar a pesquisa de campo voltada para a análise da teorização sobre a política ambiental no Amapá, passando pela proposta nova das UCM até a criação do Parque Natural Municipal do Cancão em Serra do Navio, e no quinto capítulo tem-se a pesquisa voltada para a análise da atividade turística, no âmbito do município de Serra do Navio, desde a administração pública, até a relação do turismo com a comunidade serrana. Por último, o sexto capítulo, onde se faz as considerações e propostas finais acerca da relação entre a abordagem teórica e os resultados da pesquisa de feito.

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA: POLITICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As tendências novas sobre o estudo das políticas públicas têm produzido temas diferentes a serem pesquisados, e dentre estes, destaca-se neste trabalho a relação entre o turismo, as UC e a política cultural. Em cada uma destas categorias, se verá uma possibilidade de questionamentos, que poderá trazer respostas a cada um e, principalmente, por se ter uma interdisciplinaridade imbricada no projeto anteriormente proposto, o que se reflete nesta dissertação. A seguir, tem-se uma análise conceitual breve sobre o planejamento e as políticas públicas, sendo que este aporte vai subsidiar a análise a partir da realidade entrecortada em Serra do Navio, estado do Amapá.

2.1 PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS

A compreensão do mundo contemporâneo tem como base algumas ênfases acerca do paradigma atual do desenvolvimento e este, por sua vez, apontem vertentes distintas de análise e também muitas controvérsias. Para se chegar ao mote do planejamento, primeiro há de atentar-se para o que é o “desenvolvimento”, o que significa em uma sociedade determinada, quais pressupostos cabem nesta argumentação etc. Neste sentido, discute-se tal questão para que se possa consolidar uma compreensão em torno do turismo, das políticas culturais e das UC.

Dentre as abordagens identificadas sobre o desenvolvimento, têm-se as de natureza econômica, social e cultural. Para este trabalho, fundamenta-se a questão do desenvolvimento nos postulados de Furtado (2000), os quais apresentam visões diferentes a respeito, sendo que uma delas está atrelada à evolução do sistema social, ao progresso e às necessidades humanas. A partir deste entendimento, É de admitir-se que o desenvolvimento implica em um fenômeno multifacetado, inerente às sociedades humanas, isto independentemente do tempo em que viveram ou vivem.

Assim, no que respeita à cultura e conseqüentemente aos estudos antropológicos, tem-se todo um esforço que baseia um entendimento dos processos de desenvolvimento, em toda a sua complexidade. Dentre outros autores, Gardner e Lewis (1996) apontam a importância da antropologia para se tratar sobre as questões que envolvem este fenômeno, que vai ser

também enfatizada por Schroder (1997). Deste modo, nos estudos desses autores pode-se já identificar uma preocupação em se estudar os fenômenos do desenvolvimento a partir da antropologia.

A importância do trabalho de Schroder (1997) está no sentido deste apresentar uma construção histórica e conceitual acerca da antropologia do desenvolvimento, quando esta nasce de uma vertente da antropologia aplicada e que cresceu, principalmente, na Europa e na América do Norte. Ainda no entendimento do autor, alguns antropólogos começaram a perceber que os problemas sobre as políticas de desenvolvimento “[...] criam realidades sócio-culturais bem especiais” (SCHRODER, 1997, p. 84). É aí que os antropólogos começam a pensar em outras categorias de estudo.

A considerar-se o desenvolvimento, não se pode esquecer que o progresso que uma região ou a sociedade passa, pode ser colocado sob as vistas dos questionamentos do desenvolvimento sustentável. Nestes termos, se destaca principalmente os aportes teóricos construídos na Amazônia, sobre sua formação e desenvolvimento econômico como é exposto por Monteiro (2005); no que concerne a sua dinâmica social, a partir de Castro (2001), e à vertente cultural aliada à sustentabilidade em Simonian (2007a). Assim como, a atividade turística, que nos estudos de Campos (2008), Gomes (2007), Figueiredo (1999), Nascimento (2009), Pinto (2006) e Quaresma (2003), têm-se contribuições teóricas importantes no que diz respeito à questão da cultura, patrimônio, políticas públicas, organização social, populações tradicionais e UC, se tornando assim, instrumentos de pesquisa muito significativos.

Consequentemente, o desenvolvimento se torna uma peça muito interessante de ser estudada, pois, a sociedade vai passar por muitas transformações, e estas irão ser cada vez mais rápidas e atingirão pontos muito diversificados. A Amazônia, principalmente, por ser uma região rica em muitos recursos naturais e também culturais, é alvo fácil para se efetivar debates sobre os temas propostos. Logo, o conceito de desenvolvimento é muito importante para se começar a alinhar estas categorias de estudos e conseqüentemente as suas implicações.

Visto isto, se tem a construção teórica acerca do planejamento; e como já exposto, este fenômeno tem duas vertentes: uma de cunho mais prático e outra de modo mais subjetivo. Estas duas bases de estudo precisam ser analisadas, pois, as políticas públicas estão agregadas a este pensamento de organização da vida em sociedade. E junto a isto, tem-se o turismo e as UC, categorias que estão sendo, cada vez mais, pesquisadas e trazendo visões novas sobre a Amazônia, nesse caso, ao município de Serra do Navio no estado do Amapá.

A problemática das políticas públicas está sendo atualmente um elemento de investigação muito significativo na sociedade, pois, a dinâmica dos problemas de ordem

econômica, social, política e também cultural estão cada vez mais complexos. A política há muitos séculos está presente na vida dos indivíduos, e com o passar desta evolução ela está cada vez mais específica e direcionada a uma questão comum, logo, fala-se em políticas públicas (SIMONIAN, 2000). E dentro desta, destaca-se, por exemplo, a atividade turística, que pode ser um instrumento de desenvolvimento de uma região.

Tratar de política¹⁰ implica falar sobre as modalidades de poder que um ou mais indivíduos possuem sobre outros dentro de uma sociedade. Os estudos de Bobbio (1988) apresentam a existência de três categorias clássicas de poder que são: Aristocracia, Monarquia e a Democracia. Estas são categorias importantes para se entender a construção dos modelos políticos atuais, que advém dos pensamentos antigos de Platão, Aristóteles, Maquiavel; passando nos séculos XVI e XVII por Hobbes, Locke; no século XVIII os estudos de Rousseau e de Smith; até chegar aos mais contemporâneos (XIX), como Marx (BOBBIO, 1988; NOGUEIRA FILHO, 2006). Todos estes autores contribuíram para a construção do esboço da ciência política, que posteriormente irá se configurar como mais uma ciência de significativa importância na sociedade atual.

A maneira como a coletividade vai ser governada ou manipulada, possui duas possibilidades diferentes de se manifestar. De acordo com Torres (2004, p. 13): “En efecto, para la filosofía política clásica la relación entre la forma de gobierno y el modo de gobernar está regida por la permanente tensión entre las formas institucionales y las prácticas culturales”. Segundo o autor, nota-se que a política exige um modo de manipular a sociedade e que este está dividido nas instituições e na cultura.

A partir dessas considerações, há de se entender a política como um estilo de organização social, pois, este transforma e oferece dinâmica nas decisões da vida em comunidade. “A atividade política passa a ser uma espécie de mal necessário, uma atividade social transformadora pela qual se visa a realizar certos fins utilizando-se de determinados meios. Enfim, um instrumento de que há precisão na vida em sociedade” (MAAR, 1994, p. 16). A partir do que o autor expôs, tem-se que a política é um elemento fundamental para a tomada de decisões que possam transformar as relações dos indivíduos em suas comunidades.

¹⁰ A formação histórica da política e das formas de governo passam pelos pensamentos clássicos dos estudiosos e pensadores filósofos gregos, como Pitágoras, Péricles etc. que inventaram palavras, entre as quais se destaca: Política, Governo, Democracia entre outras (NOGUEIRA FILHO, 2006). Os primeiros ditos sobre o poder humano a propósito dos outros indivíduos estavam ligados também ao poder religioso. Logo, uma das conquistas grandes que a civilização grega teve foi a de separar o poder em relação aos indivíduos e aos deuses, segundo ainda o autor isto foi um grande avanço na qual a sociedade passou, e onde se conseguiu separar a política da religião.

Os interesses contidos numa nação sejam estes coletivos ou individuais, públicos ou privados, estão inseridos no âmbito das políticas públicas. Estas são políticas, que como os regimes políticos (TORRES, 2004), procuram determinar os modos de governar. De acordo com este estudioso, as políticas públicas possuem alguns modos de relações, que são com as funções estratégicas, definindo a integração público – privado; com o poder Institucional, neste caso o Estado; e com a sociedade civil. Verifica-se o quanto estes elementos estão inseridos na dinâmica da sociedade.

Historicamente, dois elementos foram importantes na construção do debate sobre as políticas públicas, destacando-se a globalização e o neoliberalismo. Ambos são fenômenos históricos que ajudam a perceber a relação entre a sociedade e o governo, neste caso, este representado pelo Estado. Nos apontamentos de Gómez (1997), ter-se-á a apresentação de como este fato influenciou na constituição das políticas públicas e, também, no estudo de Anderson (1995), que trata sobre o neoliberalismo.

Muitos fenômenos de ordem econômica, política, social e cultural vêm influenciando a discussão acerca das políticas públicas. Dentre estes, pode-se destacar o papel da globalização, que está presente nesta primeira organização do pensamento das políticas sociais e públicas, que vem a ser tema importante de estudo na contemporaneidade (APPADURAI, 2002). A globalização, enquanto elemento de mudança, principalmente, no campo econômico, influenciou e, ainda, influencia a organização das relações entre sociedade e o Estado, e dentro desta estão às políticas públicas.

Como já apontado anteriormente, o neoliberalismo foi outro fenômeno que influenciou muito a condição da sociedade no passado e na atualidade. O mesmo, no que afirma Anderson (1995), foi diferente do liberalismo clássico, do século passado, segundo o autor “Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 9). A relação dispare entre sociedade e Estado se configurou a partir do neoliberalismo, por meio da elevação das taxas de juros, privatização, anti-sindicalismo, ou seja, se voltou contra toda uma possível organização social.

Consequentemente, tanto a globalização quanto o neoliberalismo, se tornaram categorias significativas nos debates acerca da composição das políticas públicas. Pois, estas estiveram e ainda estão inseridas na relação da dinâmica social e o governo. Logo, não se pode deixar de citar estes dois fenômenos, como partes integrantes da construção dos pensamentos teóricos sobre as políticas públicas atuais.

No estudo das políticas públicas outras vertentes que se constroem são a das políticas sociais. Não existe um conceito que caracteriza a política pública e a política social, alguns

autores não colocam uma divisão entre uma e outra. Nos postulados de Behring e Boschetti (2006), são apresentados argumentos do curso histórico, do foco que envolve os desdobramentos, origens e avanços das políticas públicas. Assim como, mostra também a configuração das políticas sociais, que segundo ainda as autoras estavam voltadas à saúde e as condições de trabalho. Uma característica das políticas sociais¹¹ é que elas respondem ao agravamento dos problemas sociais colocados no sistema capitalista.

Pode-se destacar também nesses apontamentos teóricos sobre as políticas públicas, o papel que o Estado teve e ainda tem na dinâmica destas. Esta instituição intervém nos setores econômicos e sociais, e aí está a importância de ressaltar alguns pontos acerca dessa relação. No que apontam Pereira (2000) e Rezende (2002), enfatizam-se em seus estudos as reformas do Estado, na qual este é um tema recorrente que envolve a administração pública, e que não deixa de estar ligada às políticas públicas. No que diz respeito à Amazônia, Mathis (2001) discute a teoria dos “sistemas sociais”, a qual foi transformada em aliada e ao processo de configuração do Estado nesta região. Este autor ainda descreve como funcionam as administrações públicas e as reformas atuais propostas neste campo; nesta direção, a problemática é nova, pois, coloca a Amazônia como foco de estudo.

A revisão conceitual dessa problemática tem sua importância devido à construção significativa de um aporte teórico sobre as políticas públicas¹². Desde a formação histórica do poder da política, passando pelas formas de poder e o valor do papel do Estado na sociedade, afirma-se dizer que a discussão que trás as políticas públicas atuais tem contribuído e vem a contribuir com a possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos em uma cidade, região ou país. No caso da Amazônia, *locus* de pesquisa atual e complexo de estudos grande, são de valia se criar estes debates conceituais novos.

Pode-se dizer que a prática das políticas públicas e também as sociais, estão nos pontos da avaliação destas, e sua concepção está na esfera governamental. A avaliação propriamente dita pode acontecer, partindo de determinados elementos/ ferramentas que irão oferecer subsídios para se afirmar que um programa social e/ou político funciona ou não. Com base nisto, destaca-se para este trabalho os apontamentos de Marinho e Façanha (2001) e

¹¹ As políticas sociais se configuraram como um momento novo de reorientação das políticas públicas. Tanto no que apresentam Behring e Boschetti (2006), como Draibe (1996), as políticas sociais produziram argumentos para pontos que possuem muitas dificuldades de se trabalhar, como o setor econômico (emprego e renda) e o social (saúde e educação). A partir disto, nota-se como as políticas públicas tomam um novo rumo.

¹² Souza (2006) apresenta argumentos centrais sobre a construção teórica e processual das políticas públicas. Os postulados de Frey (2000) têm como aporte as bases do “neoinstitucionalismo” e da “análise dos estilos”, sendo que ambas as discussões estão se tornando importantes no esboço da ciência política. O papel das instituições é, também, alvo das discussões de Hall e Taylor (2003), que buscam apresentar a dinâmica do desempenho das instituições nos contextos sociais e políticos.

Silva e Silva (2001), que tratam de aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais.

A verificar duas situações de avaliação colocadas por Belloni, Magalhães e Souza (2003), que são: a avaliação institucional e a de políticas públicas. Ainda, percebe-se que o turismo pode se inserir como elemento importante em ambas, pois, a atividade possui instituições e políticas específicas para o segmento. No que se refere às políticas de turismo, toma-se o postulado de Dias (2003), que apresenta uma conceituação de políticas públicas¹³ afirmando que estas são conjuntos de regulamentações, regras que estão diretamente voltadas para o desenvolvimento do turismo. O que o autor apresentou é bastante simples, todavia consegue expor a necessidade de se ter um planejamento adequado para a atividade turística, assim como, de inserí-la na questão da avaliação, e também de trabalhar institucionalmente, com as políticas públicas.

Assim, notou-se como a política é dinâmica na sociedade, como os seus desdobramentos criam instrumentos de mobilização nesta, no caso, as políticas públicas e sociais. A sociedade, em constante mudança, proporciona discussões das naturezas mais diferentes, além dos debates nas linhas econômicas, políticas e sociais, está à cultura, o meio ambiente e também o turismo, como discussões originais a serem vistas. Deste modo, se faz importante estudar tanto as políticas públicas, como as vertentes que estão inseridas nesta, nesse caso a atividade turística como será visto a seguir.

2.2 TURISMO

A atividade turística, com o passar dos anos vem tomando cada vez mais espaço na sociedade contemporânea. Isto pode ser percebido tanto na dinâmica econômica desta, como na questão de estudos científicos realizados na área; A Organização Mundial do Turismo (OMT) (*World Tourism Organization* – WTO) apresenta dados recentes sobre a atividade, onde se tem a necessidade de criação de políticas para o setor, em virtude deste ser um importante instrumento de desenvolvimento, além de notas acerca do contexto econômico-social do turismo mundial (WTO, 2009). O turismo cresce concomitante ao desenvolvimento da sociedade.

¹³ As políticas de turismo serão melhor discutidas no seguimento do trabalho.

Trazer-se o turismo, como mais um viés de debate acerca das questões atuais é muito significativo, pois, a atividade está se tornando cada vez mais importante na configuração da dinâmica da sociedade atual. Estudos diferenciados, não somente os de cunho econômico, mas principalmente, os ligados às ciências sociais estão tornando a atividade um modelo novo de ampliação para questões globais, como o desenvolvimento, a cultura e o meio ambiente. Estas três vertentes discursivas estão cada vez mais juntas do turismo. A cultura, que é o motivador principal deste, o desenvolvimento que se agrega a atividade turística, pois, esta trás consigo uma obliquidade com relação às transformações onde ela se insere, e por fim o meio ambiente, que é um elemento, também, essencial na atividade, pois, os indivíduos buscam paisagens originais.

Antes de se entrar em uma conceituação sobre turismo, vale ressaltar a propósito o princípio dos pensamentos acerca do estudo da atividade turística, como esta se coloca perante a ciência, e aí se põe em debate a “cientificidade” da atividade. A pesquisa do turismo vem trazendo possibilidades de estudo e investigações que ultrapassam as categorias elementares e sistemáticas envolvidas na sua dinâmica. Hoje, autores como Panosso Neto (2005), propõem o estudo do turismo baseado à luz do conhecimento filosófico, ou seja, este supera o limite do discurso duro e direto de uma atividade que é, ainda, vista como uma atividade econômica simples, com introduções científicas de porte pequeno.

Este debate exposto pelo autor é muito importante, pois, coloca em evidência esse viés original que a atividade turística está tomando na atualidade. O turismo, pelo que é discutido por Panosso Neto (2005), não está somente voltado para o mecanicismo da atividade,¹⁴ está muito mais além, sendo que o estudo dessa atividade está voltado para as suas consequências: quem serão os atingidos e os beneficiados. É claro, que estes estudos já começaram a serem feitos, como se vê, por exemplo, em Krippendorf (1989), que trata sobre a relação entre viajantes e viajados; e também Urry (2001), que identifica como o turista vê o espaço visitado. Enfim, abordagens diferentes já começaram a reformular esta visão nova acerca do turismo.

No trabalho de Panosso Neto (2005, p. 31), tem-se o indivíduo como o fenômeno da atividade, como se vê neste trecho:

Portanto, afirmamos que o ser humano (com todas as características que destacamos) é o sujeito dos estudos turísticos, é o responsável único pela configuração do que chamamos *fenômeno turístico* (grifo do original). Sem ele interagindo com a infra-estrutura turística e com as empresas do setor, temos apenas um *fato* turístico.

¹⁴ Especificamente, um tripé hotel, agência e transporte.

Nesta direção, vê-se como o turismo está se tornando uma atividade que pode ser considerada como uma perspectiva inovadora para estudos científicos, já que o indivíduo é o elemento central desta atividade.

Com base nesses pensamentos, tomam-se os estudos de Barretto (2003c), onde ela apresenta a importância de outras ciências sociais no estudo do turismo, o que coloca a análise da atividade turística fora do eixo economicista, numa perspectiva recente. Estes argumentos de Barretto (2003c) se aliam ao de Panosso Neto (2005), quando estes autores expressam a necessidade de integrar a atividade turística à luz de outras ciências. Percebe-se, então, que os apontamentos que exprimem esta construção teórica nova e também conceitual da atividade turística são de importância grande.

Tanto Barretto (2003c), quanto Panosso Neto (2005) colocam em seus aportes a necessidade e também a importância de integrar o turismo a outras ciências, no caso, isto é expresso nos pensamentos de Barretto, enquanto que Panosso Neto, fala acerca da construção de correntes teóricas acerca do turismo¹⁵. Este debate remete aos apontamentos interdisciplinares sobre a atividade, vistos em Steil (2002), Burns (2002) e Stronza (2001), os três autores apontam caminhos novos dentro da sociologia e, principalmente, da antropologia para um original estudo sobre atividade turística.

Essa junção de conhecimentos aflora uma questão essencial acerca dos chamados estudos interdisciplinares. E em se tratando de interdisciplinaridade, a de se destacar os postulados de Japiassú (1976, p. 41): “É inegável, porém, que os estudos interdisciplinares constituem um dos temas fundamentais, não somente dos cursos de pós-graduação nas áreas mais sensíveis aos problemas epistemológicos das ciências sociais [...]”. O debate epistemológico, principalmente, em relação ao turismo, ainda é muito recente e pouco difundido, daí a importância de se trazer para a atividade a questão da interdisciplinaridade, como neste trabalho.

Nota-se a relação do turismo com outras ciências nos estudos apresentados por Stronza (2001), onde estes estão muito próximos aos de Krippendorf (1989), este é um dos primeiros estudiosos a analisar a atividade a partir de uma perspectiva sociológica e antropológica. E

¹⁵ Essas correntes teóricas são, na verdade, fases de estudo do turismo (PANOSSO NETO, 2005), que são divididas em três: a primeira é identificada como fase pré-paradigmática, onde estes autores não construíram uma escola de pensamento sobre atividade turística, mas fizeram uma primeira análise sobre a sua teoria e destaca os autores: Fuster, Hunziker, Krapf etc.; a segunda fase é denominada de paradigma, este é caracterizado pelo Sistema de turismo, dentre os autores se destacam: Sessa, Beni, Boullón; e a terceira fase, caracteriza-se por fazer **Novas** (grifo do original) abordagens sobre o turismo, onde os autores Jafar Jafari e John Tribe propõem superar o sistema de turismo, fazendo uma reformulação da Teoria geral dos sistemas.

não somente estes autores, mas também Burns (2002, p. 92), que argumenta sobre a integração forte existente entre a antropologia e o turismo, como se observa a seguir:

A antropologia e o turismo (como um campo do conhecimento) apresentam uma sinergia óbvia. Ambos tentam identificar e entender a cultura e a dinâmica humana. Uma vez que o turismo é um conjunto global de atividades que cruza muitas culturas, precisamos de um conhecimento mais profundo sobre as conseqüências da interação entre as sociedades que geram e que recebem turistas.

Com base nestes aportes teóricos, percebe-se como é urgente uma produção acadêmica sobre o turismo e seus impactos.

Toda essa construção teórico - científica sobre o turismo se faz importante, pois, se nota a necessidade de se expandir esses pensamentos, e colocar a atividade turística em um possível rol de cientificidade. Mas, também é importante ver como essa atividade se configurou ao longo dos anos, e do mesmo modo as suas conceituações. Desse modo, se tem alguns apontamentos acerca da configuração das viagens, que depois se denominou turística e determinados conceitos sobre este fenômeno.

O estudo sobre os deslocamentos humanos remonta a períodos antigos, mesmo antes de Cristo, já se falava de viagens e traslados. Barretto (2003b) e Rose (2002) colocam que, no Império Romano já se configuravam as primeiras viagens, estas eram caracterizadas como viagens de lazer. Nota-se como o turismo se põe numa posição respeitável para se discutir suas dinâmicas e conseqüências na sociedade atual.

Os primeiros conceitos acerca das viagens e posteriormente sobre turismo estavam baseados nos relatos feitos por viajantes, e também na literatura ocidental. Segundo Figueiredo e Ruschmann (2004, p. 156):

Os conceitos de viagem e turismo estão presentes na maior parte dos textos fundamentais para a compreensão da sociedade ocidental, alguns dos quais representam um marco não só para a Literatura, mas também para a História e a Antropologia. São muitas as interpretações dessas duas categorias que ora se aproximam, ora se distanciam.

Vê-se que, as primeiras construções teóricas acerca do turismo remontam das viagens, e estas foram elementos importantes na história da humanidade.

Segundo a OMT (apud ROSE, 2002, p. 2), o turismo caracteriza-se como: “Um conjunto de atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e paradas em diferentes lugares, que não seu habitat natural, por um tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros motivos sem fins lucrativos”. No conceito visto

anteriormente, já se pode notar a complexidade que a atividade turística possui e de como esta vai influenciar comunidades e regiões.

A integração de diferentes pessoas e, respectivamente, de suas culturas faz parte do turismo como um sistema de trocas culturais, como demonstra Talavera (2003, p. 2):

En su globalidad, el turismo se constituye con un sistema que abarca diversos procesos de interacción en los que se *encuentran* involucrados un amplio espectro de agentes (población local, potenciales turistas, turistas, trabajadores foráneos, empresas, macro empresas...) y un no menos amplio de espacios cargados de significados y simbolizaciones o, como se ha dado en llamar, lugares.

Percebe-se, no que evidencia o autor, a grande complexidade que o turismo tem não só como atividade, mas também como fenômeno social.

No Brasil, a atividade turística aparece mais fortemente a partir da década de 1970, esta é caracterizada como um fenômeno social. E segundo Barretto (2003b), o turismo estava vinculado diretamente ao lazer. Atualmente, as políticas públicas¹⁶ são o meio principal para se desenvolver e dinamizar melhor a atividade no país.

O turismo que foi planejado para a Amazônia foi o de caráter ecológico ou tipo natural, e inicia nos estados do Amazonas e Pará, segundo Figueiredo (1999). O autor evidencia que a Amazônia, desde o período do governo militar já era alvo de projetos relacionados à atividade turística, como se vê no seu postulado:

Desde o governo militar, o turismo aparece como uma das atividades importantes na tentativa de ‘desenvolver’ a Amazônia, seja nas políticas de incentivo da [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] SUDAM, seja na criação fracassada do ‘Núcleo Colonial Bela Vista’ – zona prioritária de interesse turístico (FIGUEIREDO, 1999, p. 61).

A partir do autor, verifica-se a importância da região amazônica, e como o turismo vai ser inserido nesta.

A dinâmica e a pesquisa da atividade turística no contexto amazônico ainda causam muitas controvérsias e debates em torno da sustentabilidade que alguns segmentos da atividade possuem, dentre eles o turismo sustentável e/ou ecoturismo e até mesmo o turismo cultural, que podem trazer soluções e/ou problemas a região e a comunidade que o recebe. Os apontamentos de Campos (2008) mostram alguns entraves que a atividade causa e também sofre, devido à falta de planejamento, e também, principalmente, das políticas públicas na área do turismo sustentável, na qual este normalmente ocorre, ou pelo menos poderia ocorrer,

¹⁶ O tema das políticas públicas de turismo será melhor visto a seguir.

com certa regularidade dentro das UC. A cultura, ainda segundo o autor, é outro ponto que é negligenciado nos estudos acerca do turismo baseado na sustentabilidade.

A se tratar de turismo no estado do Amapá, a atividade se aloca como mais um instrumento de desenvolvimento para a região. Gomes (2007) aponta que, as políticas de turismo na Amazônia ainda estão se consolidando. Segundo Da Ros (2006), o turismo caracterizado pela segmentação de turismo rural¹⁷, seria o mais indicado para a região amapaense, já que esta tem potencial, tanto natural como cultural. Assim, como os estados do Pará e Amazonas, o Amapá também, têm na natureza, um produto bastante significativo para o turismo.

Mas, ainda há de se destacar que o Amapá precisa articular melhor o seu potencial para a atividade. Assim, expõe Gomes (2007, p. 73): “No estado do Amapá, ainda se tenta organizar as idéias acerca de turismo a partir de suas peculiaridades e potencialidades. No entanto, percebe-se que essa construção ainda está aquém de ser uma política promissora, pois, o turismo recentemente entrou nas prioridades governamentais no estado do Amapá”. No que se vê do autor, verifica-se o quanto precisa o turismo ser visto e dinamizado no estado.

Porém, alguns estudos apontam que o turismo no estado do Amapá já está tomando proporções significativas, segundo Alberto (2008; 2009), Da Ros (2006), Silva e Pastrana (2006), o estado amapaense foi dividido em pólos turísticos,¹⁸ para que assim, as ações da Secretaria de Estado de Turismo do Amapá (SETUR-AP) sistematizem e dinamizem a atividade em todo o território estadual. Desse modo, se faz significativo a apresentação do que sejam as políticas dos pólos turísticos.

Os pólos turísticos fazem parte de um incentivo recente do governo em regionalizar e criar políticas públicas para a atividade turística no Brasil. O programa de Regionalização do Turismo (BRASIL. 2009, p. 67): “[...] propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo”. Com base nestes pressupostos, verificam-se a importância da criação dos pólos turísticos como políticas para o desenvolvimento da atividade em todo o Brasil, e inclusive no Amapá, pois, esta configuração do turismo enquanto política se coloca como um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada.

¹⁷ “[...] deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição de cenários e instalações rurícolas (BENI, 2008, p. 471).

¹⁸ Pólo Meio do Mundo (Macapá); - Pólo Pororoca (Ferreira Gomes, Cutias do Araguari, Tartarugalzinho e Itaubal); - Pólo Tumucumaque (Porto Grande, Santana, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari); - Pólo Extremo Norte (Amapá, Calçoene, Oiaipoque e Pracuúba); - Pólo Castanhais (Vitória do Jarí, Laranjal do Jarí e Mazagão).

Em pesquisa de campo, já iniciada no ano de 2008 e novamente verificada no ano de 2009, em Alberto (2008; 2009), percebeu-se que a SETUR investe em projetos para o fomento do turismo nas áreas da cultura e também de natureza. Dentre os eventos culturais se destacam: a Festa de São Tiago, o Equinócio etc. Quanto à questão da natureza, a divisão dos pólos turísticos oferece produtos turísticos característicos para cada município no estado, no caso de Serra do Navio, a cidade está inserida no Pólo Tumucumaque.

Outras ações desenvolvidas pela SETUR estão pautadas no Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que atua nos municípios do Amapá, e realiza suas ações voltadas para estes. O trabalho iniciou em 2004, os projetos realizados foram na área da sensibilização e qualificação dos serviços turísticos. Também, se discuti o resgate da cultura nos municípios inseridos nos pólos. E em pesquisa de campo (ALBERTO, 2009), no ano de 2009, outro projeto da direção nova da SETUR é o da Caravana Meu Destino é o Amapá, que está realizando uma pesquisa em todo o estado acerca da infraestrutura turística dos municípios, este projeto será mais bem visto a seguir.

A ausência de informações mais detalhadas e com base em documentos foi um grande entrave na pesquisa para o proposto trabalho. A mudança direção na secretaria de turismo era o principal motivo de não se conseguir, e até simplesmente, analisar documentos que pudessem auxiliar melhor o trabalho. Deste modo, viu-se que a ausência dessas notas em parte prejudicou algumas informações, mas demonstrou a urgência em uma melhor gestão e organização, que mesmo com mudanças estruturais e políticas, o acesso e resultados devem continuar dentro de uma instituição pública.

Nota-se, o quanto é significativo a análise da atividade turística tanto no âmbito econômico, quanto no campo das ciências sociais, vê-se como o turismo vem sendo discutido e trabalhado na atualidade. No Brasil o seu crescimento, que por alguns momentos sofreu uma estagnada, mas que depois se solidificou, procura ainda se concretizar como atividade para o desenvolvimento da sociedade brasileira. E especificamente na Amazônia, local de peculiaridade ampla, a atividade foi vista como saída para a falta de possibilidade de desenvolvimento econômico e ecológica da região.

2.2.1 Políticas de turismo

Antes de se iniciar a tratar sobre as políticas de turismo, é importante ressaltar a construção do pensamento da gestão pública voltada para esta atividade. Alguns autores,

como Acerenza (2002), Bramwell (2002) entre outros que serão vistos a seguir, trazem contribuições importantes acerca deste tema. Assim, serão colocadas algumas opiniões a respeito de como a administração pública vem trabalhando o turismo.

O poder público tem como uma de suas premissas básicas o melhor tratamento possível para com os bens do seu país, e assim, conseqüentemente o indivíduo também pode ter o melhor acesso aos serviços públicos e privatizados. O turismo, então, se encontra nestes entremeios de serviços, assim, o Estado, também pode garantir que a atividade seja colocada em um plano equilibrado de organização. Estas colocações são corroboradas por Andrade (2008), quando este expõe que uma boa organização política, além da relação entre comunidade e os empresários, podem alcançar o melhor desenvolvimento da atividade turística.

O papel do turismo dentro da administração pública trás questões interessantes a serem levantadas, neste caso, tem-se a exposição de Acerenza (2002), que faz uma apresentação geral sobre conceitos de Estado, governo, e de onde a atividade turística vai se colocar dentro da administração pública. A falar-se de turismo, o autor afirma que existe certa dificuldade em se inserir este na hierarquia da administração pública, como se vê neste trecho: “Um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da atividade turística, na maioria dos países, é a dificuldade que existe para definir o turismo do ponto de vista da administração pública” (ACERENZA, 2002, p. 278). Isto cria um questionamento, que expõe que o turismo como sendo um segmento que ainda não está planejado e coordenado corretamente, não tem possibilidade de ainda, estar locado no organograma do poder público de um país.

O estudo de Bramwell (2002) identifica a fragilidade das autoridades públicas em exercer a atividade turística, o autor reconhece que estes poderes não estão utilizando os procedimentos políticos adequados para se alcançar a efetivação do turismo. Faz-se importante este estudo, pois, ele está também na discussão iniciada por Acerenza (2002), que apresenta a organização da gestão quanto à atividade. Então, tanto esta dúvida de alocar o turismo em um nível hierárquico governamental, como as ferramentas a serem utilizadas nas políticas de turismo, são questões de relevância ampla para se pensar, por exemplo, esta atividade na cidade de Serra do Navio, e analisar como o turismo está sendo visto, a partir destes dois panoramas.

Destacam-se também, quando se trata sobre a política voltada para a atividade turística, os olhares para as políticas orientadas para o denominado turismo sustentável, que é o que tem por premissas desenvolver e orientar de modo sustentado o turismo. Tanto Bramwell (2002), quanto Beni (2003) expõem que, o desenvolvimento de uma comunidade,

assim como, seu crescimento econômico podem também fazer parte das políticas voltadas para a atividade turística. Destarte, toda e qualquer ação relacionada à promoção da melhoria da qualidade de vida em uma região ou localidade, também pode incluir o turismo como um possível indutor deste desenvolvimento.

É interessante notar, tanto nos estudos de Acerenza (2002), de Bramwell (2002) e de Andrade (2008), que a organização de uma política de turismo, sempre esteve ligada ao arranjo da infraestrutura organizacional do Estado como um todo. O que se tem a observar é que o turismo, normalmente, tem certa dificuldade em se enquadrar e participar ativamente dos outros setores governamentais. Conseqüentemente se faz importante, verificar em que condições a atividade turística estava organizada, para ser vista como está hoje.

A verificarem-se especificamente os postulados de Andrade (2008), este aponta alguns detalhes sobre como os organismos oficiais de turismo vem se constituindo, tanto em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. As críticas do autor referem-se às contradições existentes nessas duas categorias de países, e diz que no primeiro bloco (países desenvolvidos) as políticas relacionadas ao turismo são eficientes e conseguem atingir seus objetivos de fomentar a atividade em determinado território; no que se diz respeito aos países em desenvolvimento, estes sofrem com a ineficiência do setor. É importante analisar estas questões expostas pelo autor, pois, a crítica construída em torno desse debate é significativa para se pensar a conjuntura atual do setor político voltado para o turismo, no âmbito nacional, regional e também municipal, como foi visto em Serra do Navio.

Tem-se notado que, ainda, não se vê uma plena ou pelo menos, um equilíbrio no que concernem as políticas para a atividade turística, como assim expõe Andrade (2008, p. 205):

No Brasil, ainda não surgiram os reflexos de uma política nacional de turismo à altura do real valor dos recursos naturais e artificiais que o país apresenta, em quase toda a sua dimensão continental, pois os organismos oficiais de turismo têm apresentado apenas frutos amargos de corrosão das reservas dos cofres públicos, em benefício de pessoas e de partidos políticos, sem o retorno que seria licito esperar.

Essa afirmação é importante, pois, denota toda uma preocupação em se reverter este quadro de desordem quanto a uma política de turismo brasileira, e também para a Amazônia, que possui elementos naturais e culturais diferentes a serem empreendidos pela atividade turística.

No Brasil, o turismo vem se consolidando aos poucos,¹⁹ e atualmente, está se tornando ponto grande de discussão na academia, assim como, nas instituições governamentais. O importante papel das políticas públicas está no sentido, de orientar a organização de determinados segmentos da sociedade (transporte, educação, saúde etc.) e o turismo é uma atividade que está se materializando e sendo elemento destas políticas. Assim expõe Barretto (2003a, p. 33): “No turismo, o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade”. Isso faz refletir sobre como o Estado tem atuado em se tratando da atividade, com programas e projetos coordenados pelo Ministério do Turismo (MTUR) e pelas representações estaduais dos órgãos de turismo; essas ações ainda são pontuais e pouco vistas como soluções para os impactos e também o estudo acerca do turismo no Brasil.

E a falar-se sobre o MTUR, é importante fazer um retorno breve ao início das políticas de turismo no Brasil, pois, assim pode-se compreender como a gestão atual da atividade se consolidou ao longo do tempo. De tal modo, coloca Silveira, Paixão e Cobos (2006, p. 121): “A evolução das políticas do turismo brasileiro vem sendo marcada por alterações abruptas de direcionamento, conduzidas pelo próprio cenário da política nacional das últimas quatro décadas”. Neste trecho, verificam-se como as políticas voltadas para a atividade turística tiveram transformações a cada governo, e de cada um foram retirados aprendizados e erros.

O primeiro e concreto momento da política de turismo brasileira foi iniciado no ano de 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que era quem orientava e coordenava toda e qualquer atividade turística no país (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006). Na década de 1980, foi aberto o livre acesso e exploração do turismo nacional (Decreto-Lei 2.294, novembro de 1986), isto ocasionou sérios problemas para o desenvolvimento da atividade. Isto demonstra como a atividade turística sofreu transformações e que estas ainda estariam sendo vistas nos próximos anos.

Ainda segundo os autores, os governos de Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, trariam algumas mudanças, positivas e negativas, para o turismo no Brasil. O pensamento neoliberal influenciou muito a política naquele período e, conseqüentemente, as políticas de turismo também. Nos mandatos de Collor e FHC teve-se a mudança da EMBRATUR para Instituto; no ano de 1992 o Decreto 448/92 que cria a Política Nacional de Turismo (PNTur); e um fato importante foi a municipalização do turismo, quando surgiu o

¹⁹ A partir da década de 1970 (BARRETTO b, 2003) e enquanto na Amazônia (Amazonas e Pará) se constituiu com o turismo ecológico, inserido nos planos de desenvolvimento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (FIGUEIREDO, 1999).

Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), ainda no governo Itamar Franco (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006). Todas essas mudanças trouxeram pensamentos novos acerca do desenvolvimento e do estudo do turismo nacional.

A continuar tanto nas alterações governamentais, como especificamente na política de turismo, tem-se o mandato do governo de Luis Inácio Lula da Silva que cria o MTUR, e no ano seguinte o Plano Nacional de Turismo (PNT) (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006). Este, segundo ainda os autores, conseguiu trazer alguns resultados mais concretos que os planos anteriores, mas vale ressaltar, que estes mesmos autores destacam que o PNMT trouxe um ponto importante para o turismo no Brasil, que foi uma grande mobilização acerca do debate sobre a atividade turística no território nacional. Desta maneira, se vê, que apesar dos entraves governamentais, e que de certo modo interferiram no turismo, o desenvolvimento da atividade começou a tomar um rumo diferente.

Como se observou acerca das políticas de turismo no Brasil enfatiza-se que estas sempre estiveram em um plano fragmentado, pois, a criação dos planos e projetos para o turismo no Brasil, não atingiu o ápice de ser centralizado. Até antes da década de 1990, acreditava-se em um modelo de política de turismo concentrado no planejamento, mas este modelo não deu certo, como se vê em Beni (2008, p. 122):

Esperava-se que essa configuração, apresentando uma centralização no planejamento, coordenação e execução do plano, programas e projetos, oferecesse maior eficiência na utilização dos recursos, mas essa estrutura deixava lacunas e trazia algumas deficiências nos processos decisórios, sobretudo na permanente ausência de representatividade por parte da iniciativa privada.

Com base no apontamento do autor, percebe-se o início da fragmentação das políticas públicas de turismo, que já na próxima década vai se consolidar como políticas fragmentadas com caráter pautado na eficácia da gestão da atividade em todo o país.

O que se nota interessante ressaltar, é esse valor que está se proporcionando ao turismo, a partir das políticas públicas. O debate exposto por Barretto (2003a) é o de que as políticas públicas obrigam atender às necessidades básicas dos cidadãos primeiro, e com esta base garantida, a atividade turística, pode se tornar um fator que tem domínio de agregar importância econômica, social e cultural a uma comunidade. Nesse sentido, é de suma importância trabalhar as políticas públicas, e integrar o turismo a estas.

Oferecer essa visibilidade concreta a atividade turística, podendo assim avaliá-la, é de suma importância para que políticas públicas sejam especificamente criadas para a área. Realizar o planejamento do turismo, o mais positivo possível é o que se pretende, e como

coloca Becker (1996), tornar a atividade um possível vetor de desenvolvimento, onde este pode ser capaz de criar acesso para um modo novo de produção sustentável. Assim, devido à complexidade em se pesquisar sobre e na Amazônia, se faz importante ter-se instrumentos metodológicos, além das políticas públicas, para avaliar a atividade na região.

No que diz respeito ao turismo nas cidades de Macapá e Serra do Navio,²⁰ a atividade está mais bem estruturada e consolidada na primeira, enquanto que na segunda, as iniciais impressões tidas em campo mostraram que esta ainda está a dar início para a atividade turística. A cidade de Serra do Navio possui quatro equipamentos hoteleiros, sendo que apenas dois estão nas condições melhores de receber visitantes. E quanto aos espaços naturais com potencial turístico, note-se que os não que possuem a infraestrutura necessária para acolher turistas. Como posto por Alberto (2009), a SETUR-AP fez uma visita técnica no dia 15 de maio de 2009 (ALBERTO, 2009), para verificar a situação atual quanto ao turismo local. A SETUR-AP tem programas e planos de turismo para o Amapá, sendo que dentre estes se destaca o antigo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR),²¹ hoje este é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo (PRODETUR Nacional) como um de seus programas macros.

Esse Programa será explicitado melhor a seguir, pois é um dos que a principio estão mais atuantes na secretaria. Em linhas gerais, segundo pesquisa de campo (ALBERTO, 2009), o projeto é norteador das ações em infraestrutura turística no estado do Amapá; duas linhas de trabalho principais são: o Plano de Desenvolvimento Institucional da SETUR-AP; o outro é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo que este faz o diagnóstico do turismo no estado. Ainda, ressalte-se que, durante a pesquisa de campo final, não foi possível aprofundar os resultados quanto aos projetos da SETUR-AP, pois esta secretaria acabara de passar por uma troca de direção, em com isto durante as entrevistas, o discurso da maioria dos depoentes era de que “[...] devido à troca de governo ainda não temos projetos e resultados”. Esta fala dificultou muito o trabalho de pesquisa, pois, se esperava, depois de um ano da primeira visita de campo que algo de mais significativo já se apresentasse.

Deste modo, notou-se como o turismo é dinâmico na sociedade, como os seus desdobramentos criam instrumentos de mobilização neste, no caso, as políticas públicas de

²⁰ Estas cidades foram visitadas no período de 23 a 28 de julho de 2008, e no período de 10 de maio a 20 de junho de 2009.

²¹ Este foi elaborado para o planejamento e investimentos do governo federal que visa desenvolver o ecoturismo na Amazônia brasileira (PROGRAMA, 1998). Atualmente o programa se chama Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo (PRODETUR), que será melhor visto a seguir.

turismo. Em constante mudança, a atividade proporciona discussões das mais diferentes naturezas, além das econômicas, estão às vertentes sociais e antropológicas, como debates novos. Desta maneira, se faz importante estudar as transformações pela qual a atividade turística vem passando ao longo do tempo, e destaca-se a seguir as inserções de outros elementos, como a cultura, que no turismo tem um papel muito importante de incentivar e ser produto desta atividade.

2.2.2 Políticas culturais

Tratar sobre a questão da cultura trás há muito tempo debates calorosos quanto sua origem, seu conceito, como este se relaciona com a sociedade, enfim, questionamentos diversos são levantados quando se aborda o tema. O termo possui significados diferentes e por isso, é uma categoria que carrega certas dificuldades em se encontrar com a parte mais prática da ciência. Logo, se faz necessário expandir esse arcabouço teórico para se construir uma possível teoria, nesse caso, esta teoria vai se aliar ao turismo.

Muitos autores trazem para a ciência conceitos a respeito de cultura, e são as visões destes diferentes. Para este trabalho, se destaca Eliot (1988), Geertz (1989), Hoebel (1982), Laraia (2005) e Santos (2003), entre outros autores que serão vistos no texto, onde cada um destes irá oferecer subsídios teóricos que contribuirão para a constituição do debate que se tem sobre a cultura, e aliar este tema as práticas culturais exercidas dentro de uma cidade que já foi uma *company town* na Amazônia. Vai ser importante este alinhamento conceitual, pois as práticas culturais podem ser entendidas também a luz do conceito e da dinâmica da cultura.

Os primeiros conhecimentos acerca da origem da cultura, como ela aparece na sociedade, até que ponto se considera ou não o indivíduo produtor desta, qual a diferença do ser humano fazer cultura e o animal não, enfim, diversos são os questionamentos que dilatam o tema sobre o que é cultura. Tanto Eliot (1988) como Hoebel (1982), apresentam como ponto central do estudo desta, o indivíduo. Este é o principal elemento que caracteriza o conceito de cultura para os autores.

A relação que se estabelece entre os indivíduos nos diferentes grupos sociais, também cria um julgamento sobre o que se entende acerca de cultura. Nos argumentos de Anico (2009, p. 58), a autora sugere que a cultura é este processo sociocultural entre os diferentes atores na sociedade, como se vê a seguir: “A cultura enquanto processo social, resulta da interação entre diversos grupos sociais e atores individuais e, como tal, é moldada pelas

relações de poder que operam nas sociedades em função dos interesses dominantes em cada momento e em cada formação social [...]”. O poder, também, é um elemento que está implícito no processo cultural, e daí pode-se notar a importância das políticas públicas para a cultura.

Também nessa linha estão os pensamentos de Geertz (1989), que evidenciam duas premissas importantes entre os seres humanos e a cultura. A primeira delas sugere que a cultura não é somente um conjunto de comportamentos – crenças, tradições etc. segundo o autor, isto serviria de mecanismo de controle; a segunda questão exposta é a de que o indivíduo é totalmente dependente destes mecanismos de controle. A partir do que é apontado pelo autor, a cultura tem um significado muito importante na organização social de uma comunidade, e que isto irá remeter-se também a relação sujeito x natureza.

Pode-se, assim, observar que se constrói um tripé de relações: ser humano x cultura x natureza. Este tripé é constituído, a partir de normas e padrões que são impostos pelos comportamentos e culturas diferenciadas existentes na sociedade, como se nota em Alberto (2007, p. 21): “[...] a observação que se pode fazer acerca do debate em questão é que os seres humanos, através dos comportamentos e culturas diversificadas, estão presos a um conjunto de normas e padrões”. Laraia (2005),²² também trabalha esta questão, a partir da “endoculturação”, ou seja, o ser humano precisa de um elemento de dominação e a cultura pode ser este instrumento.

A cultura consegue manter uma dinâmica com a sociedade (produto, matéria-prima, mão-de-obra) gerando assim, elementos essenciais de crescimento social. Neste contexto, pode-se tratar a cultura como capital social, aquele que tem como característica a organização social, segundo Putnam (1996). Ao partir-se do pressuposto do autor, a cultura, ou as manifestações culturais tradicionais de uma comunidade inseridas ou no entorno de uma UC, podem também ser estudadas como produtora de um capital cultural.

Esse capital está configurado em um aglomerado de bens simbólicos que um indivíduo ou um grupo pode possuir. Estes bens simbólicos, já ditos por Bourdieu (1987) são os produtos culturais, não somente em modalidades de elementos representativos da cultura intelectual ou artística, mas também, elementos materiais que auxiliam na construção destes. E ainda segundo Coelho (2004, p. 85), o capital cultural se constitui em um “[...] conjunto dos

²² Laraia (2005, p. 25) expõe o conceito clássico de cultura apresentado por Taylor: “Tomando em seu sentido etnográfico é este complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelos seres humanos na sociedade”. Assim como Laraia, Santos (2003, p. 41) caracteriza a cultura de uma maneira mais ampla e genérica, como se vê em seu postulado: “[...] a cultura passa a ser entendida como uma dimensão não-material, uma dimensão totalizadora, pois entrecorta os vários aspectos dessa realidade”.

instrumentos de apropriação dos bens simbólicos”. Assim, nos postulados dos dois autores, a cultura está inserida neste contexto dos bens simbólicos, tendo sua configuração em um capital cultural.

Assim, falar de cultura²³ especificamente das manifestações culturais de uma comunidade é tratar este tema não somente em sua vertente antropológica, mas, é tratá-la como produto político de transformação social (ORTIZ, 1986; FURTADO, 1984). A questão cultural já ultrapassou as fronteiras antropológicas, as políticas culturais são os caminhos novos para o desenvolvimento da sociedade (CAETANO, 2007). Deste modo, estas políticas, ou simplesmente a cultura, já estão fazendo parte de um contexto muito maior que a discussão antropológica e social, mas também econômica e do meio ambiente.

Tratar de política cultural é remontar aos estudos propostos por Canclini (2003) que partem segundo ele, das políticas de desenvolvimento econômico relacionadas, principalmente, a América Latina. A cultura é um elemento que tem um significado muito importante no que concernem as discussões do desenvolvimento social. Nos postulados de Werthein (2003), é muito significativo o pensamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com relação à cultura, pois, abre possibilidades originais no campo do processo de desenvolvimento de políticas relacionadas à cultura.

Os debates do desenvolvimento e da cultura estão juntos e integram pontos diferentes em comum. Werthein (2003) coloca que, a análise sobre a cultura está muito próxima ao processo do desenvolvimento pelo qual a sociedade está passando. Neste sentido, se faz necessário a convergência de pensamentos que agreguem as duas categorias, pois, a cultura se torna um elemento a mais tanto para o âmbito social e político, como para o econômico. E são nestas associações que se fazem, é que as políticas públicas culturais se fortalecem como mais um objeto de estudo.

Outros argumentos que são analisados acerca da cultura e o desenvolvimento estão nos discursos de Diaz (2006, p. 166), que postula que:

La dimensión cultural del desarrollo abre las puertas a un desarrollo culturalmente determinado que rompe con la idea de un desarrollo occidental, moderno, económico, que fomenta un solo tipo de vida, un solo conjunto de objetivos, de valores y una única visión del mundo.

²³ Nos postulados de Cohn (1987), este também fornece uma consideração sobre cultura, que perpassa pela configuração de que este termo está ligado a dinâmica de alguns processos, dentre estes se destaca as práticas sociais.

Desse modo, se nota a importância de se levar em consideração os argumentos que apontam a cultura não somente como uma categoria de estudo antropológico e /ou no viés social, mas também, como um elemento que pode ser resguardado e dado a sociedade.

A falar-se especificamente sobre o estudo e a dinâmica das políticas culturais, diferentes são as opiniões acerca de seu surgimento, como pode funcionar na sociedade, quem são os beneficiários etc. Neste esboço, verificam-se alguns pontos que trazem essas discussões, e são a partir delas que se coloca o debate. Com base nesses argumentos, vê-se a cultura como um elemento que trás a tona diversos questionamentos, e dentre eles está às políticas culturais.

As políticas culturais são construídas a partir da formatação das exigências do Estado, é este quem vai instituir as políticas que estão direcionadas a cultura, e como esta vai ser difundida na sociedade. Segundo Warnier (2003, p. 98), existem três aspectos das políticas culturais: “[...] a) desenvolvimento econômico; b) promoção e controle da informação-comunicação; c) socialização dos indivíduos e transmissão do patrimônio cultural e de identidade”. Estas questões acerca das políticas culturais são bastante interessantes, pois, altera a dinâmica do seu estudo e da sua inserção prática na coletividade, a intervenção governamental, pode-se assim dizer, é um dos elementos principais que regem as políticas culturais²⁴.

Em outra perspectiva, está o conceito de política cultural exposto por Coelho (2004, p. 293):

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de se satisfazer as **necessidades culturais** (grifo do original) da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

No entendimento do autor, nota-se o papel importante que o Estado vai ter sobre a organização e a dinamização das políticas de cultura. Isto demonstra que os agentes governamentais, terão o processo de produção, distribuição e o uso da cultura, por meio do seu instrumento burocrático.

É também interessante ressaltar que a configuração das políticas culturais perpassa pela compreensão de dois planos: um antropológico e outro sociológico (BOTELHO, 2001).

²⁴ Anico (2009, p. 60) afirma que “[...] a política cultural pode ser entendida como um conjunto estruturado de intervenções protagonizadas por um ou vários organismos públicos na vida cultural, de forma a satisfazer as necessidades culturais dos cidadãos, mediante a utilização dos recursos disponíveis numa sociedade, num dado momento”. No que se vê no que expõe a autora, que o governo está intimamente ligado a estrutura política da sociedade.

Campos (2008), igualmente coloca esta questão dual acerca da cultura e, conseqüentemente, sobre as políticas culturais; uma no plano antropológico, a cultura fica baseada no campo simbólico; enquanto que no sociológico a cultura acaba sendo relacionada ao aspecto político e econômico. E a partir deste entendimento, pode-se argumentar que a política cultural está situada em um nível figurado (antropológico) e em um sentido concreto (social).

A tratar-se especificamente sobre o Brasil, as primeiras políticas relacionadas à cultura podem ter como base as realizadas em função do patrimônio histórico brasileiro, que desde a década de 1970 já se faziam presentes no contexto político e econômico do país. A trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN),²⁵ esta destacada, principalmente, nos estudos de Fonseca (2005),²⁶ que apresenta toda a história das intervenções políticas e sociais deste órgão quanto ao patrimônio histórico nacional. Com base nisto, pode-se já delinear as primeiras orientações para as políticas culturais.

Interessa, então, destacar que no passado as políticas culturais,²⁷ estas vistas, principalmente, em relação ao patrimônio edificado e imóvel brasileiro, eram de domínio da elite nacional da época, e que também o Estado, pode-se assim dizer, era o responsável por essa ascendência quanto à cultura nacional. Nestes termos, os interesses culturais estavam nas mãos de uma parcela diminuta da sociedade. Mas, sabe-se que trabalhos posteriores estariam preocupados com a identidade nacional, com os símbolos culturais, não somente móveis, algo mais além do que monumentos.

Nos apontamentos de Brasil (2007), na década de 1990, a cultura passou por estágios de transformações, principalmente, no que concernem as instituições e as reformulações pelas quais estas passaram. Como, por exemplo, renovação de museus, programas ligados ao patrimônio material e imaterial, assim como, a criação de leis e incentivos de financiamento. Nesta configuração, se vê o quanto à cultura se tornou alvo de políticas do Estado.

Para se propor um debate mais concreto sobre essa questão, coloca-se em evidência dois contextos acerca da organização das políticas culturais:

²⁵ Antes de se tornar Instituto, o IPHAN era denominado de Serviço do Patrimônio, Histórico, Artístico e Nacional.

²⁶ Fonseca (2005) e Campos (2008) colocam que o IPHAN no contexto inicial do estudo do patrimônio brasileiro, estava voltado a ênfase da preservação de um patrimônio que era para a elite da época. Outra questão a ser trazida a este debate é sobre a perda da identidade nacional, através da subtração de bens nacionais (peças históricas), este tema é discutido por Gonçalves (1996).

²⁷ E essa nova configuração do pensamento sobre a cultura nacional, surgiu a partir da configuração do trabalho de Mário de Andrade (CAMPOS, 2008; FONSECA, 2005). A diversidade da cultura brasileira, foi o elemento principal no anteprojeto de Mário de Andrade, como demonstra Campos (2008, p. 43): “[...] o anteprojeto desse intelectual tinha por preocupação a preservação da diversidade cultural e equacionamento entre o erudito e o popular”. Assim, fica visível a nova configuração das políticas culturais brasileiras, que foram iniciadas na década de 1930, privilegiando assim os modos e saberes tradicionais.

[...] as políticas culturais federais vão além da criação e do fomento de eventos. Essas políticas incorporam outros objetivos, como a criação de condições que permitam o desenvolvimento das práticas culturais e favoreçam a melhoria da qualidade de vida e do acesso ao repertório de bens culturais (BRASIL, 2007, p. 20).

E em seguida, vê-se o que expõe Botelho (2001, p. 78):

Como toda política pública, as políticas culturais também necessitam prever, em seu planejamento, as suas fontes e mecanismos de financiamento. No entanto, é a clareza quanto às prioridades e às metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazos que possibilitará a escolha de estratégias diversificadas e adequadas para o financiamento das atividades artísticas e culturais.

Notou-se, em ambos os textos, que as políticas culturais, estão muito influenciadas pelo poder governamental, pois, as suas atividades e os seus objetivos em atingir um público-alvo estão intimamente ligados ao instrumento político.

Essa inovação na configuração da cultura, trás a tona a dinâmica recente que os símbolos culturais estão tendo atualmente. A visão social da cultura é o viés novo de estudo e de análise que se faz entorno desta hoje em dia, se contrapondo ao que era no início da conformação dos esboços sobre a cultura, principalmente, no Brasil. O valor da cultura precisa ser apreendido como um bem onde a sociedade seja, também, a detentora de seus produtos e dividendos, e é aí que está o caráter social da cultura e, conseqüentemente, isto se estende as políticas culturais.

O tratamento da cultura, ou de suas políticas de desenvolvimento, ainda é escasso e de muito trabalho no Brasil e, principalmente, no que tange a Amazônia. Segundo Durand (2001), não se tem idéia de como o tema é tratado nos municípios brasileiros. Tal fato é corroborado por Simonian (2005), que trata do esquecimento das políticas culturais no âmbito amazônico. A partir destes debates, apresenta-se a questão destas políticas no campo de estudo das UC.

Todavia no contexto amazônico, as políticas culturais são pouco vistas em conjunto com a comunidade local, as ações normalmente permanecem em um contexto vertical de poder e importância. Isto é visto, por exemplo, nos estudos de Campos (2008) acerca do patrimônio arqueológico encontrado no estado do Pará, na localidade de Serra dos Martírios/Andorinhas e na localidade de Maracá, no estado do Amapá. Nestes locais, a população tem pouco acesso e conhecimento sobre a memória histórica e cultural da região.

No que se pôde constatar das discussões acerca da cultura, destacaram-se, principalmente, a relação do indivíduo na dinâmica social, e esta relação se dá em um espaço, que é construído pela sociedade. Estes ambientes físicos podem ser configurados por regiões, cidades, comunidades etc., aonde os indivíduos irão se relacionar e deste modo, criar sua própria dinâmica cultural, e as políticas culturais serão os instrumentos governamentais que auxiliarão no desenvolvimento da cultura destas regiões. Destaca-se que a cultura também é um elemento que se integra ao meio ambiente, já que este se relaciona com o indivíduo, com base nisto, se introduz nestes questionamentos as análises sobre o estudo das UC neste trabalho.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E URBANO

A atividade turística vem trazendo diversos elementos a serem estudados e dentre estes elementos destaca-se o estudo das UC; tema importante na configuração do modelo de desenvolvimento trazido pela mentalidade original acerca da preservação do meio ambiente. Aliado ao meio ambiente está também o estudo do urbano, categoria analítica que tem na natureza base para se verificar a atual situação da relação natureza x cidade. Neste momento, será visto uma construção teórica sobre as UC e o urbano, apresentando-os como conjunto de interesse de estudo para o turismo.

A proteção do meio ambiente, atualmente, não se remete somente a salvaguarda ou preservação dos recursos de fauna e flora. Interesses diferentes (políticos, econômicos e culturais) circundam o debate da proteção de áreas naturais. Assim, discussões diversas são desenvolvidas em torno desta questão, e inseridas neste assunto está a importância na proteção do meio ambiente e também o turismo nas denominadas UC.

A se tratar especificamente da relação indivíduo x natureza, a muito se discute acerca da utilização do meio natural pelas comunidades que viviam ou vivem nestes locais. A idéia de se ter uma região natural totalmente despovoada é muito significativa, pois, se sabe que sempre existiram essas populações, mesmo nos locais de floresta mais ermos. Desse modo, segundo Arruda (1999), se discute a dificuldade da gestão das UC e as populações que vivem nelas ou no seu entorno.

Ainda segundo o autor, o problema que envolve essa questão das comunidades tradicionais, ou até mesmo cidades, como Serra do Navio, próximas a estas áreas protegidas está em quase todo território brasileiro. A Amazônia é a primeira em porcentagem de UC

dentro de áreas onde residem comunidades tradicionais,²⁸ como se vê no que expõe o autor: “Para se ter uma idéia da amplitude do problema e apenas a título ilustrativo, basta lembrar que 35% das UC da Amazônia se sobrepõem a áreas indígenas” (ARRUDA, 1999, p. 80). Nota-se, o quanto é importante se discutir acerca dessa afinidade meio ambiente e indivíduo, principalmente em relação à Amazônia, pois, não serão somente as populações inseridas, mas também esse tema recairá sobre as populações de entorno, no caso de Serra do Navio, tem-se a comunidade de Pedra Preta, que fica próxima ao Parque Natural Municipal do Cancão.

Sabe-se que o pensamento a respeito da conservação/ preservação dos recursos naturais remonta há muitos anos. Silva (2007) apresenta aportes teóricos, sobre o histórico das primeiras áreas protegidas enfatizando, principalmente, os anos de 1400 e 1800 a. C., quando os reis desse período já se preocupavam em manter áreas naturais para preservar animais, plantas, fontes naturais de água etc. Estes são os primeiros indícios acerca das UC²⁹ como já alternativas de preservação de regiões com natureza bastante representativas.

A idéia do ser humano como dominador da natureza, era incrustada no pensamento inglês do século XVIII. Assim, cita Diegues (1994, p. 19): “[...] na Inglaterra até o século XVIII havia um conjunto de concepções que valorizavam o mundo natural do domesticado, e os campos de cultivo eram os únicos que tinham valor”. A partir do que expõe o autor, nota-se como foi importante a mudança deste pensamento, para que posteriormente fossem criados os primeiros espaços de proteção ambiental.

O indivíduo sempre teve papel importante na configuração da paisagem natural, pois, o manejo e a utilização dos elementos naturais (animais, plantas etc.) auxiliam na dinâmica desses ambientes. Assim expõe Arruda (1999, p. 87): “[...] a floresta ‘primária’ tal como a conhecemos hoje co-evoluiu juntamente com as sociedades humanas e sua distribuição pelo planeta. É uma resultante de processos antrópicos e características dos sistemas tradicionais de manejo”. Assim como o autor, Silva (2007), também afirma que a presença de populações humanas em áreas protegidas, foi fundamental para garantir a sua diversidade.

Em nível mundial o local primeiro a ser chamado de UC fica nos Estados Unidos da América (EUA), no século XIX, o Parque Nacional de Yellowstone (CÔRTEZ, 2002; DIEGUES, 1994; SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004; VALLEJO, 2007). Este espaço, foi

²⁸ O autor coloca em seu trabalho que essas comunidades tradicionais são representadas pelos: caiçaras, ribeirinhos, indígenas, seringueiros, quilombolas e outras variantes (ARRUDA, 1999).

²⁹ A fazer-se o prosseguimento sobre a história das UC, tem-se que mesmo antes da era Cristã, estas já faziam parte da sociedade, como demonstram Schenini, Costa e Casarin (2004), que a criação destas advém do ano 250 a.C. Assim como estes, Vallejo (2007), também refere-se ao histórico das UC desde a Idade Média, em Roma e na Europa Medieval. Percebe-se, a partir destes como é antiga essa idealização da proteção de reservas naturais.

o primeiro a ser considerado como local onde as idéias preservacionistas, em relação ao meio ambiente (animais, floresta), foram oficializadas. Essa inicial ação de preservação da natureza desencadeou no resto do mundo a importância dos recursos naturais para a sociedade.

Os séculos XVIII e XIX foram de mudanças grandes na sociedade contemporânea. A Revolução Industrial foi um dos momentos em que desencadeou estas transformações no indivíduo e na paisagem (VALLEJO, 2007). A Segunda Grande Guerra também trouxe mudanças na sociedade, tais como o crescimento acelerado das cidades, a grande disparidade que separa o ser humano da natureza (QUARESMA, 2003). Todas estas feições novas na coletividade foram significativas, para que o pensamento sobre o mundo natural fosse melhor repensado pelos governos, assim como pela sociedade em geral.

O avanço do capitalismo, também foi outro ponto que levou ao desenvolvimento destas idéias de preservação da natureza. Com relação ao Brasil, em específico na Amazônia, as idéias políticas que versam acerca da questão ambiental passam por transformações e conflitos (PINTO, 2006; SIMONIAN, 2005). O sistema capitalista, segundo Marx (1977), é característico de uma categoria econômica, e Vallejo (2007) apresenta que este tem como fonte os recursos naturais, e além deste suprimento de energia, o capitalismo mudou a paisagem urbana, cidades grandes e fábricas fizeram com que os indivíduos buscassem por espaços novos e estes são as áreas naturais. Logo, esses foram alguns dos aspectos importantes na transformação do pensamento urbano para o natural.

A se pensar nesses dois momentos históricos citados anteriormente (revolução industrial e avanço do capitalismo), pode-se ressaltar as condições postas acerca da introdução dos modelos de UC, que foram exemplos trazidos dos países do chamado primeiro mundo, que na maioria das vezes não condiz com os países do terceiro mundo. Arruda (1999) faz uma crítica, a esse modelo e inserção dessas UC nos países menos desenvolvidos, pois, segundo o autor, em países como os EUA existem áreas muito grandes sem a presença humana, porém, isto não ocorre nos países menos desenvolvidos, pois, mesmo em áreas isoladas a presença humana é constatada. Daí se sucedem consequências negativas diversas, tais como: retirada dessas comunidades de suas regiões de origem, perda da identidade cultural etc.

No Brasil, segundo Côrtes (2002), uma das primeiras iniciativas da criação de Parques foi ainda no final do século XIX (1876) com André Rebouças. Mas, oficialmente, somente em 1937 que foi criada a primeira UC brasileira, o Parque Nacional de Itatiaia (CORTES, 2002; SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004). Foi na Constituição de 1937, no artigo 134 que se consolidou a proteção dos recursos naturais brasileiros, onde o governo inseriu-se como dinamizador desses espaços e de tudo que está incluído neste.

A partir da criação do Parque Nacional de Itatiaia, muitas mudanças ocorreram na legislação ambiental brasileira. A própria criação de decretos, leis,³⁰ assim como a classificação das UC para estudo e pesquisa. Destaca-se o conceito de UC a partir de Unidades (2008, p. 15):

Entende-se por unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Baseado no texto acima nota-se a caracterização das UC. Também se evidencia o conceito de UC da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) apud (CÔRTEZ, 2002, p. 12), para quais as UC constituem-se em: “Uma superfície de terra ou mais consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos associados, e manejada por meio jurídico e outros eficazes”. O conceito apresentado, anteriormente, expõe de forma simples o que se entende por proteger parte do território nacional para preservar a sua biodiversidade e garantir a manutenção dos recursos naturais.

Em perspectiva diferente, o conceito de UC vai além da proteção dos elementos naturais, abrange o manejo e o uso da área, relacionando o meio natural e a comunidade inserida neste espaço ou no seu entorno, como assim segue:

Entende-se como UC's todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas, ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadra (SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004, p. 2).

No conceito acima, os autores já expõem um ponto muito importante que está relacionado às populações inseridas e/ ou no entorno das UC, e dentro deste conceito, um elemento novo que se apresenta é a questão sociocultural envolvida nestas áreas.

As UC estão inseridas em um complexo grande de leis e normas, e este é chamado de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dentro deste sistema as UC estão categorizadas a partir de seu uso. Logo, quanto à utilização as UC são classificadas em: UC de uso indireto (proteção integral) e UC de uso direto (uso sustentável) (QUARESMA, 2003;

³⁰ “LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000”. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de UC da Natureza e dá outras providências” (UNIDADES, 2008, p. 15).

UNIDADES, 2008), e dentro destas disposições se encontram as categorias especificadas no Quadro 1 a seguir:

<i>Unidades de Proteção Integral (uso indireto)</i>	<i>Unidades de Uso Sustentável (uso direto)</i>
Estação ecológica	Área de proteção ambiental
Reserva biológica	Área de relevante interesse ecológico
Parque nacional	Floresta nacional
Monumento natural	Reserva extrativista
Refugio da vida silvestre	Reserva de fauna
	Reserva de desenvolvimento sustentável
	Reserva particular do patrimônio natural

Quadro 1: Categorias de Unidades de Conservação.

Fonte: Alberto (2009) adaptado de Unidades (2008) e de Quaresma (2003).

Em cada uma destas se terá as especificidades de suas características de uso, no caso específico de Serra do Navio se tem o PNM do Cancão.

A tratar-se a respeito dos Parques Nacionais (PARNA) é importante ressaltar que dentro deste grupo existem outras classificações inseridas neste tema, estes parques possuem domínio público, e as unidades dessa categoria de UC desdobra-se em subcategorias que são criadas de acordo com a esfera governamental, pelo Estado ou Município. Segundo Unidades (2008, p. 20):

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Assim, a partir desta compreensão, nota-se a importância dos Parques nacionais, e da significativa concepção do Parque do Cancão para Serra do Navio. Ressaltam-se as categorias de Parques que, já citadas por Unidades (2008), quando criadas a partir das esferas político-administrativas estadual ou municipal são denominados, respectivamente, de Parque Nacional Estadual e Parque Nacional Municipal, e o PNM do Cancão se encontra nesta última.

Atualmente, o estudo das UC está passando por um processo de mudança quanto a sua categorização, fala-se então em recategorização destas unidades. A dificuldade em se analisar e inserir as UC em conjuntos de estudo e/ou pesquisa é ainda se é um tema pertinente. Deste

modo, grandes se faz importante ressaltar a dificuldade que ainda se apresenta nesse debate, que também foi presenciado na cidade de Serra do Navio.

Na Amazônia, mais especificamente no Amapá, o ambiente natural é um dos potenciais para o desenvolvimento do estado. De fato, este se caracteriza como um dos mais preservados do Brasil. Segundo Porto (2007), a ação antrópica no estado é reduzida nos ecossistemas ali existentes, assim como, pelo que se sabe possui uma taxa de desmatamento de 5% em todo o território.

Já nos apontamentos de Drummond e Pereira (2007, p. 80), “Uma das características mais instigantes para a análise dos potenciais desenvolvimentistas do Amapá sob o ponto de vista da conservação ambiental é que grande parte do seu território está designada para usos restritivos dos recursos naturais” [...]. Tal realidade demonstra a necessidade de estudos que viabilizem uma perspectiva nova de investigação para o estado, neste caso, o turismo como mais uma atividade a se pesquisar e trabalhar, de modo planejado no território.

Um bom indicador de que as leis ambientais do estado do Amapá estão em direção a um avanço é o número grande de UC neste estado. Segundo Drummond e Pereira (2007), o estado possui políticas ambientais avançadas, tendo um número amplo de UC com extensões vastas e de qualidade ecológica boa. Isto torna o estado um dos mais protegidos por essas áreas de preservação e, principalmente, torna o Amapá um dos estados brasileiros que mais procura resguardar e ordenar a exploração dos recursos naturais.

É neste contexto se expõe o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), este foi instituído pelo Decreto nº 4.297 de 10 de julho de 2002, e projeta o dimensionamento e organização, tanto por parte do poder público quanto privado, dos diferentes espaços brasileiros, como assim se vê: “O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas”. (BRASIL, 2010, p. 1). Além da organização dos espaços visando à preservação do ambiente natural, o ZEE contempla a averiguação de áreas com significativos recursos naturais, introduzindo assim, na sua discussão as UC.

Em outro documento, este o Macro ZEE da Amazônia Legal (2010), tem como objetivo principal: “Estabelecer indicativos estratégicos de ocupação e uso do território em bases sustentáveis que orientem na escala regional, a formulação e espacialização das políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e ambientais, assim como as decisões dos agentes privados” (BRASIL. MACROZEE, 2010, p. 4). O papel deste é o de

apresentar estratégias que contemplem a melhor utilização dos recursos naturais da Amazônia Legal. Neste contexto, se encontra o estado do Amapá integrado por meio da industrialização do minério e bioprodução (produtos da floresta e pesca marinha), além de também enfatizar a importância da gestão das UC na região da Amazônia amapaense.

A destacar-se o turismo, este também é visto no plano do Macro ZEE da Amazônia Legal (2010), como alternativa de estratégia para o melhor desenvolvimento da região em questão. As duas áreas que integram o estado Amapá no plano do Macro ZEE são: *Defesa do coração florestal com base em atividades produtivas e Fortalecimento das capitais costeiras, regulação da mineração e apoio à diversificação de outras cadeias produtivas*. Estes dois espaços contemplam o turismo por meio do fomento da atividade ligada a estudos, investimento e capacitação para adaptação à realidade local. Tornando assim, a atividade turística importante para se desenvolver no estado, e conseqüentemente o município de Serra do Navio.

Assim, se dá a pesquisa na área ambiental no estado do Amapá que é muito significativa, e deste modo, se observa a importância do estudo do PNM do Cancão, como um possível potencial de preservação para o entorno do município de Serra do Navio, além de ser mais uma unidade de conservação no estado. Atenta-se que durante o primeiro estudo de campo, foi coletada a informação de que o Parque foi criado para fins de interesse das empresas mineradoras no município (ALBERTO, 2008). Porém, na segunda ida a campo, notou-se que este motivo ainda continua, mas, o poder público municipal está mais mobilizado para a questão da preservação ambiental (ALBERTO, 2009), contudo, a participação da comunidade não foi vista diretamente, no processo de criação deste espaço.

2.3.1 Urbano, meio ambiente e as práticas culturais

Ao se propor uma análise do urbano é importante trazer os pensamentos de Lefebvre (1991), que apresentam uma ponderação teórica sobre a análise da cidade. Esta vai ser o cenário onde as relações sociais diferentes serão construídas, estas são: as relações econômicas, políticas, culturais e, principalmente, as relações sociais. O meio urbano e natural estão também ligados a pesquisa acerca da cidade.

Outra questão levantada nos apontamentos do autor diz respeito à análise sobre a importância do estudo das necessidades sociais, estas estão imbricadas na investigação da cidade. O objeto de averiguação que o autor coloca em seu trabalho trata da *ciência da*

cidade, deste como elemento principal de análise. Lefebvre (1991) faz uma decomposição da cidade, tendo esta como um componente, além de ressaltar que o urbano está junto com a urbe. Essas impressões são somente contextuais, apenas para ilustrar como o urbano possui elementos significativos quando vistos com a questão da relação entre cidade x meio ambiente.

A apreciação do tema urbano se faz importante, pois, neste se tem um ponto muito peculiar atualmente, que são os temas ambientais e suas implicações sobre os impactos que o desenvolvimento trás, e que interferem nas relações diretas e indiretas entre a cidade e natureza. Apresenta-se também que medidas, nas áreas das políticas públicas, estão sendo tomadas para diminuir esses impactos, assim como, outros assuntos que são argumentos que fazem parte dessa questão. Serão expostos, alguns temas que norteiam uma parte do estudo que faz a relação entre a questão urbana e o meio ambiente. Assim, esse aporte teórico subsidiará as pesquisas relacionadas na cidade de Serra do Navio.

Alguns autores debatem acerca dos problemas ambientais nas cidades, como a falta de saneamento, poluição do ar, habitações desordenadas, entre outros problemas. Aqui, trata-se sobre alguns entraves que se encontra a respeito das questões de áreas protegidas próximos a núcleos urbanos. Neste caso, as recentes UCM, que se relacionam com o PNM do Cancão, também no município de Serra do Navio, como uma UC nova no estado do Amapá. Porém, logo, a seguir se terá mais especificamente sobre este assunto.

A respeito da problemática entre degradação ambiental e ambiente urbano, primeiro se expõe a respeito do modelo de apropriação do espaço, onde este não está tendo, ainda, políticas que assegurem a sua conservação, ou pelo menos, que garanta o melhor aproveitamento. Assim, Jacobi (2004) expõe que está havendo um agravamento crescente dos problemas ambientais nas metrópoles, e parte disto se dá devido à ausência de políticas públicas para ambas as problemáticas. Isto se reporta a questão de Serra do Navio, pois, a cidade está muito próxima a uma área natural grande, e é significativo expor estas questões sobre o urbano e o meio ambiente para estudar esse tema.

A questão acerca do meio urbano e espaços naturais no seu entorno, também está relacionada às UC, que normalmente estão se tornando espaço de refugio ambiental em cidades grandes. Algumas localidades brasileiras têm áreas naturais próximo aos seus núcleos urbanos, e isso até certo ponto pode ser positivo para aquela região. No caso de Serra do Navio, o Parque do Cancão será uma das primeiras áreas do norte do país com característica de UC municipal, atendendo ai a necessidade de se criar mais um local preservado para o município.

Os primeiros questionamentos importantes sobre o urbano e o indivíduo que habita este podem ser referenciados pelos discursos de Simmel (1987), que trabalha a questão do ser humano metropolitano, caracterizando este perante a psicologia e aos fenômenos da metrópole. Os estudos deste autor perpassam pela diferença na vida urbana e rural, além da psicologia do indivíduo, enfatizando mais o intelecto da dinâmica da vida urbana. Essa tese mais subjetiva da análise do urbano, também está no foco de estudo de Velho e Machado (p. 73, 1977), quando estes expõem que os temas: “[...] assimilam o individualismo que caracteriza o meio urbano à sua impessoalidade”. Desse modo, em ambos os autores, pode-se notar como o tema urbano x indivíduo está imbricado, e pode ser ligado a questão da cultura e também do turismo.

Diferentes relações são percebidas dentro do espaço urbano, a partir de uma visão antropológica. Além das interações sociais e culturais, a relação econômica entre os indivíduos vai estar também perceptível nesse ambiente, como podem ser vistas tanto em Simmel (1987), como em Velho e Machado (1977), nos dois estudos podem ser notados que existem na cidade e/ou metrópole relações sociais de trabalho e econômicas. Cada um dos autores enfatiza um plano para esse contexto: para Simmel (1987) existe a dinâmica entre os indivíduos da metrópole e o fator econômico. Enquanto que para Velho e Machado (1977), a questão está voltada para as relações sociais que irão proporcionar o contato pessoal para as relações de trabalho.

Com base nesses pressupostos, pode-se já iniciar análises que se aliem a dinâmica de Serra do Navio. Pois, esta é uma cidade que teve como principal objetivo de criação o crescimento econômico de parte da região amazônica, por meio da mineração. Então os estudos dos autores acima, irão auxiliar no entendimento da dinâmica do urbano que foi “implantado” na região Amazônica.

A seguir com o tema da cidade, pode-se reportar aos estudos de Magnani (2002), que tratam sobre a questão da urbe e dos estudos etnográficos que podem ser realizados nesta. Assim como o autor, Agier (1998) também expõe uma discussão acerca do debate entre a cidade e a etnografia, em ambos os esboços podem-se verificar a importância de como se dá a relação entre o indivíduo e a cidade. Nesse caso, Serra do Navio, tem um caráter peculiar por se tratar de uma cidade recentemente criada, então poderá ser muito importante se analisar como os residentes, principalmente os mais antigos, vêem a mudança que esta sofreu ao longo dos anos.

A análise do comportamento dos indivíduos que habitam as cidades³¹ é importante para também, se entender as suas manifestações culturais. Neste sentido, apresentam-se os postulados de Magnani (2002) e Agier (1998), que oferecem algumas análises sobre a sociabilidade no espaço urbano, e dentro deste método de pesquisa está o estudo etnográfico. Este método de diagnóstico se faz importante na investigação, por exemplo, de cidades que têm inicialmente uma dinâmica de utilização e uso pela população, e depois passam por uma transformação. Nesse caso, Serra do Navio que antes era uma vila operária, e atualmente é uma cidade.

A dinâmica de transformação de uma cidade, por exemplo, apresenta visões diferentes acerca de como os sujeitos irão se colocar no meio social e também no natural. A cidade de Serra do Navio, quando criada, tinha uma dinâmica, uma prática social e cultural diferente da atual. Daí, a importância de se criar uma relação de estudo entre o espaço urbano e as práticas sociais culturais interligando a história da cidade de Serra do Navio a estes elementos.

O conceito de prática cultural, segundo Certeau (2008), perpassa pela prática e desta para a identidade, ou seja, o que o indivíduo é e como ele vai agir em um determinado espaço. No caso do estudo do autor, este faz a análise do bairro, que é um local onde se tem uma relação entre o público e o privado, assimilando esta relação. O turismo vai se caracterizar, dentro deste contexto de práticas culturais, a partir do momento em que os sujeitos buscam um local e uma maneira de se identificar com o ambiente da qual estão procurando, por meio, por exemplo, do turismo cultural³². Assim, a relação entre o turismo e as práticas culturais vai se dar no modo como as pessoas vão lidar com o espaço urbano e, aonde, a atividade turística vai se inserir também.

A atividade turística é uma das que mais crescem nos anos recentes, inclusive integrando elementos diferentes: cultura, economia, lazer etc. É a partir da cultura e do lazer, que se pode fazer a ligação dos estudos antropológicos das práticas culturais urbanas e do turismo. A comunicação entre os indivíduos é também importante na atividade, assim como,

³¹ As análises sobre as redes são importantes dados para se configurar os estudos urbanos, pois, nelas será possível identificar que ligações existem entre os indivíduos de uma região, bairro, cidade etc. Tanto Agier (1998) como Portugal (2007) trabalham com as redes sociais. É evidente que para este trabalho, não se terá um aprofundamento sobre tal questão, mas sim, apenas alguns apontamentos para a construção teórica deste. Então, Portugal (2007) fala sobre o surgimento das redes que se deu a partir do: “[...] desenvolvimento extraordinário das comunicações, que possibilita a existência de conexões onde antes havia isolamento; a valorização das relações entre as pessoas relativamente às relações entre as pessoas e as coisas” (PORTUGAL, p. 1, 2007). Quanto a Agier (1998), este apresenta às relações sociais e urbanas ligadas as redes. Assim, se vê como as redes irão ser importante categoria de estudos, tanto sociológicos, como antropológicos.

³² O turismo cultural é caracterizado como: “[...] un movimiento de personas esencialmente por una motivación cultural, tal como el viaje de estudios, representaciones artísticas, festivales o otros eventos culturales, visitas a lugares y monumentos, folklore, arte o peregrinación” (TALAVERA, 2003, p. 4-5).

essencial nas práticas culturais. Ainda nesta direção, Certeau (2008) argumenta que a linguagem verbal e não-verbal está integrada a tal discussão.

A partir da proposição acima, pode-se iniciar a integração dos estudos acerca do turismo e das práticas culturais. Nestes termos, e como posto por Steil (2002), o campo da interdisciplinaridade está também muito ligado às práticas culturais e de acordo com Certeau (2008), estes esboços envolvem muitos conceitos como: táticas, ênfase no coletivo, as redes, consumo etc. Dentro desta variedade de elementos, tem-se o turismo, que se realiza via o consumo e práticas socioculturais, dentro de espaços como as UC, a seguir vê-se as UCM.

2.3.2 Unidades de Conservação Municipais (UCM)

Conforme abordou-se anteriormente, a importância da relação cidade x meio ambiente emerge das interações entre os indivíduos, principalmente as de natureza sócio-culturais. Neste contexto, é de se evidenciar o processo que levou a criação das denominadas UCM. Porém, este é ainda um assunto bastante recente e com produção bibliográfica reduzida. Conseqüentemente, as referências utilizadas serão de abordagens pontuais sobre estas Unidades existentes na região sul e sudeste do país.

Por sua vez, as UC ainda têm questões diferentes a serem tratadas e uma delas se refere a sua categorização. Todavia, encontram-se alguns obstáculos quanto à denominação de uma UC e de seu manejo. Pode-se ver esta questão pelo que Tossulino, Muchailh e Campos (2006, p. 260) demonstram:

Em muitos anos, observa-se que as áreas declaradas em uma determinada categoria de manejo não reúnem os requisitos básicos nem se ajustam à definição de categoria, razão pela qual não podem cumprir adequadamente as funções nem alcançar os objetivos determinados para essa categoria.

Leva-se em consideração, a partir deste postulado, que a denominação e o uso das UC pode se tornar mais um elemento para se discutir e as UCM estão neste contexto, pois, são categorias de estudo novas.

É importante salientar que essa categorização nova de UCM não vai interferir nas demais categorias definidas pelo SNUC. Ao tratar de umas destas Unidades, o Parque Municipal, conforme Ambiente (2009, p. 1), apresenta a definição de seus objetivos assim:

As UC da categoria Parque Municipal, são representativas de áreas naturais, contendo formações ou paisagens relevantes, onde espécies da fauna e da flora, sítios geomorfológicos (de formações rochosas) e habitats são de interesse científico, educacional ou recreativo; Proteger ecossistemas relevantes em nível municipal; Proteger cursos d'água e nascentes de interesse do município; Atuar como corredor ecológico conectando duas ou mais UC já existentes; e Abrigar elementos de valor histórico, cultural ou antropológico de interesse municipal ou grande beleza cênica.

Isto representa o grau de administração em que esta modalidade de UC vai estar amparada; a esfera do governo e a circunscrição territorial, a que pertencem estão definidas: a municipal e o município. Enfim, há de se discutir os objetivos e a importância destas mesmas Unidades, tanto para o desenvolvimento das leis ambientais, quanto para pesquisas futuras naquelas que forem criadas.

A questão quanto à desordem de entendimento em relação à utilização e caracterização das UC, tem muito a ver com a falta de conhecimento, que a maioria da população tem a respeito dos temas ambientais. Em muitos casos, a população local pouco conhece sobre o que é, como funciona e qual o objetivo de uma UC; ainda segundo Tossulino, Muchailh e Campos (2006), tais categorias confundem a sociedade. Deste modo, é importante criar condições para que a comunidade participe do processo de implantação e se envolva nas atividades possíveis que está terá e, principalmente, quando se tratar de uma UCM, pois esta em geral está mais próxima da coletividade.

Atualmente, a apropriação do meio ambiente como mercadoria ou como espaço de sobrevivência é um problema grande para a sociedade; os desequilíbrios que giram em torno da questão social, econômica e ecológica são parte integrante das discussões quanto às UC e, também, das UCM. São vistos nos escritos de Fernandes (2008), que a natureza está cada vez mais se tornando mercadoria, transformando assim a paisagem natural em lucro; isto está caracterizado pelo crescimento urbano – que tem sido enorme e, também pela atividade turística (FERNANDES, 2008). Para acrescentar a este debate, Loures, Almeida e Sálvio (2007) destacam a criação de APA municipal próximo ao município Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, o que analisam a partir dos processos de criação destas Unidades e como estão atualmente.

A discussão desses autores ressalta justamente a importância da criação das APA que se configurem como UCM nas regiões metropolitanas. Como se sabe a partir de muitas experiências, estas Unidades sofrem com pressões antrópicas, havendo assim a necessidade de se adotar medidas preventivas para que não ocorra uma degradação maior ainda. Veja-se parte da discussão feita por Loures, Almeida e Sálvio (2007, p. 3):

[...] estas sofrem forte pressão da população do entorno, que é receosa quanto às mesmas, dada a incompreensão de tais áreas. Em função disto, costuma ser contrária a muitas das ações de proteção propostas. As interpretações demonstram que se deve repensar o processo de gestão dessas UC's para que as medidas adotadas sejam, além de favoráveis as UC's, também suficientemente compreendida pela população do entorno.

Deste modo, as UCM podem servir de proteção para áreas sob pressão humana exacerbada e também de ferramenta para se produzir informações de qualidade sobre a utilização e os objetivos das UC nas cidades.

A tomar-se os estudos de Fernandes (2008), o autor demonstra a importância do debate acerca do espaço natural que está se tornando um item de consumo, e isto se reverte no contexto das UCM, pois, estas categorias são as que mais padecem com esses problemas. Hoje, muitas áreas naturais próximas a centros urbanos sofrem com a invasão e a degradação que populações sem recursos fazem em suas áreas ou em seu entorno. A discussão de como estes problemas podem ser resolvidos estão diretamente relacionados à criação das UCM.

Ainda nos estudos de Fernandes (2008), tem-se que a natureza está sendo vendida cada vez mais, e além do meio natural, uma idéia de “mundo natural” também está sendo mercantilizada. Observa-se no texto do autor: “Por tanto, o reencantamento pela natureza e a valorização das paisagens bucólicas “naturais” pela sociedade em geral, transformam o meio ambiente em um neomito, onde as pessoas acreditam que lá é melhor viver e que apenas nesses lugares poderão ser felizes” (FERNANDES, 2008, p. 5). Nota-se que não é apenas a questão da venda do espaço, mas também, da disseminação de uma ideologia ambiental.

Um dos estados brasileiros pioneiros na criação de UCM é o Paraná, este possui o número maior de UC do Brasil, segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná (apud HASSLER, 2005). A região metropolitana de Curitiba é uma das que possui mais recursos naturais próximos à cidade e isto é um ponto importante a ser levantado, pois, dentre estes estão os mananciais aquíferos que servem a proteção local. Além deste ponto, está também em debate, a questão da qualidade de vida nos centros urbanos de porte grande. A tratar-se de Serra do Navio, mesmo sendo uma localidade pequena, possui áreas naturais significativas a serem preservadas, a exemplo do PNM do Cancão, que está ameaçado por assentamentos próximos, além de ser uma opção de lazer e turismo para a cidade e outros municípios.

Outro caso a ser citado, é o trabalho de Lavendowski, Moraes e Moscatelli (2009), em que os autores também versam a respeito dos Parques Naturais Municipais (PNM) no entorno

da RM de São Paulo, os quais têm como objetivo a preservação dos recursos naturais locais, que são os mananciais de abastecimento de água. Estas áreas são, normalmente, de acordo com alguns estudos, as que recebem o título de UCM, pois, normalmente se encontram próxima ou no seu entorno. Nota-se que as UCM têm como características a de proteção de recursos que estão próximos às áreas urbanas e, também, de serem mais uma opção de espaço de lazer para a população das cidades.

Assim, nos apontamentos de Lavendowski, Moraes e Moscatelli (2009) e Fernandes (2008), as UCM aparecem como espaços que servem de proteção para áreas naturais que estão sofrendo com a expansão urbana, ou por ocupação indevida que muitas cidades brasileiras estão passando devido a todo um contexto de desequilíbrio social, econômico, cultural e ambiental. Deste modo cita Lavendowski, Moraes e Moscatelli (2009, p. 3) quanto à criação destas unidades: “[...] é de conciliar a demanda por um espaço de lazer com a necessidade de preservar seus recursos naturais pelo valor de serviços ambientais que presta à população da região e também reconhecendo que seu território preservado funciona como barreira para a expansão da ocupação [...]”. A partir do exposto, nota-se a importância destas áreas e no caso de Serra do Navio, o PNM do Cancão vai preservar uma área natural e ainda vai conter uma ampliação urbana que a cidade já está começando a sofrer em virtude da desordem econômica que tem acontecido nos últimos dez anos na cidade, após o fechamento da ICOMI.

Como são espaços essencialmente novos, tanto na sua criação como nos seus objetivos, as UCM se tornam alvo de pesquisa no contexto contemporâneo da relação cidade e meio ambiente. Os estados do Paraná e de São Paulo são os pioneiros a trabalhar com as UC próximas aos centros urbanos amplos, assim como das cidades pequenas e médias, e assim, tem-se esta preocupação de preservação, principalmente, dos recursos naturais ali localizados. Então, pode ser colocado um conceito breve acerca das UCM, estas, são UC que normalmente estão próximas aos núcleos urbanos e estas áreas possuem características como zonas de lazer e, principalmente, a de zonas de preservação de mananciais aquíferos.

A preocupação maior com essas áreas, próximas aos eixos urbanos, é justamente a degradação e/ou destruição que as populações carentes provocam nestas áreas, invadindo-as. “Por sua vez, UC localizadas em regiões metropolitanas apresentam peculiaridades quanto à sua intensidade das pressões de segmentos pobres da população que têm demandas por moradia e por lazer [...]” (LAVENDOWSKI; MORAES; MOSCATELLI, 2009, p. 4). Neste, se percebe a exposição do tema das UCM está relacionado aos problemas socioeconômicos que as cidades brasileiras grandes têm que são a falta de espaços naturais para o descanso, e

pelo seu crescimento desordenado. Especificamente em Serra do Navio, o PNM do Cancão é também mais uma área de lazer, que segundo o poder municipal vai ser preservado, e protegido de uma ocupação que está se formando em seu entorno.

Desse modo, o estudo sobre as UCM trás como questão principal a preservação de áreas que estão e podem sofrer degradação devido à falta de planejamento urbano e desequilíbrios socioeconômicos. Destacou-se também, o debate recente que envolve estas unidades, pois, estas ainda estão sendo estudadas e pouco se tem produzido acerca de tal problemática. Logo, é de importância significativa o destaque para o assunto e, em especial, para Serra do Navio que possui uma das primeiras UCM do norte do Brasil.

3 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL, HISTÓRICA E SOCIOECONOMICA DE SERRA DO NAVIO/ AP

O território do Amapá foi uma das regiões integrada mais recentemente às terras brasileiras, e sua constituição como estado deu-se a há pouco tempo, pois, pertencia ao estado do Pará. A história da sua capital, Macapá, é de importância para historiografia da Amazônia, pois, a mesma se confunde com a história militar brasileira. No contexto da história do estado amapaense recente, está a constituição do município de Serra do Navio, que antes era chamado de vila de Serra do Navio. Esta localidade foi a primeira *company town* da região amazônica voltada especificamente para a extração mineral,³³ construída no decorrer da década de 1960; as primeiras *company towns* da Amazônia foram Belterra e Fordlândia (COSTA, 1993; RODRIGUES, 2001). A seguir, tem-se uma aproximação ao processo de construção histórica desta região.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Antes de se contextualizar historicamente o município de Serra do Navio, faz-se importante expor sobre a história do Amapá. Tanto este estado, como a cidade de Serra do Navio possuem histórias de constituição recentes. Este estado, por ser uma região que já foi disputada internacionalmente entre Brasil e França nos séculos XVII e XVIII, tendo sido posteriormente área do estado do Pará, somente há poucas décadas se torna estado federativo; e esta mesma cidade tornou-se o primeiro núcleo urbano planejado da região amazônica.

Ao iniciar uma discussão histórica do estado Amapá, faz-se necessária uma apresentação, ainda que breve quanto à questão historicocultural, encontrada nos vestígios arqueológicos. Segundo Malagreti (2006), as culturas paleoindígenas deste estado surgiram há milhares de anos e se extinguíram pouco depois da chegada dos europeus. Campos (2008), que trata da descoberta de sítios arqueológicos no município de Mazagão, evidencia que os registros arqueológicos de grupos precoloniais na área deste estado datam de 1860, quando o

³³ Do que se tem pesquisado sobre empresas que se instalaram na Amazônia e construíram grandes infraestruturas para trabalho e arregimentação de mão-de-obra, têm-se em nota as cidades-empresas de Belterra e Fordlândia, no estado do Pará. Estas foram construídas nas décadas de 1928 a 1934. Estas *company towns* foram erguidas para assegurar à extração de borracha (*Havea brasiliense*), para a produção automobilística da Ford Motor Company, que aqui no Brasil teve sua extensão por meio da Companhia Ford Industrial do Brasil. A empresa entrou declínio logo após a Segunda Grande Guerra, nos anos de 1945 (COSTA, 1993).

Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) recebeu uma doação de uma urna funerária. Com a continuidade das pesquisas arqueológicas, tem-se uma idéia acerca da configuração historicocultural da região, que é importante para este estudo.

Como posto por Malagreti (2006, p. 17), “O estado do Amapá possui uma vasta herança cultural que desde os meados do século XIX vem sendo pesquisada por naturalistas como Henri Condreau, Ferreira Penna, Lima Guedes e Emilio Goeldi”. Sabe-se, que a descoberta primeira ocorreu no ano de 1860, e que Ferreira Penna, segundo Campos (2008), fez duas visitas nestes locais. Atualmente, o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) vem contribuindo com pesquisas diversas na área da arqueologia no estado, inclusive em áreas próximas a Serra do Navio (ALBERTO, 2009). Campos (2008), ainda discute a questão da sustentabilidade deste patrimônio no município de Mazagão.

A história da colonização das Américas mostra que a sua “descoberta” gerou muitas disputas, inicialmente, entre Portugal e Espanha, e um pouco mais tarde, entre estes países e outros da Europa e, segundo Campos (2008) foram as terras das Guianas, primeira denominação do estado do Amapá, um dos estopins. As denominadas bulas papais eram os instrumentos que regiam as divisões politicoadministrativas entre os dois países. Mesmo com isto, muitos conflitos ocorriam, pois, naquele período, o controle de regiões imensas, era muito difícil.

É importante contextualizar este início histórico, pois, é complexo o estudo da exploração da região amazônica. Conforme Bezerra Neto (2001) e Campos (2008), os espanhóis foram os primeiros europeus a chegar à Amazônia, e segundo os autores, o Amapá foi a primeira terra a ser explorada por estes. Ainda, persistem muitas controvérsias a respeito da configuração dessas movimentações exploratórias.

Outro momento de contradição histórica é a própria “descoberta” da América por Américo Vespúcio, onde seu documento foi questionado quando se confrontou as cartas de Hojeda, outro navegador europeu (CAMPOS, 2008). Estas contradições existem na descrição das cartas por onde a expedição espanhola passou. Sabe-se que até os dias atuais, ainda persiste a controvérsia quanto a Américo Vespúcio ter sido o “descobridor” do Brasil, pelo Amapá, se mantém.

As primeiras mobilizações feitas para a consolidação de uma população de origem européia fixa no Amapá aconteceu ainda no século XVI, como se vê neste trecho de Picanço (1981, p. 16): “Depois do inicio da colonização do Brasil, foram feitas as primeiras concessões em terras amapaenses. Em 1544, Carlos V da Espanha, concede a Francisco de Orellana a primeira, que recebe o nome de Adelantado de Nueva Andaluzia – o primeiro

nome oficial que recebeu o Amapá [...]”, e as concessões seguintes foram feitas por Portugal em 1533 por D. João III, a Luis Melo da Silva, que navegou pelo litoral do Amapá até as Guianas (CAMPOS, 2008). É com base nestes dados que se inicia a configuração histórica do Amapá, que apresenta principalmente características de colonização militar.

A tratar-se ainda sobre as notas iniciais da história do Amapá, Picanço (1981) apresenta que os antecedentes do estado estavam ligados aos ciclos das grandes navegações. Sabe-se que este período foi de muita movimentação comercial em todo o mundo, e o Amapá, que tem uma localização e recursos privilegiados, foi alvo de exploração econômica desenfreada. Ainda segundo este autor, a história do Amapá sempre esteve ligada a extração mineral.

A criação do estado do Amapá se confunde com a história militar do Brasil. O estado amapaense foi uma região de destaque na área bélica, como enfatiza Castro (1999, p. 135): “[...] podemos dizer que o próprio Estado do Amapá surgiu como resultado de uma proposta de ação com caráter profundamente bélico [...]”. A partir do exposto, se nota como foi diferente a colonização amapaense, e a importância desta região para o Pará e o resto do Brasil, e um dos locais mais visitados e de significado grande para a cidade é a Fortaleza São José de Macapá,³⁴ como pode ser vista nas Fotografias 2 e 3 a seguir.



Fotografias 2, 3: Fortaleza de São José de Macapá.
Fonte: Arquivo pessoal de Anderson Guedes; Alberto (2008).

A história militar do Amapá tem três estágios distintos: primeiro é a disputa das Terras do Cabo Norte (século XVI e XVII); o segundo se caracteriza pela consolidação do território já conquistado; e o período Pombalino é o terceiro (CASTRO, 1999). Nestes três períodos, pode-se notar o quanto as terras amapaenses foram alvo de povos estrangeiros, assim como, marcada por batalhas entre os conquistadores e os colonizados. Ainda segundo apontamentos de Sarney e Costa (1999), a confirmação da colonização européia começa em 1637, com a

³⁴ Localizada na cidade de Macapá; foi construída entre os anos de 1764-1782 (DRUMMOND; PEREIRA, 2007); O Amapá possui um dos fortes mais importantes da região norte do Brasil (CASTRO, 1999).

concessão da já citada Capitania do Cabo do Norte. Neste ponto, importa caracterizar o contexto histórico amapaense, pois é a partir dele que se terá a trajetória historicocultural da região.

3.1.1 A capital: Macapá

A fundação da capital do Amapá está ligada as concessões portuguesas feitas por D. João V para a criação da denominada vila dos Tucujus,³⁵ área que compreende os municípios de Macapá, Mazagão e Amapá (PICANÇO, 1981; SANTOS, 2005). Porém, a consolidação populacional da vila de Macapá somente ocorreu por volta do século XVIII (1751), quando Mendonça Furtado em idos de 1751 traz algumas famílias vindas de Açores para povoar a região (MORAIS; MORAIS, 2005; PICANÇO, 1981; SANTOS, 2005). Assim, tem-se a constituição histórica da capital.

A composição histórica do estado do Amapá está ligada as invasões francesas que ocorreram entre os séculos XVIII e XIX, as quais se deram, principalmente, pela descoberta de ouro na região no ano de 1893, pelos irmãos Germano e Firmino (PERFIL, 1998). Um dos personagens importantes deste período foi o brasileiro, nascido no Pará, Francisco Xavier da Veiga Cabral, este foi um soldado que lutou e defendeu os interesses na região do Amapá no tempo das invasões francesas (PERFIL, 1998). Veiga Cabral, ou Cabralzinho como era conhecido, foi um dos personagens históricos do Amapá.

Dentre outros personagens da história do Amapá, destacam-se os nomes de: Coaracy Gentil Monteiro Nunes, Janary Gentil Nunes, Augusto Trajano de Azevedo Antunes e João Alberto Rodrigues Capiberibe; todos estes tiveram sua contribuição na construção política do estado; Coaracy Nunes trabalhou em Brasília como representante do Território Federal do Amapá (TFA), além de ser deputado no estado, este morreu em um acidente de avião no ano de 1958; Janary Nunes foi um militar que marcou a história do estado, e por meio do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943 torna-se governador do TFA (BARBOSA, 1997). E ainda conforme Barbosa (1997), ligado a seu nome está o de Augusto Antunes, diretor da ICOMI, a quem muito auxiliou enquanto governador, em especial no processo de implantação do projeto mineral de manganês que significou bastante para a história amapaense.

³⁵ “No início da ocupação da Amazônia, a forte presença dos índios da nação Tucujus na área compreendida entre o rio Jarí e a margem do Amazonas fez com que os portugueses atribuíssem a denominação de Terra dos Tucujus [...] às terras que correspondem ao Amapá” (SANTOS, 2005, p. 12).

E por fim, em um período mais atual está o nome de João Capiberibe, que muito lutou por uma sociedade mais democrática no Amapá e, também, da Amazônia (BARBOSA, 1997; PERFIL, 1998). O governo de Capi, como era chamado, foi o que introduziu primeiro o discurso acerca do desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. E um trabalho de destaque foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA),³⁶ que ajudou significativamente o estado amapaense a se desenvolver e criar um modelo de “estado sustentável”.

Porém, existem em estudos atuais algumas críticas acerca do PDSA, das quais são importantes serem destacadas, pois, apresentam ainda a fragilidade na gestão compartilhada entre desenvolvimento e sustentabilidade. No dizer de Nascimento (2009), o PDSA não conseguiu suprir as necessidades de atendimento de infraestrutura e de grandes melhorias na economia do estado do Amapá. Isto demonstra que ainda existem fragilidades grandes com o discurso do PDSA no estado.

O governo do Amapá, dentro de sua história, teve como marca registrada uma gestão econômica e administrativa concentrada, atingindo muito o seu processo de desenvolvimento e da utilização das suas potencialidades (ANDRADE, 2005). Os recursos naturais são importantes elementos na configuração econômica do estado amapaense, que ainda segundo a autora, há muito tempo tentou ultrapassar o modelo de economia importadora de bens de consumo e manufaturado, e também exportador de matéria-prima, para um modelo de gestão integrada entre desenvolvimento socioeconômico e manutenção dos recursos minerais, o PDSA, como se vê: “Esse programa busca a inter-relação do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Amapá, com a utilização sustentável dos seus recursos naturais e humanos, procurando a equidade social [...]” (ANDRADE, 2005, p. 83). Mas, ainda segundo a autora o programa não atende as perspectivas socioambientais atuais do estado.

O território federal do Amapá somente foi integrado ao Brasil no final do século XX (1901), quando o governo suíço reconheceu à soberania ao Brasil desta região (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). Assim, vê-se que a questão territorial do Amapá é significativa, e que é importante, pois, a região amazônica, desde os contatos iniciais com o povo europeu, vem sendo alvo de disputas. Portanto, estudar o estado é iniciar um processo de produção científica muito importante.

³⁶ “Trata-se do redirecionamento do processo de desenvolvimento estadual, incorporando a questão ambiental no planejamento da economia e implantando ações interligadas com a área social. Com o objetivo maior de promover as condições necessárias para que a população possa exercer plenamente sua cidadania, o modelo econômico para o Amapá será centrado na utilização sustentável de suas riquezas naturais, através da agregação local de valor nas atividades econômicas e de parcerias com o setor privado e instituições comunitárias” (AMAPÁ, 1995, p. 12).

A criação do Amapá foi melhor apresentada e caracterizada pelo estudo do desmembramento de outro estado brasileiro, precisamente do Pará. Segundo Drummond e Pereira (2007), foi por meio do Decreto Federal 5.812, de 13 de setembro do ano de 1943, que se criou o território federal do Amapá e, somente no ano de 1988 que este vai ter a condição de estado, pois, a área do estado permaneceu por aproximadamente 45 anos sob a administração e jurisdição paraense. Nestes termos, a configuração do Amapá foi se moldando ao longo do tempo.

A questão do federalismo e dos Territórios Federais (TF) são importantes a serem destacados. O Amapá foi um dos territórios federais criados dentro do Governo Federal após a Segunda Guerra Mundial (PORTO, 2007), as unidades federativas eram incentivadas para os setores econômicos; o primeiro TF criado foi o Acre na década de 1920, em seguida na década de 1930, em virtude da atividade aurífera na região, foi proposta a criação do TFA. É de destacar-se a criação deste, pois, é a partir dele que se configura parte maior da história da mineração no Amapá.

O Amapá tem uma área total de aproximadamente de 143.453,7 km² (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). Ainda com base nestes autores, a população total amapaense, de acordo com IBGE (2009) em contagem populacional do estado para 2007 foi de 587.311 hab.; em dados mais atuais, fontes de IBGE (2010) apontam população estimada para o ano de 2009 em 626.609 hab. No que tange a produção econômica, de acordo com autores acima, este estado utiliza a extração de seus recursos naturais, dentre eles destaca-se a produção extrativa mineral sem transformação industrial como: o manganês, o caulim etc. tendo ainda uma produção agropecuária, e na agricultura tem-se, principalmente, a produção de arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Vigna sinensis*), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl entre outros. Deste modo, pode-se verificar que o estado é um território muito promissor social e economicamente.

Como já exposto anteriormente, a base econômica primária do estado do Amapá era basicamente de extrativismo vegetal e mineral, e somente depois se intensificou outras fontes econômicas. Assim, tem-se um entendimento de Porto (2007, p. 115):

Até a década de 1940, a economia da área que corresponde ao atual Estado do Amapá caracterizava-se pelo extrativismo vegetal e mineral, a pecuária e a atuação do exército brasileiro. Após essa década, foram criadas diretrizes políticas administrativas do Território Federal, implantada infra-estruturas e estimuladas atividades econômicas pelo governo Federal, principalmente no setor do extrativismo mineral, que em muito contribuíram para a estruturação econômica amapaense e para sua organização espacial.

A partir daí, nota-se a importância do manganês no Amapá, como será visto a seguir.

Macapá, a capital, foi criada no ano de 1856 de acordo com Drummond e Pereira (2007). Quanto ao total populacional, como posto por IBGE (2009) tem-se atualmente 344.153 habitantes e de acordo com IBGE (2010), para o ano de 2009 tem-se 366.484 habitantes. A cidade tem aproximadamente 6.562,4 km² e apresenta sua importância não somente por ser a capital, mas porque esta tem crescido em todos os níveis (social, econômico, político etc.), e deste modo ela se torna central para se iniciar um estudo que trate do Amapá.

O Amapá possui uma paisagem natural diversificada e preservada. Este tem rios importantes como: Amazonas, Jarí, Araguari etc.; quanto ao relevo e recursos, existem planícies, planaltos, montanhas etc.; florestas de terra-firme, várzea, cerrado, igapó entre outros; além das ilhas e uma rica diversidade de animais e plantas (PERFIL, 1998; MORAIS; MORAIS, 2005; DRUMMOND; PEREIRA, 2007). Quanto à cultura, o estado tem heranças indígenas, negras e européias; dos primeiros habitantes têm-se os achados arqueológicos, representados por urnas funerárias, principalmente, dos habitantes precoloniais.

O Marabaixo, que é um ritmo e uma dança africana, que é realizado no período da festa da Santíssima Trindade e do Divino Espírito Santo (PERFIL, 1998; MORAIS; MORAIS, 2005). A depreender-se de Alberto (2009), Morais e Morais (2005) e Perfil (1998), a tradição européia, está representada pela festa de São Tiago, na localidade de Mazagão Velho. No decorrer da mesma simula-se a luta entre os “cristãos” e os “mouros”.

A partir desta caracterização breve sobre o estado do Amapá e de sua capital (Macapá), pode-se iniciar a construção inicial acerca do município de Serra do Navio. A história de criação deste, também se confunde com a narrativa de extração de minério na região amazônica e, conseqüentemente, do estado do Amapá. É partir desta configuração histórica, social e econômica, que se situará a seguir as perspectivas do desenvolvimento da cidade.

3.2 SERRA DO NAVIO: DE COMPANY TOWN A CIDADE

A começar a tratar especificamente de Serra do Navio, uma discussão é fundamental sobre a questão mineral na Amazônia, pois se constitui desde o período da Segunda Guerra Mundial na exploração econômica mais valorizada pelos governos federal e do TFA. Desde então, a extração mineral vem sendo a atividade principal a impulsionar o Estado brasileiro

em busca do progresso e do desenvolvimento. Nesta direção, o destaque é para a dinâmica do período que o governo militar apresentou estratégias de incremento para a Amazônia, a partir da exploração de seus recursos minerais.

Nos escritos de Monteiro (2001) e Silva (2004, p. 245), a Amazônia era o ponto principal dos planos militares, a idéia de desenvolvimento para uma região “[...] remota e sem população [...]”, fazia com que esses governos desenvolvessem estratégias para a sua ocupação e, principalmente, a aquisição de seus bens naturais. Monteiro (2001) enfatiza que, os recursos minerais tiveram valorização ampla naquele período. Por sua vez, Silva (2004) ressalta que é importante se conhecer este momento da exploração mineral, para se entender a história da Amazônia.

Com base nestes dois autores, tem-se a importância de se conhecer acerca da exploração e da produção mineral na Amazônia, pois, é a partir dela que também vai se compreender melhor o papel da ICOMI e de Serra do Navio no Amapá. Baseado em Monteiro (2003; 2001), Serra do Navio foi o primeiro empreendimento instalado e com objetivo de exploração direta do manganês na região amazônica, que por sua vez, se encontrava no antigo TFA, estado atual do Amapá. A dinâmica social, econômica, política e também cultural da região, foi transformada drasticamente, quando da inserção deste empreendimento.

Toda a configuração recente de parte da história econômica da Amazônia perpassa pelo empreendimento da ICOMI, em Serra do Navio / AP. Durante o governo militar, as reservas minerais se tornaram a fonte da base econômica e política para a região. As políticas de intervenção estatal e a proximidade com o capital estrangeiro foram marcas destes governos (Vargas e Dutra) (MONTEIRO, 2001). Com base nisto, nota-se como a minerometalurgia foi um instrumento central no contexto das políticas públicas dos militares para o desenvolvimento regional.

A produção literária sobre as cidades-companhia ou *company towns* há muito percorre o interesse de autores diversos. De acordo com Correia (2001), internacionalmente, estes lugares têm muitas definições, entre elas: *industrial village*, *cite ouvrière* etc.; no Brasil, na segunda metade do século XIX, estas cidades começaram a surgir para abrigar os operários de um empreendimento fabril. Ainda segundo a autora, começa aparecer à designação de vilas para aglomerações no campo; neste caso, o estudo em questão se compara ao de Rodrigues (2001), quando esta autora discute acerca destas cidades na Amazônia.

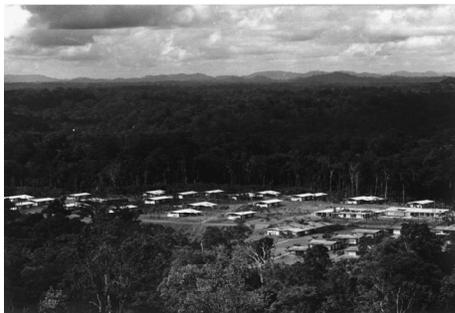
A partir do contexto da exploração mineral nessa, importa ressaltar o papel das *company towns* nessa região. Estas cidades, segundo Rodrigues (2001, p. 2), têm configurações diferentes das outras regiões urbanas no que diz respeito ao processo de

urbanização e de desenvolvimento amazônico, isto “[...] tanto nos elementos estruturais que lhes são próprios, quanto pelos contrastes que representam na organização do espaço e da sociedade regional”. A introdução destas infraestruturas urbanas na Amazônia constitui-se em um marco no desenvolvimento da mesma, mas também da exploração de seus recursos naturais.

Dentro dos planos extensos de desenvolvimento que se criou para o progresso brasileiro estava em pauta a aquisição dos recursos naturais da floresta amazônica. Os projetos pioneiros para a posse de recurso primário na Amazônia, e de construção de uma infraestrutura urbana na floresta foram Fordlândia e Belterra (SANTARÉM/PA), que estavam voltadas para a produção de borracha, isto na década de 1920 (RODRIGUES, 2001). A partir de então, construiu-se outras cidades similares na região, com o objetivo de explorá-la.

Segundo os apontamentos de Drummond e Pereira (2007), é possível um passado indígena na região de Serra do Navio, além da presença de alguns garimpeiros próximos as margens dos rios Araguari e Amaparí. Têm-se estudos da presença dos Maracurios, Carapaporis e os Tabaripixi (século XVII) e dos Waiãpi dois séculos antes (SIMONIAN et al, 2003). No que respeita à população assentada pelo projeto de mineração, segundo notas do IBGE (2008), os trabalhadores que não possuíam qualificação eram contratados na região; e os que tinham algum preparo técnico e profissional provinham do centrosul do Brasil. A partir disto, nota-se que a população local, principalmente de Serra do Navio, não possui uma integração histórica e cultural com a área.

Nesse contexto, iniciaram-se os primeiros esboços de um dos marcos da mineração da Amazônia que foi a construção, ainda no antigo TFA, das Vilas de Serra do Navio e Amazonas, tendo sido estas áreas urbanas implantadas para auxiliar na extração do minério de manganês encontrado na região na década de 1950. A pensar-se na Serra do Navio, ver Fotografia 4 a seguir; esta foi a cidade planejada em primeiro lugar e integralmente na região amazônica para garantir a fixação da mão-de-obra empregada na exploração deste recurso mineral.



Fotografia 4: Construção de Serra do Navio.
Fonte: Arquivo pessoal de Anderson Guedes, Alberto (2009).

Como já visto, a mineração na Amazônia foi uma atividade muito marcante na região, e há muito tempo se tem a exploração de minérios e, também, notícias acerca da extração de minério no Amapá. Encontrou-se durante a pesquisa de campo um morador bastante ciente sobre a história deste processo de mineração, o senhor João Francisco da Silva,³⁷ que pode ser visto na Fotografia 5; ele conhece alguns eventos históricos importantes a respeito da história de Serra do Navio, como se pode observar a seguir:

Então foi assim: os franceses depois da primeira guerra mundial, eles andaram aqui por cima de avião, até as cabeceiras desse rio, e eles acharam que essa terra aqui era rica em minério, muita montanha, muito abismo [...] ai quando foi em 1926 eles preparam um barco, completo de mercadoria [para] expedição de 6 meses [...] de lá de Caiena [...] entraram na boca do Araguari [foram] até a cachoeira do paredão. [...] Mediram, tinha 25 metros a queda d'água [...] “e vamos descobrir a riqueza dessa terra” e olha aquela palavra do francês pareceu um sonho, mas foi sonho realizado, depois por causa dessa palavra foi descoberto o manganês [...].

Esta é uma apresentação histórica muito importante, pois, pouco se tem registrado acerca da fundação da vila mineradora da ICOMI, assim como, da formação sociocultural da região serrana. Esta versão é apresentada por um dos poucos moradores ainda vivos, que constituíram a região, pois, este participou ativamente na construção social e cultural de Serra do Navio.

³⁷ Depoimento feito à autora no dia 16 de maio de 2009; O Sr. Francisco é mais conhecido como Seu Farias; este é natural de Nova Timboteua/PA, mas com 10 anos de idade morou no estado do Ceará e depois foi morar no Amapá; é um dos moradores mais antigos no município de Serra do Navio, porém, sua residência é no distrito da Colônia, próximo a vila; Sr. Farias foi umas das primeiras pessoas que trabalhou por primeiro para a ICOMI, não como empregado direto, mas no abastecimento da empresa com produtos agropecuários (ALBERTO, 2009).



Fotografia 5: Senhor Farias, antigo morador de Serra do Navio.
Fonte: Pesquisa de campo, (2009).

A história da mineração em Serra do Navio está conectada ao processo de desenvolvimento do estado do Amapá. Foi no governo de Janary Gentil Nunes, que as reservas minerais de manganês se tornaram “reservas nacionais”³⁸ (DRUMMOND; PEREIRA, 2007; MONTEIRO, 2001). Um pouco antes, ainda segundo os autores, a ocorrência de minério na região do Amapá inicia no ano de 1934, com Josalfredo Borges, alguns anos depois, o garimpeiro Mário Cruz, encontra algumas pedras de minério de manganês e leva para o governador fazer análise do material, e consta-se ser um minério de manganês de alto teor (ALBERTO, 2009; DRUMMOND; PEREIRA, 2007; MONTEIRO, 2001). Muitas idas e vindas marcaram este início pela busca de recurso nesta região.

A tratar-se sobre esse fato histórico da mineração do Amapá, especificamente em Serra do Navio, existem algumas controvérsias acerca da questão de quem achou a primeira rocha pequena de manganês na região e enviou ao governador da época. A pesquisa bibliográfica aponta Mário Cruz, como caboclo que encontrou a pedra de manganês que foi analisada no Rio de Janeiro por meio do governador militar Janary Nunes, porém, segundo informação verbal de Seu Farias, existem outros personagens neste ponto da história, como se vê no trecho abaixo:

O João André era um garimpeiro e aí o Mário Cruz era motorista de voadeira,³⁹ quando chegou no lugar que apelidaram de Serra do Navio [...] aí o Mário Cruz no prumo da canoa, todo o tempo deitado, Mário Cruz encostou [estava] ajeitando o motor, aí um crioulo foi e disse: “- Bom, eu pra não perder tempo, eu vou andar por aqui por cima, pra vê se tem minério”. [...] aí [caboclo] encontrou essas pedras muito brilhosa [...] aí o Mário Cruz não tinha nem saído da canoa e disse: “- Deixa

³⁸ Decreto-Lei 9.858, de 13 de dezembro de 1946 (MONTEIRO, 2001; DRUMONND; PEREIRA, 2007).

³⁹ É um tipo de embarcação, canoa com motor.

ver! Quando nós voltar de lá, tu bota na mão do capitão Janary ele manda analisar”. [...] O capitão Janary levou [para] ser analisada no Rio de Janeiro, ai deu manganês de primeira qualidade, e foi assim que foi achado manganês. Ai o Mario Cruz disse que foi ele que achou, e ele nem saiu da canoa... [...].

A partir do depoimento acima, observa-se que não se pode fechar uma linha histórica única a respeito da descoberta do manganês em Serra do Navio, mas sim, podem ser vistos outros fatos que estiveram junto a este contexto, como se viu na fonte verbal do depoente.

A empresa que conseguiu a concessão para a exploração do manganês em Serra do Navio, a Sociedade Brasileira de Indústria e Comercio de Ferro e Manganês, que tinha como sigla ICOMI, era de origem mineira, e foi criada no inicio da década de 1940 (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). A ICOMI atuava no estado de Minas Gerais abastecendo de manganês siderúrgicas pequenas naquela região; fez parte depois da Companhia Siderúrgica Nacional, na cidade de Volta Redonda, também em Minas Gerais. A mineradora, como única indústria brasileira, conseguiu garantir o contrato de exploração das jazidas de manganês do Amapá, com isto, esta se tornou referencia na questão da exploração mineral na região amazônica.

Nessa longa história, a de se destacar outro momento sobre a conquista da ICOMI para fazer a exploração de manganês em Serra do Navio; viu-se tanto na pesquisa bibliográfica, como em campo, que ainda existem muitas contestações acerca do contrato que garantiu o direito da ICOMI de explorar as jazidas de manganês. Tanto Drummond e Pereira (2007), quanto Monteiro (2003), trazem em suas análises as contradições a respeito deste contrato entre a ICOMI, o governo do Amapá na época, e também a empresa norte-americana *Bethlehem Steel Company*. Esta última entrou como parceira da ICOMI após esta conseguiu firmar contrato de exploração na região de Serra do Navio.

Após todo esse período de assinatura de contratos, pensamentos novos a propósito do futuro do Amapá e, principalmente, a configuração econômica nova que o estado iria ter, começa a fase de construção da infraestrutura para receber o empreendimento. Tem-se em Drummond e Pereira (2007) e Monteiro (2001; 2003), que nos idos de 1954 inicia-se as obras na região, como se vê nas Fotografias abaixo; a edificação da base para a indústria de extração, escoamento (estrada de ferro), e as vilas para os funcionários. Além da vila de Serra do Navio, estes espaços foram também significativos na configuração social, econômica e cultural para o Amapá.



Fotografias 6, 7, 8: Início da construção de Serra do Navio, ferrovia e escritório central.

Fonte: Autor desconhecido⁴⁰; arquivo pessoal de Anderson Guedes, pesquisa de campo Alberto (2009).

A cidade de Serra do Navio surgiu a partir da concepção do projeto mineiro de manganês no Amapá. Este foi o primeiro na região amazônica a extrair minério em larga escala (DRUMMOND, 2000), tendo como base uma pequena empresa que foi a ICOMI (DORANDINS; SOUZA, 2008.). Neste sentido, é da maior importância o estudo desta região, pois, sua significação está na acepção de orientar para uma configuração nova que a Amazônia, especificamente o Amapá, iniciou a partir deste empreendimento.

A construção da cidade, que antes era a vila Serra do Navio (DRUMMOND; PEREIRA, 2007; OBSERVATÓRIO, 2003), foi realizada para abrigar os trabalhadores da empresa mineira. Foi uma das infraestruturas mais complexas que a Amazônia já recebeu, principalmente, porque isto foi concretizado na década de 1950, ver as Fotografias 9 e 10 abaixo. Além de Serra do Navio, foi criada também a vila Amazonas (BRITO, 1994). As duas vilas foram às principais localidades onde se desenvolveram as atividades ligadas ao projeto de comercialização do manganês no estado do Amapá, na Amazônia.



Fotografias 9 e 10: Obras de construção da vila residencial de Serra do Navio.

Fonte: Arquivo pessoal de Anderson Guedes, pesquisa de campo Alberto (2009).

Em se tratando especificamente do Porto de Santana e da vila Amazonas, estes foram outros locais importantes na constituição do projeto da ICOMI no Amapá. O porto foi um dos locais mais significativos, pois, era por meio dele que se fazia o escoamento da produção mineral de Serra do Navio para o exterior. Este foi um item grande da infraestrutura para

⁴⁰ Até o momento não foi possível identificar o autor ou os autores da série de fotos do início da construção da vila Serra do Navio.

exploração; foi construído entre os anos de 1954-1956 (DRUMONND; PEREIRA, 2007; RIBEIRO, 1992); outro elemento de destaque também foi a Estrada de Ferro do Amapá (EFA), que foi mais um equipamento, que auxiliou o transporte do minério de Serra do Navio até o porto de Santana, onde ficava a vila Amazonas; segundo Ribeiro (1992), o local foi construído as margens do rio Amazonas, daí a sua denominação; esta tem as mesmas características de Serra do Navio.

Ambas as localidades, foram lugares onde a população de operários residiu na época da exploração mineral. Mas, atualmente, as duas áreas fazem parte do núcleo urbano próximo à cidade de Macapá. A seguir, têm-se algumas Fotografias da edificação do porto de Santana, da EFA e de vila Amazonas.



Fotografias 11, 12, 13: Da esquerda: porto de Santana, EFA e centro industrial de Santana.
Fonte: Arquivo pessoal de Anderson Guedes, pesquisa de campo Alberto (2009).

A falar-se ainda dos marcos narrativos quanto à construção desses lugares, destaca-se que estas duas vilas foram, segundo Farah (1993), um padrão na projeção de cidades mineradoras na região. Tanto as comunidades de Serra do Navio como a Amazonas, se constituíram dentro da floresta amazônica, neste sentido tem-se uma observação que ambas, culturalmente explanando, não possuem um passado de identidade cultural com a região, mas estas têm uma importância histórica no desenvolvimento socioeconômico do estado do Amapá.

Serra do Navio, quando ainda era coordenada pela ICOMI, foi criada em 1961 (FARAH, 1993), e esta tinha como função garantir amparo dos trabalhadores e técnicos encarregados na extração do minério e de serviços conexos, como a ferrovia (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). Mas, devido à decadência da mineração, neste caso isto foi configurado pela diminuição da extração de minério de alto teor que havia na região (MONTEIRO, 2001; RODRIGUES, 2001) e que foi explorado até 1997, a localidade passou a ser município em 01 de maio de 1992, com o nome de Água Branca, e somente depois, por meio da Lei 078/93 que passou a se chamar Serra do Navio, em 22 de junho de 1993 (AMAPÁ, 2007; IBGE, 2008).

Então, legalmente, a cidade tem pouco mais de 15 anos de existência como sede municipal, nas Fotografias 14, 15, 16 a seguir vê-se a cidade nos dias atuais.



Fotografias 14, 15 e 16: Da esquerda: Centro da cidade, antiga vila Intermediária e casa na vila do STAFF.
Fonte: Alberto (2009).

Como se viu, Serra do Navio não possui um passado histórico consolidado, como a maioria das cidades no norte do Brasil, talvez por isso esta pode se tornar importante local de estudo. A análise da cultura e do turismo, aliada a questão das UC foi um viés novo de pesquisa, que possibilitou a agregação de valor historicocultural e turístico para a região amapaense. A seguir, se faz uma apresentação breve da situação atual do então município de Serra do Navio, com seus aspectos geográficos, sociais, culturais, econômicos e turísticos.

3.3 ASPECTOS FÍSICOS E TERRITORIAIS

O município de Serra do Navio encontra-se localizado na região centro-noroeste do estado do Amapá, e tem uma área de aproximadamente de 7.757 km², e corresponde a 5% do território amapaense, como se vê nas Fotografias 17 e 18 abaixo; a destacarem-se as coordenadas geográficas, tem-se: 00°54'07" de latitude Norte e 52°00'06" de longitude Oeste, encontrando-se aproximadamente a 200 km da capital, Macapá (ANDRADE, 2005; DRUMMOND; PEREIRA, 2007). O município, segundo ainda Drummond e Pereira (2007), está na parte central do Amapá e tem como limites municipais: Porto Grande, Calçoene Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Ferreira Gomes. Estas são regiões que também tem importância na configuração da exploração do minério no Amapá.



Fotografias 17 e 18: Mapa relevo e de satélite de Serra do Navio – AP.

Fonte: IBGE (2009) e MIRANDA e COUTINHO (2004) modificado por Diana Alberto (2009).

No que se observa acerca da geologia do município, Drummond e Pereira (2007) apontam que: Serra do Navio se insere em uma área de unidade geotectônica grande; possuindo uma das elevações maiores da região, destacando o Cisalhamento⁴¹ Tumucumaque. Observa-se o panorama da construção da cidade, que aproveitou as suas elevações no relevo, nota-se que: A paisagem é interpretada como superfície de aplainamento, encontrando-se blocos isolados, denominados localmente de Serra do Navio e Serra do Tumucumaque, com altitudes máximas variáveis entre 400 e 550 metros, segundo ainda estes autores. Esta configuração do relevo e paisagem da região torna o local, tanto a vila como seu entorno, importante para o aproveitamento para a atividade turística, como se vê nas Fotografias 19, 20 e 21 abaixo.



Fotografias 19, 20 e 21: A paisagem de Serra do Navio – AP.

Fonte: Alberto (2009).

Todavia, segundo dados dos autores acima, tomam-se os aspectos de clima, hidrografia e flora. Quanto ao clima, a região está na zona climática A, que se configura como

⁴¹ Deformação em determinado corpo (FERREIRA, 2001).

tropical chuvosa, as temperaturas estão na variação de 31,35°C a 30,11°C, estas são as maiores temperaturas, que ocorrem entre os meses de setembro a dezembro; e as menores temperaturas, que acontecem entre os meses de maio a junho, estão entre 28,92°C a 28,21°C.; no que concerne a hidrografia, o município tem como rio principal o Araguari e os rios Mutum, Santo Antonio e Falsino, estes são afluentes da margem esquerda. Existem ainda os afluentes da margem direita que são os rios Mururé e Amapari (DRUMMOND; PEREIRA, 2007). Por fim, a flora da região é bastante significativa, a mesma possui espécies nativas importantes como produto vegetal de valor econômico, tais como: fibras, madeira, farmacêuticos, celulose, óleos, ornamentais, gomas e resinas etc.

Serra do Navio possui uma área vegetal densa e diversificada. Nos apontamentos de Drummond e Pereira (2007), os autores destacam que o município encontra-se em uma área homogênea de cobertura florestal de terra firme. Por sua vez, a vegetação é de floresta ombrófila densa, e cobre 95% do município, a seguir têm-se algumas imagens da cidade, Fotografias 22, 23 e 24 a seguir.



Fotografias 22, 23 e 24: Centro comercial, comunidade de Pedra Preta e área de serra de Serra do Navio / AP.
Fonte: Alberto (2008; 2009).

Deste modo, Serra do Navio, tem uma paisagem típica da região amazônica, com extensões amplas de áreas naturais, fazendo com que a mesma tenha uma significativa importância para a atividade turística, que começa a ser pensada para o município.

3.4 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS E CULTURAIS

Como já visto, no contexto da sua fundação, o município de Serra do Navio teve como uma de suas bases principais a extração e a produção mineral, que atualmente não está tão em evidencia assim. A diminuição do manganês de alto teor, e outras conseqüências, que não serão analisadas neste momento, se configuraram como marcos para uma situação difícil no

município nos fins da década de 1980 e início de 1990. Como muitas cidades da Amazônia, Serra do Navio sofre com algumas mazelas sociais, econômicas e políticas que interferem no processo de gestão administrativa política e econômica da cidade, que ainda não deixa esta se colocar como melhor local para a população, porém, atualmente, a cidade está aos poucos se mantendo na região.

Atualmente, segundo fontes do IBGE (2009), o município tem no setor primário uma base significativa para a sua economia, como a cultura da mandioca, do arroz, do milho (*Zea mays*), do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex. Spreng.) Schum.), da criação de gado bovino (BOVIDEOS), bufalino (CARVICORNEOS) etc. Segundo o IBGE (IBGE, 2008), a pecuária é pouco explorada na região.

O setor secundário é praticamente inexpressivo na localidade, em virtude do declínio da mineração, e o setor terciário se sobressai com um comércio de restaurantes pequenos, mercados, um hotel e pousadas, padarias, lojas comerciais etc. (ALBERTO, 2008; 2009; IBGE, 2009). Pelo que se depreende da pesquisa bibliográfica, verificou-se em Andrade (2005), Drummond e Pereira (2007) e IBGE (2008), que a existência de espécies nativas de palmeiras como a bacaba (*Oenocarpus circumtextos*) pode trazer a configuração de uma produção econômica nova. Como se sabe, esta espécie produz óleo similar ao de oliva e pode possibilitar o seu cultivo na região.

Serra do Navio tem uma infraestrutura urbana pequena, como visto em campo, além de seus arredores. A população de Serra do Navio indicada no Censo do ano 2000 era de 3.293 hab., esta dividida em população urbana de 1.216, e a rural em 2.077 (IBGE, 2010), porém o número de habitantes hoje, de acordo com IBGE (2009) é de 3.772 residentes⁴². Para a contagem da população para o ano de 2009, este número sobe para 3.982 hab. (IBGE, 2010), com base nestes dados, supõe-se,⁴³ pois, não se tem atualmente o número real da população rural e urbana para a cidade, que a população está dividida em: 2.548 de população rural e 1.434 de urbana.

Outro elemento que mantém a cidade é o funcionalismo público, a cidade possui duas escolas,⁴⁴ hospital e posto de saúde, assim como nos distritos,⁴⁵ como se vê nas Fotografias 25, 26 e 27 a seguir (ALBERTO, 2008; 2009; ANDRADE, 2005), e são os servidores públicos destas instituições que mantém a economia local. Mas, a partir de IBGE (2008)

⁴² Dado coletado no site do IBGE no item Contagem da População 2007.

⁴³ Não se encontrou referências no site do IBGE sobre a divisão da população rural e urbana após o ano de 2000, daí certa dificuldade em mensurar a atual divisão da população urbana e rural do Serra do Navio, os dados apresentados são projeções matemáticas de regra de três simples feitas a partir do Censo do ano 2000.

⁴⁴ Uma de ensino fundamental e outra de ensino médio.

⁴⁵ Vila do Cachaço, Pedra Preta etc.

verifica-se que, o funcionalismo público não tem arrecadação suficiente, e este se sustenta basicamente do Fundo de Participação Estadual e repasses Federais.



Fotografias 25, 26 e 27: Escola de ensino fundamental, escola de ensino médio e hospital de Serra do Navio/AP. Fonte: Alberto (2008; 2009).

Assim, se nota o quanto Serra do Navio enfrenta dificuldades infraestruturais de ordem econômica, social e política diversas, o que impede o melhor desenvolvimento efetivo da região. Assim, houve necessidade de re-erguimento após a saída da ICOMI, porém, acredita-se que o município tem planos para este restabelecimento, e isto foi confirmado em entrevista com representantes do poder público municipal, que será abordado mais adiante.

Em campo, observou-se já algumas amostras que o crescimento desordenado e a demanda por emprego trazem à cidades como Serra do Navio. De fato, depois da saída da ICOMI, de vez em quando se recebe projetos mineradores de porte grande na região. Mas, como a cidade ainda está se organizando e procurando se estabilizar, alguns problemas de ordem social já estão começando a se apresentar. Neste caso, o processo de ocupação desordenada está acontecendo na cidade, como se vê nas Fotografias 28, 29 e 30 abaixo:



Fotografias 28, 29, 30: Ocupação desordenada, local próximo a torre de telecomunicação da OI S/A. Fonte: Alberto (2009).

Como visto nas imagens acima, a pobreza e a falta de infraestrutura básica⁴⁶ existem neste local, a sujeira e as casas improvisadas fazem parte do cenário; além destes agravantes de

⁴⁶ Saneamento, luz, água, educação.

ordem estrutural, também foi coletado, por meio da Secretaria de Ação Social do município, com apoio da senhora Maria Lúcia Rodrigues,⁴⁷ informações acerca de problemas de ordem social,⁴⁸ como prostituição, envolvimento com drogas, violência sexual etc. A autora pôde participar de uma ação junto com a Secretaria de Ação Social, para averiguar o caso de uma criança que possui necessidades especiais, e as atuais condições de sua família, que saiu do município de Afuá, Ilha do Marajó/PA; o pai estava à procura de emprego na cidade, como não conseguiu e no lugar de origem não tem perspectivas também, ficaram em Serra do Navio nas condições apresentadas nas figuras acima.

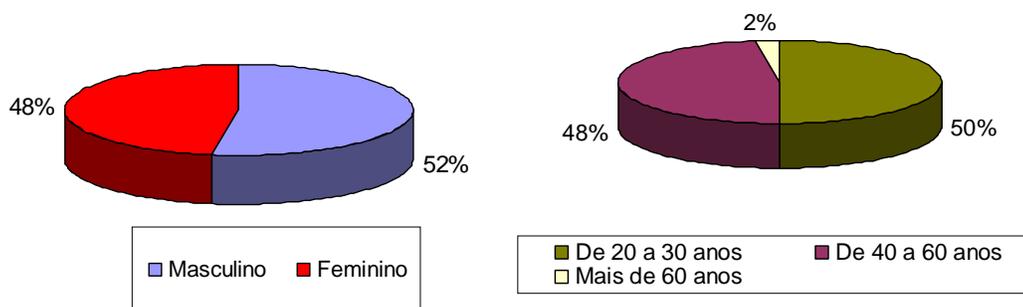
Durante a pesquisa de campo foi possível fazer uma análise sucinta acerca da população residente na sede de Serra do Navio. Aplicou-se questionários,⁴⁹ com uma amostra de aproximadamente 2% da população serrana residente na cidade, ou seja, população urbana que se aproxima do total de 1.434 hab.; e dentre estes foram escolhidos, funcionários públicos, trabalhadores informais, do setor privado e moradores em geral, onde se coletou informações sobre: sexo, idade, escolaridade, renda familiar, ocupação e naturalidade. Cada categoria desta será exposta a seguir.

A primeira ida a campo no ano de 2008 permitiu que se percebesse apesar do pouco tempo no local, que dentre a população consultada, a cidade tem um número maior de homens que de mulheres, como pode ser visto no Gráfico 1, a seguir. O mesmo apresenta o percentual sobre sexo na cidade; e que a população de Serra do Navio tem uma idade aparentemente nova, onde as percentagens apontam para os intervalos de 20 e 30 anos e de 40 a 60 anos, onde estas estão muito próximas, como se vê no Gráfico 2 abaixo.

⁴⁷ Informação verbal concedida a autora pela assistente social do município no dia 25 de maio de 2009.

⁴⁸ A autora, ainda em conversa com a assistente social conseguiu mais informações sobre a questão social em Serra do Navio, como casos de violência doméstica, sexual e a prostituição, esta última principalmente no município de Pedra Branca do Amapari, onde atualmente está o projeto minerador da Mineradora Pedra Branca do Amapari – MPBA; a cidade está com um contingente populacional muito grande em virtude do projeto (ALBERTO, 2009).

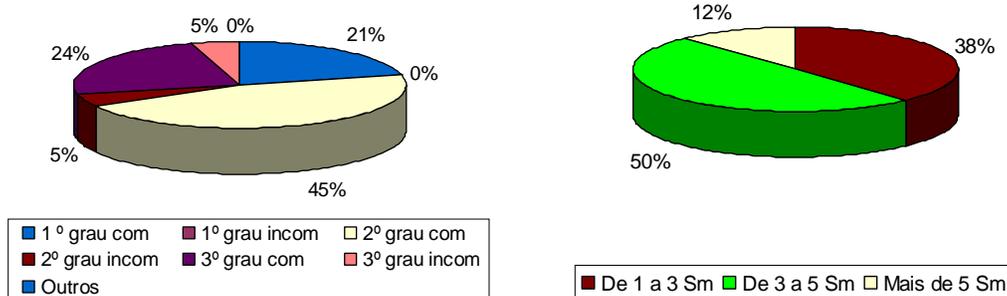
⁴⁹ Ver apêndice D.



Gráficos 1 e 2: Percentagem de sexo e idade em Serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

A partir dos gráficos acima, observa-se que a taxa de 52% de homens demonstra que a atividade mineral e seus agregados chamam mais atenção para o público masculino, pois, a mineração ainda é uma atividade masculina no seu geral. Quanto à idade, a percentagem da amostragem da pesquisa na cidade é também uma localidade com uma população jovem e ativa para o trabalho, então se conclui que a comunidade serrana, em sua maioria homens, pode ter mais chances de emprego em uma cidade administrativamente nova, daí a necessidade de se criar mais oportunidades de trabalho, onde as mulheres possam ser contempladas, e o turismo pode servir como proposta nova para investimento na economia local.

Com uma população que praticamente vive do salário do funcionalismo público, e também do setor privado, seja ele em empresas mineradoras ou negócios pequenos, o grau de escolaridade pode estar diretamente proporcional a renda familiar verificada em Serra do Navio. Questionou-se a respeito do grau de escolaridade, e da amostra dos entrevistados coletada na sede da cidade, 45% destes possuem o segundo grau de escolaridade completo, sendo que se destaca uma taxa pequena, de 24% dos entrevistados, que tem o terceiro grau completo na cidade, e estes se encontram no setor público; ligado a este contexto está a situação salarial serrana, onde questionou-se sobre a remuneração destes, e pelo o que se verificou, metade dos depoentes tem uma renda familiar entre três a cinco salários mínimos, como se vê nos Gráficos 3 e 4 a seguir.



Gráficos 3 e 4: Percentagem de grau de escolaridade e renda familiar em Serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

Essas situações demonstram o nível baixo da educação no município e, que a economia de Serra do Navio é de escala pequena. Logo, conclui-se que a cidade precisa de investimentos na educação, pois, existem somente duas escolas, uma de ensino fundamental, outra de ensino médio e uma faculdade⁵⁰. Também, o ensino superior público ocorre somente na capital Macapá que não fica muito distante e, assim, melhora a qualificação profissional e a base salarial poderá crescer também.

A tomar-se a questão do emprego na cidade, coletou-se informações acerca das ocupações principais que a comunidade vem exercendo no município atualmente. O percentual da população pesquisada em campo aponta que mais da metade da amostra da população serrana, cerca de 50% está no setor público, como apresenta o Gráfico 5 a seguir. Esta não é uma realidade particular da cidade, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA, 2010), demonstram que muitos municípios brasileiros, incluindo o Amapá, empregam uma significativa parcela da população nas instituições públicas do estado; o IPEA revela que 11% da população que está no mercado de trabalho estão no funcionalismo público.

Com base no detectado a partir da pesquisa de campo e, também de informações adicionais de pesquisa bibliográfica, pode-se dizer que o setor público é quem mantém a economia do município de Serra do Navio. Nestes termos, espera-se mais investimentos, tanto do governo estadual como federal no município. É deste modo, que se poderá expandir o leque de oportunidades para gerar empregos e fomentar a iniciativa privada para a população local, notadamente nos contextos ambiental, sociocultural e turístico.

⁵⁰ A faculdade particular Centro Universitário Leonardo Da Vinci – Grupo UNIASSELVI, é uma faculdade do centro-sul do país; é a única da região e oferece os cursos a distância de Pedagogia, Gestão Ambiental e Técnico de Gerenciamento; as aulas têm acompanhamento de professores com vídeos (ALBERTO, 2009).

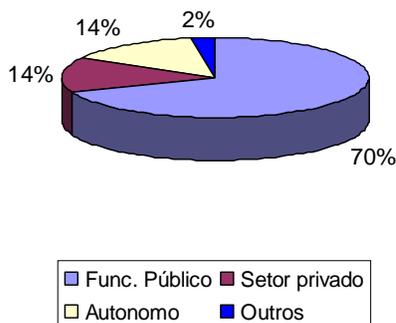


Gráfico 5: Percentagem da ocupação da população em Serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

A tratar-se sobre a origem da população serrana, sabe-se que esta não possui uma identidade com a região. Precisamente, a “colonização” da cidade ocorreu com a vinda dos muitos trabalhadores de regiões diversas do país, isto no período da implantação da ICOMI. Questionou-se qual a naturalidade da população atual de Serra do Navio, e detectou-se que esta é uma mistura grande de amapaenses, paraenses e de pessoas de outros estados como se vê no Gráfico 6 abaixo:

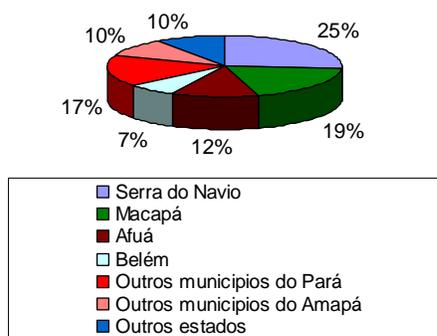


Gráfico 6: Origem da população em Serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

Como se observa no gráfico acima, pode-se também notar que a maioria, 25% dos entrevistados é de origem de Serra do Navio, mas pode-se também atentar que 19% e 17% são pessoas vindas da capital Macapá e de outros municípios paraenses, respectivamente, enfatizando o município de Afuá (12%) na Ilha do Marajó. Isto acontece, pois, esta cidade é a mais próxima da capital do Amapá do que da capital paraense. Por sua vez, estes dados evidenciam a combinação ampla de pessoas que constituem o município, isto também é gerado pela rotatividade das empresas mineradoras que já se inseriram na cidade.

Quanto aos aspectos culturais, como se viu nas pesquisas de campo e bibliográfica, pouco se tem conhecido acerca de um passado cultural do município serrano. Nesta questão, podem-se apresentar esses primeiros vestígios historicoarqueológicos, que estão sendo pesquisados pelo IEPA, como os sítios arqueológicos na cidade de Pedra Branca do Amaparí, próximo a Serra do Navio (ALBERTO, 2009). Estes locais podem estar ligados aos antigos indígenas Waiãpi, que já habitaram a região muito antes do período de implantação da mineradora.

A produção cultural de Serra do Navio não tem uma base historicocultural parecida com as outras cidades do Amapá e da Amazônia. Onde não se teve uma “exploração ou descobrimento” de uma população já existente; somente se tem referências bibliográficas de povos indígenas na região (SIMONIAN et al, 2003), e onde já foram notificados sinais arqueológicos próximos às antigas minas da região, por meio da Gerencia de Pesquisa Arqueológica (JACQUES, 2008). Daí, certa dificuldade em se trabalhar esta questão, mas muito importante em ser levantada e pesquisada, como aconteceu.

Mas, de antemão a esta questão, trabalhou-se então a cultura deixada pela ICOMI, uma “cultura” caracterizada pelo domínio da mão-de-obra e, também da vida pessoal dos funcionários (FARAH, 1993). Eram organizados festejos típicos do período em que a cidade era uma empresa, estes eram bailes e festas, que estavam diretamente ligados a mineradora. E de acordo com Alberto (2008; 2009), dentre estes se destacam: o baile das Flores, o baile da Mina; e um dos mais significativos e atuais é o Festival do Cupuaçu (FESTÇU)⁵¹.

Tradicionalmente, são estas festas que fazem o cenário cultural de Serra do Navio, assim como também, se destacam aos festejos religiosos da festividade de São Cristovão, de Sant’Anna, esta a Padroeira de Serra do Navio, e de Santa Barbara (ALBERTO, 2009; 2008). Além disto, a diretora de cultura⁵² do município destaca: os festivais de dança folclórica que ocorrem na cidade no mês de junho, estes grupos representam danças que trazem como temas a fauna e a flora local, e também um artesanato feito de sementes da região. Ainda, são pontuais estas características e manifestações culturais, mas que com incentivo do poder público e privado, e com o envolvimento da comunidade podem desenvolver e melhorar o panorama cultural, econômico e turístico da região.

⁵¹ Festival típico de Serra do Navio, onde o cupuaçu é o principal atrativo; nesse período, normalmente no início do mês de julho, são apresentados grupos folclóricos da região, comidas típicas a base do fruto, e assim como, a grande venda da produção dos pequenos agricultores da região (ALBERTO, 2009).

⁵² Informação verbal concedido a autora no dia 14 de maio; Senhora Silvana da Silva, atual diretora de cultura da Secretaria de Esporte, lazer e cultura do município (ALBERTO, *id.*).

3.5 TENDÊNCIAS TURÍSTICAS

Quanto ao aspecto turístico da cidade, segundo já pesquisa realizada em duas etapas em Macapá e no município em questão, o turismo, ainda, não está consolidado, apesar da SETUR-AP expor este nas propagandas de marketing do estado. Em notas de Alberto (2008), na primeira ida a campo, quando questionado a SETUR-AP sobre Serra do Navio, colheu-se o depoimento de que a cidade está inclusa na proposta da Fundação Serra do Navio (FSN),⁵³ que assegura projetos para o município. Esta informação é importante, pois, se nota que a cidade já recebe algum tipo de auxílio vindo do poder público estadual.

Observou-se quanto à segunda volta a campo a Serra do Navio, que a localidade já possui uma secretaria específica para a atividade turística, houve uma separação entre as secretarias de meio ambiente e turismo. Segundo dados obtidos com a prefeitura do município⁵⁴ e a nova secretária⁵⁵ de turismo, ver Fotografias 31 e 32 abaixo, a atividade terá um papel importante nos planos municipais. Assim, já se percebeu uma melhor importância do poder público para com o turismo na cidade, ressaltando que esta possui significativos atrativos turísticos e que podem ser potencializado pelo poder público municipal e também privado.



Fotografias 31 e 32: Prefeita Francimar Silva e vice-prefeito Reginaldo Pantoja; secretária de turismo Zilma Gomes.

Fonte: Alberto (2009).

⁵³ A Fundação Serra do Navio está no Projeto de Lei n. 0046/07-GEA, LEI Nº. 1161, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, publicada no Diário Oficial da União do Estado nº. 4151, de 18.12.07, de autoria do poder executivo (AMAPÁ, 2008), esta tem como objetivo promover e financiar programas e projetos de preservação do patrimônio arquitetônico deixado pela ICOMI, promover estudo e pesquisa na cidade de Serra do Navio, valorização das manifestações culturais locais etc.

⁵⁴ Informação verbal concedida a autora no dia 25 de maio de 2009; Senhora Francimar Silva, atual prefeita de Serra do Navio, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

⁵⁵ Informação verbal concedida a autora no dia 14 de maio de 2009; Senhora Zilma Gomes, bacharel em Turismo, nomeada Secretária Municipal de Turismo de Serra do Navio.

Além dessa atuação do governo municipal, a esfera estadual também já está trabalhando o turismo no estado. A direção da SETUR-AP⁵⁶ mudou, e com isto, houve alterações nas ações da secretaria também. No período da pesquisa de campo em Serra do Navio, a secretaria de turismo do estado esteve no município com o projeto “Caravana Meu Destino é o Amapá”,⁵⁷ onde se pôde, por meio deste projeto, notar uma melhor atenção para com a atividade turística na cidade.

A tratar-se especificamente da secretaria municipal de turismo, devido a sua criação recente, pouco se tem, ainda, de planos e projetos para o futuro. Segundo Zilma Gomes, em notas de Alberto (2009), a secretaria está em contato com o MTUR para incentivar a atividade no município, por meio do aproveitamento do potencial natural da região, como trilhas ecológicas; além de outros recursos novos como o turismo ferroviário, com parceria pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC/AP), além de iniciar um inventário turístico na cidade. É necessário destacar que a atividade turística não é um instrumento fácil e rápido de desenvolvimento de uma cidade ou região, é preciso melhoras e condições de infraestrutura, além de vontade e gestão firme do poder público, de fomentar o turismo, mas do que notou-se é que grande é a vontade da secretária e, principalmente, tem-se muito trabalho a ser desenvolvido na região com relação ao turismo.

Em outra fonte, no site Amapá Digital (2009), o governo do estado afirma que com a assinatura do projeto da FSN, a cidade será um dos pólos turísticos mais importantes do estado, como se vê neste trecho: “Segundo o governador, a iniciativa em criar a instituição reforça a proposta do Governo do Estado em apresentar para o Governo Federal, projeto turístico que mostre o potencial do Amapá: “Iremos indicar Serra do Navio e o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque para servirem como referência e porta de entrada do turismo na Amazônia” (AMAPÁ DIGITAL, 2009, p. 1). Toda essa iniciativa é importante e significativa para tornar o município um possível produto turístico solidificado para o Amapá, mas sabe-se que ainda falta investimento tanto em infraestrutura como em mão-de-obra.

Na pesquisa de campo (ALBERTO, 2009; 2008), foi evidenciado que além da própria SETUR-AP, outras instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas do Amapá (SEBRAE/AP), Agência de Fomento do Amapá (AFAP) entre outros possuem projetos para a cidade. Estas instituições estão envolvidas, com projetos voltados

⁵⁶ Senhora Célia Brazão, secretária de turismo do Amapá.

⁵⁷ Este é um projeto atual da SETUR-AP, onde uma equipe de técnicos da secretaria, além das Secretarias de Cultura e Meio Ambiente, Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), IEPA; estão percorrendo os municípios amapaenses fazendo um inventário de infra-estrutura turística e básica (transporte, saúde, etc.) para ouvir a demanda da comunidade, em geral, tanto o setor público ou privado, para com a atividade turística no município (ALBERTO, 2009).

para a qualificação de mão-de-obra e auxílio em infraestrutura para o turismo na cidade. A ter-se por base estas informações, apresenta-se uma descrição concisa sobre a cidade de Serra do Navio, evidenciando a observação de campo.

Esta segunda pesquisa de campo, que durou 20 dias, foi bastante significativa, por oferecer um melhor panorama da cidade, principalmente, no que diz respeito aos aspectos turísticos do município. Durante o campo, foram visitados outros locais, além de se realizar coleta de informações com pessoas que trabalham direta e indiretamente na atividade e com a comunidade serrana em geral. Logo, se tem uma descrição dos locais mais significativos, e dados fornecidos por estas pessoas.

No que concernem os equipamentos hoteleiros, Serra do Navio, atualmente, possui quatro estabelecimentos, destes apenas três funcionam: Hotel Serra Norte, Pousada Borboleta e Dom Acácio; o primeiro é uma pousada, apesar de título de hotel. É um local de apresentação boa e higiene, recebendo muitos hóspedes de fora da cidade e pessoas que estão a trabalho em Serra do Navio; o segundo local, não possui uma infraestrutura adequada quanto às normas de hospedagem, e é utilizado pouco, este parece ser mais uma pensão, pois, não oferece serviços básicos tais como: gerência, café da manhã etc.

No que respeita ao terceiro equipamento, possui uma infraestrutura ampla,⁵⁸ além do melhor restaurante da cidade, os proprietários⁵⁹ são de uma família influente do estado do Amapá. Quanto ao hotel Serra do Navio, este era o tradicional Conjunto de Casa de Hospedes (CCH), local antigo de hóspedes da ICOMI, e que também era área de lazer dos funcionários mais graduados, hoje este espaço está inutilizado, e segundo o poder público municipal, o hotel será reativado como cooperativa, segundo notas de Alberto (2009). Estes espaços podem ser vistos na seqüência de Fotografias abaixo:



Fotografias 33, 34, 35: Infraestrutura e proprietária⁶⁰ do hotel Serra Norte (33 e 34) e Pousada Borboleta (35).
Fonte: Alberto (2009).

⁵⁸ Quartos, apartamentos e até chalés.

⁵⁹ Devido à pesquisadora não conseguir falar diretamente com os proprietários, ou a pessoa responsável na ausência destes, em virtude da incompatibilidade de horários, não foram feitas fotos do local, pois, não houve autorização dos mesmos para fazer as fotografias.

⁶⁰ Senhora Socorro Lacerda.



Fotografias 36, 37, 38: Hotel Serra do Navio, antigo CCH, entrada, sala de recepção e quartos.
Fonte: Alberto (2009).

Quanto ao setor de alimentação, no que diz respeito a restaurantes, bares etc. a cidade ainda deixa a desejar, devido à ausência de projetos mineradores, e mesmo pelo pouco fomento do turismo na cidade, os espaços de alimentação são escassos em Serra do Navio. Destaca-se, uma pequena empresa denominada de “Marcelão e Cia”, que possui alguns restaurantes na região, além do restaurante Dom Acácio; os outros são locais mais modestos, e com pouca infraestrutura para receber turistas, como se vê a seguir nas Fotografias 39 e 40 abaixo:



Fotografias 39 e 40: Centro de Serra do Navio; locais onde existem pequenos bares e lanchonetes.
Fonte: Alberto (2009).

O lazer serrano é configurado, principalmente, pelos atrativos naturais que estão bem próximos à cidade, a saber, rios, igarapés etc. Durante a pesquisa, pôde-se perceber que a comunidade se desloca para essas áreas naturais como: o balneário de Pedra Preta, para as cachoeiras ou corredeiras “do Fernando e D. Antonia”,⁶¹ além de igarapés que praticamente ficam dentro do núcleo urbano da vila, inclusive no Parque do Cancão, como se vê nas Fotografias 41 a 46 a seguir (ALBERTO, 2009). Especificamente na cidade, outros locais são: a praça central e também o clube antigo da época da mineradora ICOMI, o Manganês Esporte Clube (MEC), onde ocorrem festas e bailes populares.

⁶¹ Estes são os nomes dos proprietários dos locais onde existem tais atrativos.



Fotografias 41 a 46: Da esquerda para direita (acima): Pedra Preta; cachoeira do Fernando e Antonia; (abaixo) praça da cidade; igarapé no Cancão e MEC.
Fonte: Alberto (2008; 2009).

Todas essas possibilidades turísticas, mesmo ainda precisando de cuidados, isto tanto do poder público, privado e também da comunidade, podem vir a se tornar um caminho novo para o desenvolvimento da cidade de Serra do Navio. Assim como, trabalhar com estes elementos também trás uma perspectiva inovadora de estudo para a região. Como já dito, esta região ainda é explorada pouco no que diz respeito à cultura, ao turismo e às UC. A seguir, se terá a discussão acerca destas questões.

4 POLÍTICAS AMBIENTAIS E UCM EM SERRA DO NAVIO, AMAPÁ

Este capítulo vai tratar sobre a discussão das políticas ambientais de uma maneira geral, a partir do que foi visto na parte teórica do trabalho e da pesquisa de campo; as UC são temas muito discutidos atualmente e, principalmente, a sua relação com o meio urbano, daí a necessidade de abordar acerca das UCM. Na primeira parte, tem-se uma abordagem sobre a política ambiental no Amapá, de um modo amplo, sem entrar em detalhes mais aprofundados. Na segunda parte, discute-se a problemática das UC em Serra do Navio, especificamente, sobre o Parque Natural Municipal do Canção em toda a sua complexidade.

4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAPÁ

Os debates atuais acerca do meio ambiente, da preservação da natureza e a dinâmica da sociedade no que tange as questões sociais, econômicas, políticas e até culturais, e aliado a estes o turismo, faz com que argumentos diferentes sejam feitos em direção a uma proposta nova de discussão destes temas. O assunto a ser visto, será focado especificamente no estado do Amapá, na cidade de Serra do Navio; o estado é um dos mais preservados do país, e a cidade possui uma das primeiras UCM do norte do Brasil. Assim, serão vistos alguns adendos da teoria já vista e a pesquisa de campo.

O estudo a respeito das UC, como já demonstrado anteriormente, vem de muito tempo e junto com ele, a questão de como lidar com a comunidade e a utilização dos recursos naturais. Com base na teoria vista, e de observações feitas em campo, notou-se que o assunto ambiental no estado do Amapá como um todo, é muito forte. De acordo com Drummond e Pereira (2007) e outros autores, o estado tem uma política ambiental intensa, porém, ainda em desenvolvimento, assim como outras muitas regiões do Brasil.

As UC no Amapá foram criadas no período da década de 1980 (ATLAS, 2008). Baseado nesta pesquisa bibliográfica viu-se em campo, que o meio ambiente é tema discutido bastante, principalmente, depois que este saiu da condição de TF e passou a ser estado. Estas transformações no Amapá podem ser reforçadas a partir dos discursos de Vallejo (2007) e Quaresma (2003), quando ambos ponderam acerca das transformações que o mundo passou após a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial, pois, foram elas que motivaram essa visão nova para com a natureza.

O governo estadual no Amapá, a partir da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA) vem procurando atuar diretamente no ponto da gestão ambiental no estado, como se detecta em documentos feitos pela própria secretaria. A respeito, Chagas (2002, p. 87):

O início da atuação do setor público na gestão ambiental no Amapá acompanha esse movimento e se dá dissociado de demandas da sociedade, configurando aquilo que Santos (2000b) considera como desenvolvimento desequilibrado, quando ocorre a predominância da regulamentação pelo Estado, dissociada da participação da comunidade.

Nota-se, que o autor faz uma crítica quanto à gestão democrática no que concerne ao meio ambiente no estado, e sabe-se que a participação da sociedade ainda é muito incipiente, não só a nível estadual como municipal.

Tem-se que é muito difícil conciliar a ampliação da ocupação humana e da produção a partir de recursos naturais de um estado ou região, quando se trata de equilibrar a sustentabilidade e o desenvolvimento destes. O Amapá é um desses estados que estão com este dilema, pois, seu território tem um pouco mais de 70% de seu território de áreas protegidas (ATLAS, 2008). Isto trás à tona uma discussão sobre como trabalhar essa relação.

Este tema se alia a teoria vista no início deste trabalho, quando se trás os esboços acerca da Amazônia, quando se fala sobre o desenvolvimento sustentável. Onde autores diferentes, como Monteiro (2005), Campos (2007), Castro (2001), Quaresma (2003) Simonian (2007a), entre outros, trabalham nesta linha sobre o desenvolvimento da região, dentro das suas áreas de atuação, tais como: mineração, cultura, turismo, sociedade etc. Todas estas atividades para serem desenvolvidas precisam alterar o espaço, a comunidade e a economia de determinada área. Assim, o Amapá tendo uma extensão protegida grande sofre com esta pressão no que diz respeito à relação desenvolvimento x preservação.

Na pesquisa de campo em Serra do Navio, teve-se a oportunidade de entrevistar o Dr. Paulo Madeira⁶², e no discurso do depoente observou-se um pouco acerca desta questão da relação entre a comunidade e a extração / exploração dos recursos naturais. Assim, se tem a fala deste com analogia aos problemas relacionados ao meio ambiente na cidade:

[...] uma boa parte desses problemas relacionados com o meio ambiente, com o desmatamento [...] utilização de áreas para roçagem, enfim, uma boa parte é em razão mesmo da necessidade [...] não são predadores [...] que depredam o ambiente [...] são pessoas simples, que necessitam e foram criados naquela cultura [...]. (informação verbal).

⁶² Depoimento de Paulo Cesar do Vale Madeira cedido à autora em 25 de maio de 2009; Juiz do município de Serra do Navio, natural de São Luis do Maranhão, está no Amapá há 13 anos.

Com base no exposto acima, nota-se a dificuldade em manter as populações / comunidades tradicionais em conformidade com a legislação vigente e, principalmente, de aliar a exploração dos recursos com as necessidades básicas destas, daí podem ser propostos projetos que visem uma possibilidade nova de trabalhar a questão da pequena produção em Serra do Navio.

A continuar no tema da relação natureza x desenvolvimento, uma questão muito presente no Amapá é a extração mineral. Viu-se na construção histórica do estado, que este há muitos anos tem na exploração de minério uma atividade importante. E a extração do manganês (CHAGAS, 2002; DRUMMOND; PEREIRA, 2007; MONTEIRO, 2003) feita pela ICOMI, no início da década de 1950, deixou marcas tanto ambientais, como sociais, econômicas e culturais na região. Em notas de Alberto (2009), a mineração ainda é uma base econômica forte que ocorre no estado com regularidade, principalmente, na região próxima a Serra do Navio, no município de Pedra Branca do Amaparí, lá atualmente se encontra o projeto da Mineração Pedra Branca do Amaparí (MPBA), que extrai ouro na região.

Novamente se trás o depoimento do juiz de Serra do Navio quanto aos impactos das empresas mineradoras grandes, como se vê a seguir:

Agora os grandes impactos mesmo são aqueles vindos das empresas [...] Claro uma empresa de grande porte pra se instalar na região inevitavelmente ela vai causar impacto ambiental, ainda que existam as regras de compensação não é? [...] qualquer que seja uma empresa de grande porte sempre vai ter impacto, muito embora depois o processo de restauração, mas o impacto existe, então os grandes impactos mesmo são das grandes empresas, o impacto dos pequenos agricultores é mínimo [...].

A questão da mineração, ainda é um tema que se faz presente na discussão sobre a gestão do meio ambiente no Amapá, como se pôde vê no trecho anterior. A fala do juiz de Serra do Navio apresenta algumas controvérsias acerca da posição do poder público perante o manejo e exploração dos recursos naturais da região de Serra do Navio, mas que não desmerece seu discurso na totalidade.

Assim, mais estudos em tais perspectivas são essenciais no contexto da área central do Amapá, onde a exploração mineral é expressiva. Também, é de esperar-se que a gestão pública encontre alternativas no sentido de evitar que este tipo de atividade se torne um problema amplo para a sociedade amapaense. A expectativa, ainda, é de que a mineração traga dividendos à comunidade e, principalmente, não cause impactos extensos no ambiente natural.

As UC são instrumentos essenciais no que concerne a preservação de ambientes naturais diferentes. Porém, sabe-se da dificuldade de equacionar esta “proteção” com as necessidades socioeconômicas da sociedade. Logo, se faz imprescindível criar um caminho de discussão que levem à tona a troca de propostas, para que se mantenha o progresso de uma região, mas também, a perpetuação dos seus elementos naturais.

A se tratar a propósito de Serra do Navio, o município é um dos mais preservados, pois, este tem quase que sua totalidade territorial formada por UC. A maior área protegida que compreende a cidade é a do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMTUM), que 14,8% de sua área total está localizado em Serra do Navio (PARQUE, 2009, folder). Além do PNMTUM, a cidade ganhou recentemente o Parque Natural Municipal do Cancão, que será melhor caracterizado no próximo subitem deste capítulo.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Serra do Navio (SEMMA) tem essa consciência a respeito das extensões grandes de áreas protegidas na qual a cidade está inserida, como se vê na fala do senhor Artur de Freitas⁶³:

[...] vale ressaltar que o município de Serra do Navio hoje ele conta com 96% da sua área territorial protegida [...] preservado ou protegida por lei [...] quase 96% [...] Primeiro o Parque do Tumucumaque levou 72% [...] então resta 28%, desses 6% tá no Parque [Cancão] [...] então se você somar todo esse conjunto, você chega aí, fácil, fácil a quase 90% de área protegida, o restante é a vila [...]. (informação verbal).

Contudo, é necessário enfatizar que o discurso do secretário de meio ambiente deve ser visto com cautela, quando este afirma em dizer que quase 90% da área do município é preservada, devem ser feitos cálculos mais concretos para confirmar esta informação. Pode-se então analisar e concluir que o município tem esta peculiaridade de se ter a região quase que totalmente protegida, e isto é importante, pois, incentivam políticas ambientais mais concretas, assim como, outras atividades, tais como o turismo, que pode auxiliar nessa preservação e, principalmente, de ajudar na conscientização sobre as UC para com a comunidade.

Como visto acima, a cidade de Serra do Navio tem parte extensa de seu território preservado e sob domínio das UC, sejam elas a nível federal como PNMTUM, ou como o próprio Parque do Cancão a nível municipal, isto demonstra certa preocupação para com o crescimento / desenvolvimento da região, a partir do viés ambiental. No depoimento do juiz Paulo Madeira, notou-se a preocupação em manter preservada a natureza local, mas também

⁶³ Depoimento de Artur de Freitas cedido à autora, em 27 de maio de 2009; é secretário de meio ambiente de Serra do Navio; é natural de Minas Gerais.

em se sustentar a garantia de sobrevivência de famílias que necessitam da extração de determinados recursos naturais, como se vê no trecho a seguir:

Então uma boa parte dos problemas com os agricultores é em razão da própria omissão do Estado, quer dizer, que não tem esse trabalho de treinamento, pra acompanhar, pra orientar, são pessoas simples, a maioria das vezes [...] e claro a justiça não pode desmerecer isso [...] então a legislação ambiental ela é rígida [...] mas o juiz não pode ser um autômato [...] a gente procura [ter] razoabilidade, então na maioria das vezes o nosso trabalho é de orientação [...].

Mais uma vez, a partir do discurso acima, deve-se atentar que o governo, seja ele federal, estadual e municipal, deixa ainda a desejar quanto a gestão das políticas ambientais no estado, mas conforme o escrito, a relação desenvolvimento x preservação está presente nas ações de alguns setores públicos do município, neste caso, pelo poder judiciário, e isto foi um fato importante de se detectar, pois, vê-se que o tema tem expressividade na gestão jurídica da cidade.

Essa questão ambiental também está nos projetos da prefeitura municipal de Serra do Navio. Verifica-se, na declaração do secretário de meio ambiente: “[...] uma nova conscientização ambiental [...] com alguns projetos que a gente tem intenção de iniciar [...] a busca da implantação da coleta seletiva [...] a implantação de um programa de educação ambiental [...]” (ALBERTO, 2009) (informação verbal). Com base no depoimento, se nota que os projetos quanto às questões relacionadas ao meio ambiente e, conseqüentemente, as UC, são temas que fazem parte do debate do poder público, e o mais interessante é ver que apesar de pontual, já existe esta consciência, deve-se ressaltar a importância destes projetos para que sejam realmente levados a população.

A partir do exposto, já se pode delinear alguns argumentos que confrontam a teoria com a prática em campo. O tema das UC no Brasil, em um plano geral, é assunto significativo, pois, falar de preservação em um país que possui uma das florestas mais extensas, com a maior biodiversidade do planeta, que é a floresta Amazônica, sem tentar aliar este tema com o desenvolvimento é uma tarefa difícil. Então, se faz significativo trazer este assunto, para este trabalho, principalmente, porque o Amapá é o estado que mais possui UC em seu território, então a pesquisa científica está se valendo dessa temática nova em questão, para criar mais subsídios para se melhor dinamizar o tema.

É fato também destacar como anda a relação entre as esferas públicas municipais, estaduais e federais, no que se trata o meio ambiente. Viu-se em campo que tanto a secretaria

municipal, quanto a secretaria estadual de meio ambiente do Amapá, procuram desenvolver projetos em conjunto. Assim, tem-se a afirmação de Sr. Artur de Freitas:

“[...] a secretaria estadual ela vem trabalhando uma descentralização das ações [...] vai poder ter essa independência [...] o Estado [...] ele continua sendo o nosso superior, mas o município vai poder fazer licenciamento [...] e determinados empreendimentos de grandes impactos, eles continuam com a secretaria estadual [...]” (ALBERTO, 2009) (informação verbal).

Logo, verifica-se que os setores públicos, há princípio, estão procurando, em conjunto, adequar às tarefas que competem ao melhoramento da cidade e do estado quanto ao meio ambiente, tanto a nível municipal, quanto no plano estadual.

O que é exposto acima está em conformidade com parte da teoria vista anteriormente que se tem sobre política, quando Bobbio (1988), destaca a importância desse elemento para organização da sociedade. E, mais especificamente nos postulados de Maar (1994) e Torres (2004), quando falam acerca das políticas públicas. Logo, ambos os temas estão em destaque no que foi visto em campo; a organização de serviços entre as secretarias está conduzida por meio da política, enquanto que as políticas públicas serão elementos que subsidiarão ações para o meio ambiente, tanto para o município, como para o estado do Amapá em sua totalidade.

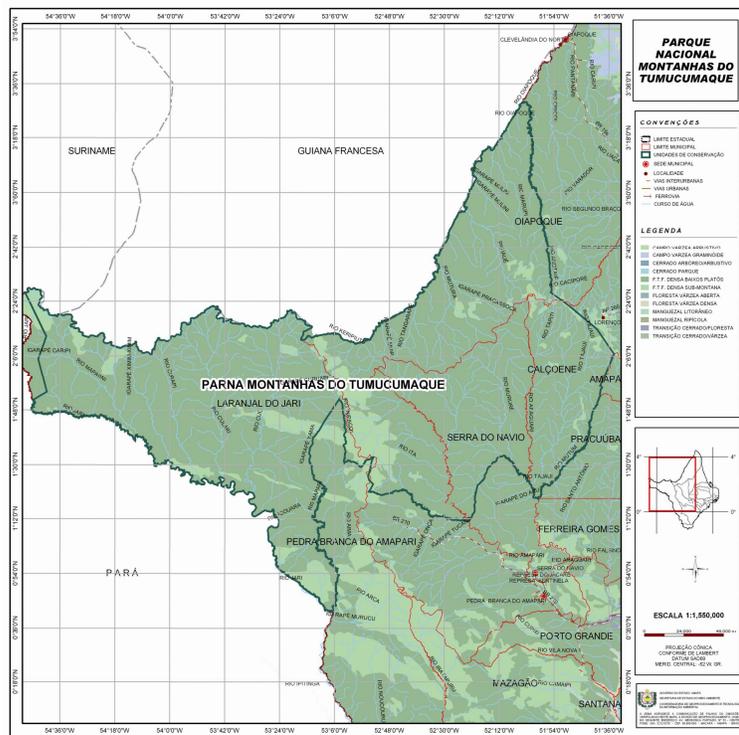
A partir da teoria analisada, as UC são espaços que contemplam elementos naturais e, também, possuem determinadas regras de uso e manejo (SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004). Inserido nesta linha de raciocínio, as ações desenvolvidas pelo poder estadual e municipal no que se tratam ao meio ambiente no Amapá, estão em concordância com o conceito expressado anteriormente. Porém, encontram-se aí as dificuldades de se ter e manter uma UC, e muito mais difícil quando se tem um número grande delas, como é caso do Amapá.

Este problema de manejo e de condições de se manter uma UC é tema também colocado no Atlas (2008, p. 35), onde atualmente, apesar do número amplo destas unidades no estado, “[...] até o presente momento nenhuma das UC federais do Amapá conta com condições básicas para funcionamento, como regularização fundiária, demarcação e Plano de Manejo elaborado e implantado”. Este assunto foi visto em campo, pois, o PNM do Cancão, ainda está passando pelo processo de legalização e regularização da sua área, além disso, vai ser criado o seu plano de manejo. Nos apontamentos de Alberto (2009), isto não é somente porque este parque é recentemente criado, pois, até o PNMTUM também está em processo de criação do seu plano de manejo.

A fazer-se um adendo conciso acerca das UC no Amapá, destaca-se uma das unidades mais importantes no estado do Amapá e do Brasil, que é o PNMTUM, ver Fotografia 47 abaixo. Este, segundo o Atlas (2008), foi criado em 2002, por meio do Decreto Federal de 22 de agosto, é uma das maiores UC do Brasil, com 3.867.000 hectares. Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar como estão as ações e projetos atuais do PNMTUM, como assim se vê no depoimento de Marcela de Marins⁶⁴:

[...] atualmente, o PNMTUM está trabalhando com três linhas de atividade: a primeira é dirigida a fiscalização do Parque, a equipe trabalha com autuações de caça predatória, queimadas clandestinas, garimpos, invasões de terra entre outros [...] outra linha de trabalho é o Conselho Consultivo que foi criado no parque [...] e a terceira linha de trabalho é o plano de manejo [...]. (informação verbal).

Percebe-se que o PNMTUM, assim como muitas UC no Brasil, ainda padece com a falta de planejamento e apoio de uma instância maior do governo; sabe-se que este problema ocorre em todo país, e por isto, é importante tratar o assunto, mas pode-se assinalar que esta UC já consegue atender algumas demandas, como por exemplo, o trabalho de monitoramento do mesmo.



Fotografia 47: Mapa do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.
Fonte: Atlas (2008).

⁶⁴Depoimento de Marcela de Marins à autora, em 01 de junho de 2009; é coordenadora do Parque do Tumucumaque desde a sua criação em 2002; é natural de Curitiba – PR.

O município de Serra do Navio é onde o acesso ao PNMTUM é mais fácil, tanto que um de seus slogans é o de ser o “Portal de entrada do Parque do Tumucumaque”, além de ter como símbolo o beija-flor Brilho de fogo (*Topaza pella*). Existe em Serra do Navio, a coordenação específica do Parque do Tumucumaque; a equipe é formada por dois coordenadores⁶⁵ que residem na cidade, e por mais três pessoas⁶⁶ que trabalham no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/AP). Neste município, o Parque conta com uma infraestrutura de escritório e equipamentos adequados para as visitas técnicas, além de alojamento para os coordenadores e pesquisadores – estes em geral com passagens temporárias e/ou eventuais –, como se pode verificar nas Fotografias 48 a 50, a seguir.



Fotografias 48, 49, 50: Placa, escritório e alojamento do escritório do PNMTUM.
Fonte: Alberto (2009).

Como se viu no depoimento da coordenadora Marcela de Marins, o PNMTUM está em preparação do seu plano de manejo, então algumas questões e atividades ainda não podem ser realizadas, como se vê em sua fala:

[...] a parceria com a prefeitura de Serra do Navio e IBAMA [...] é bastante amistosa, inclusive a prefeita é uma conselheira e participa das atividades do Conselho do parque [...] ainda não tem previsão para outro tipo de parceria porque primeiro deve-se definir o plano de manejo, e depois desse concretizado, se passa para as ações de uso público [...].

Já se nota que o Parque terá uma maior visibilidade depois que seu plano de manejo for concluído, e que o município pode se desenvolver melhor a partir das atividades que poderão ser feitas neste, inclusive o turismo é uma delas.

⁶⁵ Além da coordenadora Marcela de Marins, o outro coordenador do Parque no município é o senhor Paulo Guedes, que é do estado do Amapá. Infelizmente, Sr. Paulo veio a falecer em novembro de 2009.

⁶⁶ Estes são os coordenadores: Christoph Jaster, Paulo Russo e Cassandra Oliveira.

O PNMTUM é uma das poucas UC no Brasil onde não se tem comunidades inseridas, existe neste apenas uma. Assim, para Speglich e Batista (2008, p. 10): “De fato, dentro da área do ParNa há apenas uma comunidade, a de vila Brasil, no noroeste, quase na divisa com a Guiana Francesa. Em todo o restante de sua imensa área não existem comunidades estabelecidas, uma realidade bem diferente da grande maioria das unidades de conservação do Brasil”. Este trecho trás uma questão importante já vista na teoria de Arruda (1999), acerca das aglomerações humanas em regiões naturais grandes que a muito tempo estão sendo estudadas, logo, o PNMTUM não está de fora dessa dinâmica, o que pode ser feito é amenizar atividades degradantes, como o garimpo, para que não destruam o local, e que as comunidades que vivem da subsistência neste não sejam penalizadas.

E é com base nisso, que atualmente o Parque conta com o Conselho Consultivo, um documento que está regendo as futuras ações do mesmo. Este teve como principal ação, a democratização da comunidade junto às instâncias públicas que administram essa UC. Foi criado um primeiro conselho, em 2002, onde não se houve avanços grandes quanto à discussão do objetivo da criação do PNMTUM, e o que foi passado de informação para a população foram notas desencontradas, então se resolveu (re) criar este Conselho, como se vê no trecho de Speglich e Batista (2008, p. 15):

Essa situação levou a equipe do ParNa a propor a criação de um novo Conselho que garantisse a **representação** [grifo do original] de todos os envolvidos com o ParNa e funcionasse efetivamente com um **espaço de discussão** [grifo do original], abrindo caminho para uma gestão mais democrática dos recursos naturais. Além disso, o próprio processo de mobilização para a participação na reformulação do conselho e indicação de representantes, seria uma oportunidade para esclarecer a comunidade e diminuir a resistência causada por informações errôneas que circulavam. O primeiro passo para isso foi a organização de reuniões nas comunidades para discutir a modificação da composição do Conselho. A idéia central dessa proposta foi a definição da composição do Conselho juntamente com a sociedade, em contraposição à idéia de criação por decretos e portarias governamentais.

Assim, nota-se a importância da participação da sociedade nas decisões que dizem respeito às questões ambientais no município de Serra do Navio.

Como dito anteriormente, o turismo pode está inserido em atividades dentro de determinadas UC, ele pode ser um meio que é capaz de auxiliar na conservação e na concepção do que seja meio ambiente. A atividade, segundo o depoimento da coordenadora Marcela de Marins, “[...] pode ser um meio eficaz para a comunidade ter conhecimento sobre o parque, e que também pode ser uma forma de preservação [...]” (ALBERTO, 2009) (informação verbal). Logo, se faz importante destacar que a atividade turística em Serra do Navio pode ser fomentada, e que o PNMTUM tem a capacidade de ajudar nesta promoção.

Outro ponto importante de se destacar é a propósito da questão da legislação das UC no Amapá, com relação aos serviços ambientais que estas unidades podem oferecer tanto para a região ou município na qual irão estar inseridas. O tema da compensação ambiental foi exposto pelo secretário de meio ambiente de Serra do Navio:

[...] e a gente sempre luta pra que o Parque do Tumucumaque ele [seja] preservado realmente na sua, vamos dizer assim, que cumpra realmente [sua função] [...] legislação [...] o que não pode [...] que o município não sofra é... com a preservação [...] é preciso que o governo federal estude uma forma de compensação [...] aos municípios no entorno do Parque [...]. (informação verbal).

No que foi exposto, isto não é apenas uma preocupação de Serra do Navio em particular com relação ao PNMTUM, mas com o estado do Amapá de um modo geral, como é colocado no Atlas (2008), que é importante discutir como compensar a população quanto aos objetivos que estes locais possuem. Daí a necessidade de se estudar o equilíbrio entre a implantação das áreas protegidas, com as comunidades inseridas ou no entorno destas.

Com base nestes pressupostos, pode-se dizer que a questão ambiental no Amapá é muito forte, e que ainda tem muito a crescer. Mas, em relação à maioria dos estados brasileiros a gestão ambiental amapaense está muito à frente dos outros. Logo, se viu que apesar de alguns entraves, este estado, assim como especificamente Serra do Navio, possui subsídios importantes para se destacar como região que está procurando ter uma gestão política ambiental a caminho de uma conscientização ampla.

4.2 UCM EM SERRA DO NAVIO: PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CANCÃO

Como já exposto na teoria sobre as UC, os PNM possuem características especiais, pois, podem ser agrupados em três esferas políticoadministrativas: federal, estadual e municipal. Aliás, este entendimento está garantido na Constituição (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988), pois toda a administração pública é responsável pelo meio ambiente, inclusive o relacionado a tais Unidades. No mais, estes Parques têm como objetivo a preservação de ecossistemas de relevância ecológica e cênica (UNIDADES, 2008). A seguir, tem-se uma caracterização do PNM do Cancão, tanto na perspectiva de sua criação, como a sua situação atual.

O Amapá é um dos estados poucos do Brasil que possui uma legislação ambiental bastante significativa, o que garante resultados práticos, como se vê no Quadro 02, abaixo:

próximas a capital, Macapá; as duas restantes são a Floresta Nacional do Amapá (FLONA) e a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS Iratapuru); estas são, respectivamente, a segunda e a terceira maiores UC amapaenses. Por fim, é de destaca-se as duas UC municipais, a Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo⁶⁷ e o PNM do Cancão, e é sobre este último que se faz uma caracterização e análise a seguir.

Antes de se tratar especificamente do PNM do Cancão, pode-se retomar parte da teoria acerca do urbano e das práticas culturais, entendendo-se como ocorre essa relação entre as pessoas e as áreas naturais. Jacobi (2004) expôs que, as cidades estão sofrendo bastante com a degradação ambiental. E junto ao estudo deste autor colocam-se os apontamentos de Simmel (1987), quanto à questão do indivíduo, de como este se coloca diante das relações sociais, culturais, econômicas e ambientais na cidade.

A relação ambiente e indivíduo a muitos anos é examinada, desde os postulados de Diegues (1994), se vê que a natureza chama atenção para ser trabalhada e analisada em sua dinâmica total. Assim como este autor, outros autores como Velho e Machado (1977), também pesquisam as relações na cidade, estas se baseiam, principalmente, pelas características sociais, enquanto que para Simmel (1987), a relação econômica é a mais presente. Deste modo, se faz importante analisar a afinidade dos cidadãos serranos com a antiga vila da ICOMI e com o Parque do Cancão.

A questão específica dos cidadãos com a vila da ICOMI será melhor vista no próximo capítulo. Neste momento, será analisado o Parque do Cancão; como foi criado, quais os objetivos, que importância este tem para Serra do Navio, o que as pessoas sabem sobre esta UCM etc. Além desta análise mais descritiva acerca do Parque, também foi pesquisado em campo a integração das pessoas com este espaço no passado e na atualidade.

4.2.1 Parque Natural Municipal do Cancão

A pesquisa a propósito do Parque Natural Municipal do Cancão iniciou-se devido a este ser um tema original a ser examinado, assim como, por este tipo de UC ser novo na região norte do país e, no estado do Amapá. Algumas peculiaridades quanto à criação do

⁶⁷ Criada pelo Decreto Municipal 139/2007 – PMPBA, em 19 de novembro de 2007; Tem uma área de 68.524,20 hectares, está localizada na parte sul do município de Pedra Branca do Amapari, e tem como objetivo proporcionar a seguridade das populações extrativistas da região (ATLAS, 2008).

parque foram vistas durante as duas pesquisas feitas para este trabalho. No decorrer deste capítulo serão feitos os devidos adendos sobre estas questões.

A proposta de criação do Parque do Cancão aconteceu no ano de 2007, e esta foi coordenada pela SEMA/AP junto com o poder público municipal de Serra do Navio. Realizou-se, um levantamento sucinto da área natural do Parque, e deste criou-se o documento-proposta para o mesmo. A seguir, têm-se alguns pontos deste documento.

Como se viu, Serra do Navio tem toda uma importância histórica, econômica, social e cultural para o Amapá. E com base nisto, o documento do Amapá (2007) fundamentou-se neste ponto e, também na legislação ambiental ampla que o estado possui para concretizar a fundação deste espaço natural; outro tema importante exposto no documento é acerca do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS Ecológico)⁶⁸ onde este, por meio da criação da UCM, vai oferecer um aumento na arrecadação para o município. Isto se faz importante ser mencionado, pois, uma das críticas feitas pelo poder público local, é quanto à compensação que os municípios que possuem UC podem ter para se manter, porém isto será visto adiante.

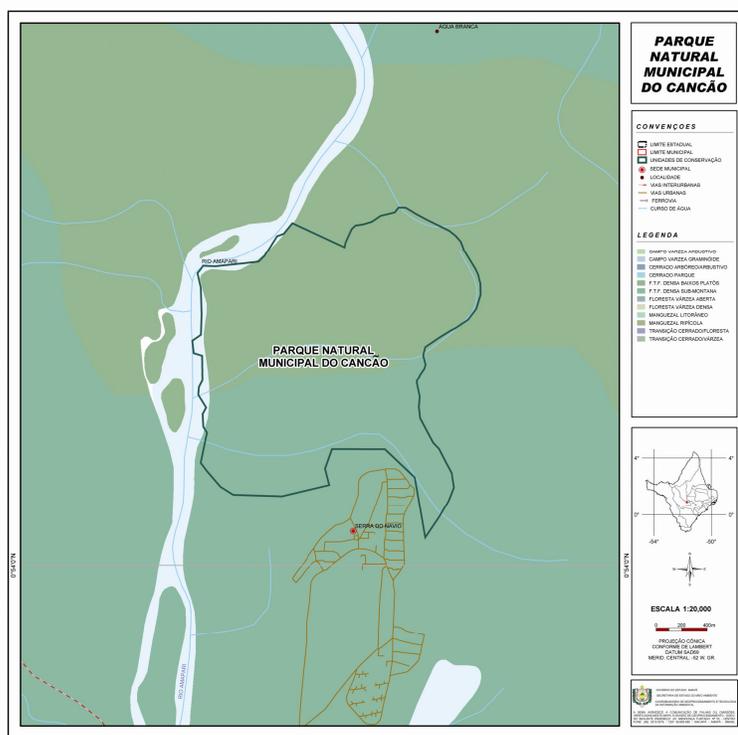
A criação do PNM do Cancão aconteceu por meio de Avaliação Ecológica Rápida (AER), os participantes foram os técnicos da SEMA, IEPA e da SEMMA de Serra do Navio, no período de 22 a 23 de julho de 2007 (AMAPÁ, 2007). Este foi o primeiro passo para a concretização da proposta, e com base nisto, foi visto que a área possui atributos significativos quanto aos aspectos biológicos (vegetação e fauna), físico (clima, solo, relevo, hidrografia) e socioeconômico. Deste modo, este se caracteriza como um espaço que preserva a diversidade ecológica da cidade, além de se tornar mais um lugar de interação sociocultural para a região.

No que se trata aos aspectos legais deste, o Parque do Cancão foi criado pelo Decreto Municipal de nº 085/2007 – PMSN, no dia 14 de novembro de 2007 (ATLAS, 2008). Este, como já mencionado, se enquadra na categoria de Parques, dentro das unidades de proteção integral (UNIDADES, 2008), onde tem suas especificidades de uso e manejo, além de abranger as características de UCM tendo como objetivo o de proteger o ecossistema próximo a cidade. Assim, o PNM do Cancão é um marco na criação de UC no estado do Amapá.

⁶⁸ “ICMS ecológico é a denominação para qualquer critério ou a um conjunto de critérios, de caráter ambiental, usado para estabelecer o percentual que cada município de um determinado Estado tem direito de receber quando do repasse da quota-parque do Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços” (LOUREIRO, p. 1, 2009).

Em pesquisa de campo no dia 15 de maio de 2009, foi realizada na cidade de Serra do Navio a visita ao Parque do Cancão, a autora esteve acompanhada de uma equipe⁶⁹ para conhecer o parque. Como foi visto, este fica bem próximo a sede da vila, e ainda possui uma cobertura vegetal boa, daí a sua importância. A seguir serão apresentados alguns apontamentos acerca da sua localização geográfica, biodiversidade, etc.

O Parque do Cancão está localizado na parte sul do município de Serra do Navio, tem aproximadamente 370,26 hectares; as suas extremidades são: Ramal velho da Colônia, Ramal da Pedra Preta, margens do rio Amapari, Ramal novo da Colônia e o ramal de acesso a sede da cidade (AMAPÁ, 2007; ATLAS, 2008), como se vê na Fotografia 52 a seguir.

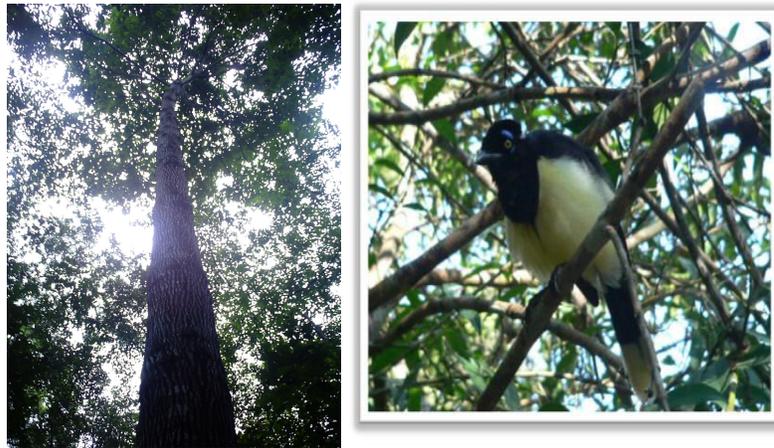


Fotografia 52: Mapa do Parque Natural Municipal do Cancão, Serra do Navio.
Fonte: Atlas (2008).

Ainda de acordo com fonte de Amapá. Proposta (2007), a vegetação do Parque é predominantemente de floresta ombrófila densa e de igapó, com clima chuvoso tendo temperaturas que variam entre 20° e 36° C; dentre algumas espécies vegetais estão a ucuúba (*Virola Suninamensis*), sumaúma (*Ceiba pentandra*), acapú (*Voacapoua amarecana L*) e

⁶⁹ Equipe da Secretaria municipal de Turismo: Zilma Gomes e o diretor de planejamento turístico da secretaria Jonildo Almeida, Gracinete Marinho e Mário Lobo da rádio Manganês FM, duas guardas municipais, Marli e Magda; e Moises, proprietário de uma pousada na região.

castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), ver Fotografia 53, além de plantas ornamentais como orquídeas, plantas medicinais e palmeiras, entre elas o açaí (*Euterpe oleracea*). No que diz respeito à fauna, a região do parque precisa ainda de uma avaliação melhor, mas ainda no que consta a fonte anterior, foram encontradas no Parque do Cancão a presença de primatas, como o mico-de-cheiro (*Saimiri vanzolinii*) (AMBIENTE, 2009), além de mamíferos voadores, como morcegos e pequenos insetos, além da espécie que dá o nome ao local que é o pássaro Cancão, ver Fotografia 54 (*Daptrius americanus*)⁷⁰.



Fotografia 53 e 54: Castanheira no Parque do Cancão, o pássaro símbolo do Parque, o Cancão.
Fonte: Fotografia 53, Alberto (2009); Fotografia 54: Ambiente (2009).

A fazer-se uma descrição breve da visita no parque, pode-se destacar o início da caminhada pela parte frontal deste, que segundo informações das guarda-municipais são os acessos próximos aos ramais da Pedra Preta e da Colônia; a trilha neste trecho é bastante larga, e se vê a preservação que o espaço ainda possui. A pesquisa de campo começa por um caminho dentro do parque, e um fato intrigante é a de se encontrar neste, uma propriedade particular⁷¹ na área, porém segundo notas de Alberto (2009), é informado que a prefeitura já está negociando a saída deste indivíduo de dentro do local. Ainda na observação, um ponto muito freqüentado pela população local é uma queda d'água pequena dentro do Parque do Cancão, e devido a este acesso fácil e a falta de infraestrutura, viu-se no local a presença de lixo, como se vê na sequência de Fotografias a seguir.

⁷⁰ A informação científica deste pássaro somente foi conseguida em pesquisa eletrônica.

⁷¹ O nome do proprietário não está sendo citado no trabalho, pois, a autora não conversou com ele, assim como, não serão divulgadas imagens da propriedade.



Fotografias 55, 56, 57: Parte frontal do Parque, ramal da Pedra Preta; igarapé do Cancão e lixo neste.
Fonte: Alberto (2009).

No que tange aos aspectos turísticos do PNM do Cancão estes existem, pois, o local é convidativo e agradável, porém, este ainda não está totalmente legalizado, e está se realizando o seu plano de manejo, em virtude disto, não se tem placas de orientação e informação no local. A excursão no parque também é um retorno a história da ICOMI; foi identificada uma área que era utilizada como espaço de lazer pelos funcionários da antiga mineradora, além de um córrego pequeno próximo. Além disso, foram observados no local alguns insetos, flores e uma plantação de castanheiras, que segundo Alberto (2009), foram plantadas na época da mineradora, ver Fotografias 58 a 61 abaixo.



Fotografias 58 a 61: Plantação de castanheiras, orquídeas, pequeno córrego, e abaixo a antiga área de lazer dos funcionários da ICOMI.
Fonte: Alberto (2009).

A comentar-se a propósito da história de Serra do Navio, o Parque do Cancão se faz bastante presente nesta, pois, ele marca a narrativa da mineração na cidade. A área do parque

era muito próxima onde existiam as minas (ver Fotografias 62 e 63 abaixo), como se vê no depoimento da prefeita do município a seguir: “[...] ali era uma estrada, a ICOMI quando funcionava aqui, ela não permitia que ninguém andasse na estrada grande, onde passava o manganês, que passava os carros dela lá. Então a comunidade passava por aqui, quem vinha da Colônia, que ia pra vila, era ali [...]” (informação verbal). Assim, o local a muito já era utilizado na cidade, mas não como parque, logo este já possuía uma importância na dinâmica econômica e social da localidade.



Fotografia 62 e 63: Antigas minas da ICOMI, hoje são somente lagos grandes com água da chuva.
Fonte: Alberto (2009; 2008).

O PNM do Cancão já é um espaço que faz parte da cidade de Serra do Navio a muito tempo, como se pôde ver acima. O local é muito atraente para atividades diferentes (passeios, programas de educação ambiental, turismo ecológico etc.), este tendo uma área verde bastante preservada já está sendo alvo de possíveis projetos e trabalhos, além das secretarias de Meio Ambiente e de Turismo, a secretaria de Esporte, cultura e lazer do município já tem propostas de ações futuras no espaço, como se vê no que informa o senhor Atalábio dos Santos⁷²:

Nós [estamos] trabalhando [...] uma mini-maratona, o qual vai atingir toda a área, a extensão da área do Cancão [...] Então essa mini-maratona, nós já estamos colocando em calendário, num futuro bem próximo, talvez, talvez, eu não to afirmando, mas, talvez seja também pelo Festçu [...] aonde nós vamos fazer a largada [na] comunidade do distrito da Colônia de Água Branca, [vamos] passar por dentro de toda a extensão do Parque do Cancão, pra chegar na sede do município, e aí é uma parceria que nós vamos tá fazendo, a secretaria de cultura, esporte com a secretaria do meio ambiente [...]. (informação verbal)

Neste discurso, nota-se que devem ser melhor pensadas as ações para o Parque, pois, estas ainda são muito pontuais, mas como se nota, o Parque Natural Municipal do Cancão já está nos planos de diferentes secretarias do município, e isto é importante para dinamizar o local, além de colocar a população em contato com o mesmo.

⁷² Informação verbal concedida à autora no dia 19 de maio; este é o atual secretário de esporte, cultura e lazer de Serra do Navio.

Pode-se dizer que, a caminhada pelo Parque do Cancão é muito interessante, tanto turisticamente, como pelo seu aspecto cultural, é possível conciliar ambas as categorias em virtude da natureza e da história da cidade. A prosseguir com o reconhecimento da área, é percorrido o ramal que dá acesso a uma margem do rio Amapari, este afluente importante na região; deste ramal é possível ver uma das maiores montanhas na cidade, e por trás dela fica também a mina mais extensa, chamada de F12,⁷³ ver Fotografias 64, 65 e 66 s abaixo.



Fotografias 64, 65, 66: Trilha no parque do Cancão; ao fundo a visão da montanha da mina F12; rio Amapari. Fonte: Alberto (2009).

Após este trecho, chega-se a cabeceira do rio Amapari, e este local também é frequentado pela população como área de lazer, e do mesmo modo foi visto a presença de lixo no local; a história de Serra do Navio também se faz presente na área, pois, pode-se ver em ângulo melhor a montanha da mina F12 e a esteira por onde passava o manganês que vinha daquela área, ver as Fotografias 67 a 69, a seguir.



Fotografias 67 a 69: Rio Amapari, presença de lixo e a esteira por onde o manganês era transportado. Fonte: Alberto (2009).

A sugestão inicial da criação do PNM do Cancão tem alguns pontos que podem ser destacados. Como verificado em uma primeira ida a campo no ano de 2008, a concepção deste foi uma iniciativa que partiu do interesse de compensação das empresas mineradoras,⁷⁴ que estavam atuando na cidade naquele período. Segundo informação colhida com o

⁷³ O nome F12 é devido à demarcação geológica feita na época; a letra “F” vem de Farias (ALBERTO, 2009).

⁷⁴ Na época da primeira investigação de campo (julho de 2008) a mineradora que atuava era a MMX Amapá, esta foi criada em 1995 e tem como principal acionista Eike Batista, possuindo outros dois projetos: Sistema MMX Corumbá e Sistema MMX Minas – Rio (MMX, 2009).

secretário de meio ambiente municipal, senhor Artur de Freitas, o parque foi criado como área de compensação, como se vê no que diz o informante:

[...] é preciso que a coisa seja colocada de uma forma muito clara, quando da criação do Parque do Cancão, era pra garantir as compensações dos empreendimentos, não era um...“a vamos criar o parque porque é muito importante”, mas a partir daí, houve um trabalho de conscientização, hoje a população [ela] cobra das pessoas que porventura [estão] depredando o parque, então existe hoje uma conscientização [...].

Desde a primeira ida a campo em Serra do Navio, as informações sobre a criação do PNM do Cancão possuem algumas ausências de dados, principalmente, no que diz respeito a compensação feita ao município pela empresa mineradora na época. Mas, a partir do exposto, nota-se como houve uma mudança de valor quanto à concepção do parque, e que não somente interesses econômicos estão envolvendo, atualmente, a criação deste, mas interesses ambientais e sociais para Serra do Navio.

A tomarem-se os apontamentos teóricos a respeito da relação cidade e meio ambiente, tem-se que a apropriação de muitos espaços naturais, principalmente hoje, nas grandes cidades, dá conta de relações diferentes expostas junto ao tema do desenvolvimento. Os postulados de Jacobi (2004), que tratam da ausência de políticas públicas tanto para a questão ambiental como para a área urbana, podem ser vistas em Serra do Navio. A ameaça de degradação do Parque do Cancão levou as autoridades municipais a adotar esta decisão o mais imediato possível, isto para preservar o espaço, como se vê no que diz a prefeita do município:

[...] o negócio da invasão ali, nossa vão invadir ele [o parque] chamava igarapé do Cancão, que passa lá atrás e a ICOMI tinha feito um viveiro, onde tem um castanhal [...] então eles faziam um viveiro de plantas nativas ali [...] árvores de grande porte, e aí eu comecei a perceber [...] vamos ter que fazer a preservação. Aí foi que nós resolvemos fazer o Parque do Cancão [...] vão começar a fazer o inventário do parque, criar o conselho, já temos recursos da SEMMA que vem pra gente fazer o escritório do parque lá dentro, e a guarda municipal fez concurso e agora eu to tentando capacitá-los pra vê quem vai ficar como guarda-parque, então na verdade estamos estruturando [...] (Francimar Silva, 2009, informação verbal).

Além da questão da compensação para as empresas, que foi uma primeira proposta para a área do Cancão, a preocupação em preservar o espaço esteve e está no plano da autoridade pública municipal, assim, de acordo com os apontamentos de Loures, Almeida e Sálvio (2009), isto reflete essa mudança na idéia quanto a esses espaços que sofrem com as pressões das populações que vivem dentro e no entorno destes locais, mas é importante frisar que o poder

público deve ser manter mais atuante para garantir que o parque sirva e funcione na sua plenitude.

Os estudos anteriormente feitos na parte teórica apresentam que, as áreas naturais estão sendo alvo de mercadoria, como segundo informou Fernandes (2008), e que estas áreas estão sendo pouco reconhecidas pelo poder público. Ao contrario disto, o PNM do Cancão foi condecorado com um prêmio nacional,⁷⁵ como se vê no trecho da fala do senhor Reginaldo Pantoja,⁷⁶ vice-prefeito:

[...] tanto é que hoje, no Rio de Janeiro nós estamos recebendo um prêmio chamado Município Verde, é pelo reconhecimento [...] das áreas de preservação que nós temos no município [...] onde a maior área do município, ela está dentro do Parque do Tumucumaque, o maior parque do mundo em terras contínuas, também nós temos o nosso próprio parque natural municipal do Cancão [...]. (informação verbal).

É possível perceber na fala do vice-prefeito o reconhecimento e a importância que o parque tem para a cidade, assim como, para o estado do Amapá, tão logo, o prêmio não pode garantir, por si só, que este espaço seja democratizado para todo o município, o esta condecoração é apenas um instrumento para isto, políticas mais concretas devem ser feitas na cidade.

Além da importância ambiental que estas áreas naturais têm para com as cidades, os parques também são fontes de reforço sociocultural para a comunidade. Como se viu no trabalho de Tossulino, Muchailh e Campos (2006), estes dizem que ainda existem alguns problemas quanto ao entendimento sobre as UC, e com trabalhos na área de educação ambiental e meio ambiente, a população pode ser esclarecida, e também fazer parte do processo de organização dessas áreas. No caso do Parque do Cancão, o prêmio ganho pelo município pode reforçar a questão socioambiental em Serra do Navio.

Pode-se destacar a cidade serrana, como município mais bem preservado no estado do Amapá, e isto é fato reconhecido. A prefeita fala a respeito do valor do prêmio não somente pela condecoração em si, mas também, pela troca de experiência que a cidade teve na oportunidade deste evento:

[...] quando eu recebi o convite dizendo que o nosso município era um dos trinta municípios brasileiros contemplados [...] e depois lá soube que a gente foi assim, destacado, porque 72% de Serra do Navio tá dentro do Parque do Tumucumaque [...] e ai além dos 72%, nós criamos mais o Parque do Cancão aqui no entorno, e foi mais a criação do Parque do Cancão pra preservar esse entorno da cidade [...] então foi muito interessante [...] a gente pensa que só a gente enfrenta determinados

⁷⁵ O prêmio foi concedido pelo Instituto Ambiental BIOSFERA (ALBERTO, 2009).

⁷⁶ Informação verbal concedida à autora no dia 18 de maio de 2009; o vice-prefeito é nascido na cidade de Afuá, Ilha do Marajó mora em Serra do Navio desde o ano de 1995, está terminando o curso de pedagogia.

problemas né? A questão do lixo, a questão conscientização do povo, questão financeira do município, muita demanda e pouco recurso [...] ai vai ver os outros municípios, com 300, 400 anos, [estão] com os mesmos problemas nossos [...] então foi muito assim, do aprender e ensinar [...].

Deve-se ressaltar o caráter de generalidade do discurso da prefeita, e a partir deste pode-se tecer críticas que estes modelos de desenvolvimento ainda não conseguiram atingir a sua plenitude na região amazônica, e por sua vez Serra do Navio, ainda possui certa ausência de gestão e políticas que garantam que a questão ambiental e o desenvolvimento sejam postos no mesmo patamar de importância dentro das políticas destes governos (estadual e municipal). Mas, o depoimento da prefeita é muito significativo, pois, demonstra que a questão ambiental está inerente as regiões com “colonização” antiga ou recente, os problemas enfrentados são os mesmos em qualquer época, daí a necessidade de se trabalhar estes, tanto no âmbito político, quanto no científico.

O contexto que envolve as UC pode estar nas esferas diferentes do poder público, ou como visto na teoria, podem encontrar-se no planejamento das atividades coletivas da sociedade dentro das políticas públicas (TORRES, 2004). Logo, o Estado tem papel fundamental nestas políticas como apontado por Pereira (2000) e Rezende (2002). Assim nota-se como o governo amapaense vem trabalhando a questão do PNM do Cancão, o que é feito também em relação à Fundação Serra do Navio.

A SETUR-AP, por meio do governo do Amapá, ainda está planejando e organizando alguns projetos que envolvem as UC deste estado. Como se vê no depoimento de Elaine de Farias⁷⁷, que trabalha no setor de meio ambiente da secretaria de turismo estadual. Verificou-se, que somente algumas UC do estado estão sendo alvo de projetos pela secretaria até o presente momento, como se vê abaixo:

A [APA] do Curiaú na verdade é uma experiência piloto, [para] daí nós vamos ver o que é que deu certo, e o que não deu [para] levar para outras UC [...]. [Existem projetos para o Cancão?] Especificamente não, mas como ele faz parte das UC, posteriormente ele irá entrar [...]. (informação verbal).

A questão do turismo como já exposto, demanda ações que se façam presentes nas mais diversas áreas, e no departamento de meio ambiente da SETUR, por meio do discurso da técnica do setor, notou-se a ausência de projetos concretos para as UC no estado, deve-se referenciar a preocupação nesta falta de ações para com essas áreas, já que o estado possui

⁷⁷ Informação verbal concedida à autora no dia 09 de junho de 2009; a informante é chefe da divisão de operacionalização de projetos especiais.

significativas áreas protegidas, entre elas está o Parque do Cancão. Assim, tem-se que apesar de no momento não ter projetos específicos, o Parque do Cancão já está na pauta para as ações envolvendo as UC no setor de meio ambiente da secretaria.

A evidenciar-se ainda das ações voltadas para o PNM do Cancão, a Fundação Serra do Navio, como verificado no campo a partir de entrevista com o senhor Antonio Barbosa⁷⁸ (informação verbal), todavia a FSN não possui projetos palpáveis e específicos para o parque. O que se tem são apenas algumas parcerias que esta Fundação, por meio da prefeitura e também junto do governo do estado, tem como propostas para o Parque do Cancão. Também, estas atuações não ficaram claras no que vão resultar, o que será feito etc. Isto parece ser um fator preocupante, mas como ambos foram criados recentemente, tanto a Fundação como o Parque, esperam-se medidas concretas em um futuro próximo.

A presença de populações humanas nas UC há muito é objeto de estudo como visto nos postulados de Arruda (1999). Este autor afirma que tais comunidades sempre estavam inseridas nestes locais, e a evolução destas Unidades somente aconteceu em virtude dos processos antrópicos que estas comunidades promoveram onde se encontram instaladas. Quanto à população do entorno das áreas protegidas, destacam-se os estudos de Gomes (2007), que trabalhou o tema na UC do PARNA do Cabo Orange/AP, verificando as possibilidades turísticas junto à população do entorno da área. No caso de Serra do Navio, além da sede do município, existe próximo ao Cancão a comunidade de Pedra Preta.

Algumas informações acerca da comunidade de Pedra Preta foram fornecidas pela senhora Débora de Araújo⁷⁹. Segundo a depoente, a comunidade tem mais de 50 anos de existência e, atualmente, conta com 150 famílias, porém, este número pode mudar, pois, durante a pesquisa de campo, outros moradores estavam chegando à comunidade; e de acordo com a presidente da associação será feito um cadastro novo na localidade, como se vê no trecho a seguir: “[...] nem todas as famílias são associadas [...] nós temos umas 76 pessoas que são associadas, só que agora a gente vai fazer um recadastramento [...] cadastrando novas pessoas [...]” (informação verbal). Nota-se, que a comunidade possui certa organização social, e que sua história no município é muito antiga.

A Associação de Pedra Preta, segundo informações de Alberto (2009), surgiu em 2004 e o projeto primeiro foi o Cinema nas comunidades, em parceria com a ADAP; e outros trabalhos são: a Casa Digital e a Arca das Letras, com apoio do Ministério da Cultura

⁷⁸ Informação verbal concedida à autora no dia 18 de maio de 2009; este é diretor de patrimônio da Fundação Serra do Navio.

⁷⁹ Informação verbal concedida à autora no dia 30 de maio de 2009; a depoente é atual presidente da Associação de moradores e agricultores da Pedra Preta, é natural do Amapá e mora em Serra do Navio a cinco anos.

(MINC); quanto ao turismo, segundo ainda a informante, existe o projeto de um museu aos moldes do Museu Sacaca,⁸⁰ e o apoio para este tem como parceiros a Promotoria de Serra do Navio e o SEBRAE/AP. A comunidade de Pedra Preta tem uma significativa produção agrícola, segundo a entrevistada, existe na região o cultivo do cupuaçu e açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), e os produtores fazem venda direta para outros lugares próximos ao município.

Como se viu, a Pedra Preta é um local bastante significativo para Serra do Navio, até mesmo pela história da localidade como se vê no depoimento de Seu Farias: “[...] ai foram subindo, subindo [...] olha aquela grotinha, as pedras tudo preta, - Borá vê se é minério? Ai foi, puxou o martelo quebrou, não era minério, era pedra de mármore, - Como é que vai dar o nome? Grota da Pedra Preta! Porque as pedras são tudo preta [...]”. Assim, de acordo com informações de Seu Farias deu-se a denominação da comunidade próxima a cidade; e quanto à denominação de Serra do Navio, Seu Farias descreve assim: “[...] Ai quando chegou mais na frente: - olha só! Aquela ilha parece um navio, ai o outro disse: - também, e aquela serra parece um navio, essa ilha, então é Serra do Navio, porque o navio tá no porto, que é a ilha, ai o geólogo lançou Serra do Navio, foi por isso [...]” (ver Fotografias 70, 71 e 72, abaixo).



Fotografias 70, 71 e 72: Grota e paisagem na comunidade da Pedra Preta; ao fundo a serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

Logo, se tem uma parte da história do município que ainda não se encontra nos livros, daí a importância da pesquisa de campo para este trabalho.

Na atualidade, a localidade de Pedra Preta tem crescido, e muitas famílias têm vindo para o município e se instalam nesta. Nos trabalhos de Lavendowski, Moraes e Moscatelli

⁸⁰ Assim denominado em homenagem a um dos cidadãos mais populares da história amapaense recente; ele era conhecedor profundo de plantas e ervas medicinais; no Museu Sacaca, promove-se ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, interagindo o saber científico e o saber popular dos povos amazônicos, Fundou-se o mesmo, no ano de 1998, da fusão de outros dois museus: Museu de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes e Museu de História Natural Ângelo M. da C. Lima. Divulga as pesquisas realizadas pelo IEPA, por meio das exposições e oficinas pedagógicas. A área ocupada pelo projeto possui 12 mil metros quadrados, abrigando um pequeno rio, que serve para a criação de peixes da região é uma referência sobre os recursos hídricos e o potencial pesqueiro (OVERMUNDO, 2010).

(2009), o contexto dos desequilíbrios sociais causam essas transformações no espaço natural e no urbano. Logo, o desenvolvimento de ações públicas é importante para comedir esse desequilíbrio, entre a falta de moradia e as áreas naturais nas cidades.

Como Serra do Navio é uma cidade que recebe pessoas de origens diferentes do Brasil, em Pedra Preta também não é distinto. Durante o campo, pôde-se conversar com uma moradora da comunidade, a senhora Maria Lucia Melônio,⁸¹ que já reside a alguns anos no município. A busca por espaços para fixar residência, feitas por pessoas de baixa renda faz com que as estas, normalmente, procurem regiões naturais para se instalar e utilizar, normalmente sem adequado manejo os recursos naturais dessas áreas, são características que marcam existência de populações nestas regiões, como assim fixou-se a depoente na Pedra Preta.

A comunidade não é grande e conta com algumas casas que ficam na rua principal que é chamada de ramal da Pedra Preta. Nota-se, que ainda existem muitas áreas verdes além do parque; apesar de pequena, a localidade conta com uma estrutura de posto de saúde, escola de ensino fundamental, luz e água, como se vê nas Fotografias 73, 74 e 75, a seguir. O lugar parece ser muito tranquilo, e também é um dos espaços de lazer preferidos da comunidade serrana durante o período de férias escolares ou festejos na região.



Fotografias 73, 74 e 75: Casas, posto de saúde e escola na Pedra Preta em Serra do Navio/AP.
Fonte: Alberto (2009).

A residente D. Maria, como é conhecida na comunidade, é nascida em Penalva, estado do Maranhão; a depoente já morou 29 anos na capital do Pará, e veio para o Amapá com um de seus filhos a procura de uma vida melhor; seu esposo atual é o Sr. Malaquias, que foi ex-funcionário da ICOMI e mora em Serra do Navio a mais de 30 anos. A casa da informante possui um pequeno comercio, onde se vende balas, ovos, farinha d'água etc.; o seu quintal é muito farto em frutas e plantas medicinais como o popular anador;⁸² hortaliças como a couve (*Brassica oleracea*); além de árvores frutíferas diversas como cupuaçu, acerola (*Malpighia*

⁸¹ Informação verbal concedida à autora no dia 30 de maio de 2009.

⁸² Encontrou-se nomes científicos diferentes: *Justicia pectoralis* e *Achillia millefolium*.

emarginata), banana (*Musa paradisiaca*), biribá (*Rollinia mucosa*), açaí etc.; ver Fotografias 76 e 77, abaixo.



Fotografias 76 e 77: D. Maria e Sr. Malaquias, D. Maria e seu farto quintal em Pedra Preta, Serra do Navio/AP.
Fonte: Alberto (2009).

O conhecimento e a informação a respeito do que são as UC, sua importância para o desenvolvimento de políticas ambientais para uma qualidade de vida boa, ainda estão longe de serem entendidos e esclarecidos a população. Isto pode ocorrer, talvez, por uma ausência de planejamento dentro das atividades públicas locais. Logo, tanto os estudos de Bobbio (1988), como os de Nogueira Filho (2006), confirmam que a política e o planejamento podem estar juntos, para assim alcançar os objetivos para a democratização e a melhoria da condição de vida da coletividade.

Com base nos apontamentos teóricos acima citados, pode-se apontar que o Parque do Cancão é um espaço bastante conhecido da cidade, como se vê no Gráfico 07 abaixo, quando se questionou a comunidade se esta já ouviu falar do Parque:

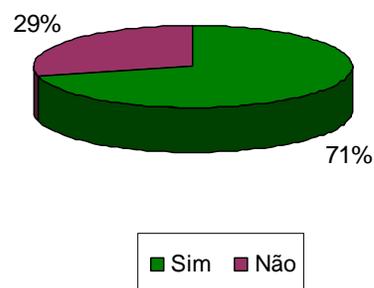


Gráfico 7: Conhecimento sobre o Parque do Cancão.
Fonte: Alberto (2009).

O mesmo aponta que 71% dos entrevistados conhecem o espaço, isto significa que este faz parte da comunidade serrana, e para ratificar isto, nesta mesma questão foi perguntado como

as pessoas tiveram conhecimento dessa área, e foi verificado que 77% (ver Gráfico 8) tiveram informação do PNM do Cancão por serem moradores da cidade, e sabem onde fica a região e o que ele representou na época da ICOMI. Logo, conclui-se que o Parque do Cancão desde o período da mineradora, já fazia parte do contexto sociocultural da cidade, porém, sua dinâmica no tempo atual é diferente.

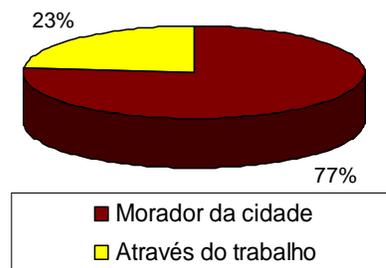


Gráfico 8: Como teve conhecimento sobre o Parque do Cancão.
Fonte: Alberto (2009).

As UC são, atualmente, temas a serem discutidos não somente pela vertente ambiental, dada a sua importância para os impactos negativos recentes, que o planeta vem sofrendo devido a agressão do avanço da produção capitalista mundial desenfreada. Mas também, o estudo destas categorias, pode agregar ao tema da preservação da natureza, e ao desenvolvimento de uma região ou cidade, um viés novo de planejamento e organização de políticas ambientais e sociais mais democráticas. A partir disto, as UCM podem ser instrumentos que tem a capacidade de amenizar a pressão antrópica em muitas áreas naturais próximas as cidades, além de socializar este espaço com a população local.

5 TURISMO: UM VIÉS NOVO DE ESTUDO?

O turismo, enquanto atividade contemporânea vem se destacando em virtude de sua dinâmica que consegue transformar muitas categorias que estão em sua volta. Atualmente, não somente o viés econômico domina os campos do saber turístico, mas também abordagens teóricas apoiadas nos estudos sociológicos e antropológicos. E para que o turismo tenha certa organização e autonomia, o estudo das políticas públicas de turismo vem crescendo, para assim, melhorar e sistematizar diferentes segmentos que esta atividade possui. Neste capítulo, serão abordados os temas sobre as políticas de turismo no Amapá e em Serra do Navio, e a relação da sociedade serrana com o turismo.

5.1 AS POLITICAS DE TURISMO NO AMAPÁ

A atividade turística vem despontando como grande interventor de mudanças estruturais na economia mundial, assim como, na pesquisa científica acadêmica. A cultura, a política e o meio ambiente, por exemplo, são temas que surgem e são bastante analisados dentro dos estudos do turismo. Assim, estes se tornam importantes elementos para serem averiguados.

Como visto, o turismo é uma atividade que está sendo introduzida na sociedade, tanto pelo seu viés de mobilidade, caracterizado pelas viagens, assim como, pela relação da atividade em si com o indivíduo. Como foi visto em campo, o Amapá já vem se utilizando da atividade para dinamizar a sua economia, analisando a atuação desta no setor público, além da relação com a comunidade. A atividade turística se torna então, componente significativo para a melhoria da base econômica da sociedade amapaense.

A partir da teoria analisada, as diferentes ciências sociais vêm se valendo de preceitos que incluem a atividade turística em seus fundamentos. Tanto Barretto (2003c), quanto Panosso Neto (2005) demonstram essa facilidade do turismo em se aliar a essas disciplinas e a dinâmica de cada uma delas. Logo, nota-se que fica mais fácil de conceber que a atividade não está isolada, e confirma ainda a sua segregação em setores diversos.

Pesquisar a respeito do turismo é uma tarefa árdua, pois, como já visto, o mesmo têm facetas diferentes e, pode estar incluído nos ramos diferentes de atividades na sociedade. O estudo interdisciplinar foi de significativa importância para se conhecer melhor a dinâmica

social, política, econômica e cultural de Serra do Navio, e a partir disto, pôde-se ter uma base acerca do conhecimento da atividade turística na região. Então, de acordo com o que foi verificado em Japiassú (1976), a interdisciplinaridade tem importância para fundamentar o estudo destes temas.

A partir deste panorama, tem-se que o turismo é uma atividade que é marcadamente o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, e esta movimentação trás conseqüências diversas no sistema econômico, social, ambiental e cultural de uma cidade ou região. A retomarem-se os postulados de Krippendorf (1989), a atividade vai interferir em todos estes campos, trazendo conseqüências positivas ou negativas. Isto vai depender da atenção e planejamento dado a introdução da atividade nestas áreas.

O Brasil há muito tempo, já tem na atividade turística um eixo de movimento econômico importante e, atualmente, a relação da sociedade com esta se fortalece. Historicamente Barretto (2003b) e Figueiredo (1999), demonstraram que o turismo já vem se solidificando a algum tempo no país, e na Amazônia, a partir dos planos de desenvolvimento criados no governo militar. Em campo, percebeu-se que o Amapá veio seguindo estes passos a anos recentes também.

Pouco ainda se tem sobre o desenvolvimento do turismo no estado do Amapá, é escasso o que já se produziu acerca da dinâmica da atividade no estado. A ausência destes dados não é um caso específico do Amapá, mas de toda a Amazônia; Gomes (2007) apontou que, as políticas de turismo na região ainda estão em viés de consolidação. Daí, a importância deste em ser mais um registro de esboço e análise da atividade no estado do Amapá.

A falar-se ainda a respeito da ampliação do turismo na Amazônia, Nascimento (2009) assinala que, a região tem influências políticas para fomentar a atividade turística, gerando crescimento econômico e preservação do meio ambiente. As políticas públicas são então, possíveis instrumentos para garantir que o turismo possa ser inserido em uma determinada localidade. Deste modo, se faz importante averiguar como as políticas de turismo se caracterizaram no Brasil, na Amazônia e no Amapá.

Fez-se importante traçar esse marco teórico a propósito das políticas de turismo de uma maneira geral no Brasil, como se viu a partir de Acerenza (2002), Bramwell (2002), Andrade (2008), Silveira, Paixão e Cobos (2006) etc., porque todos estes autores expuseram acerca da organização da atividade, a partir da análise política enfatizando a criação de planos e instituições que puderam auxiliar a atividade turística no seu processo de desenvolvimento. Em campo, foi possível ter acesso a alguns departamentos do governo do estado do Amapá,

como a SETUR-AP, para se verificar como estão as políticas voltadas atualmente para a atividade no estado.

A base da atividade turística no estado do Amapá deu-se, principalmente, por meio do antigo PROECOTUR, atual PRODETUR Nacional, assim como, em toda a região Amazônica. E o alicerce do turismo para a Amazônia é o ecoturismo, onde este atrai um número grande de turistas (NASCIMENTO, 2007). Com estes dados, o Amapá vem sendo contemplado com estas ações em âmbito político nacional, e já está se utilizando da atividade turística como instrumento de desenvolvimento.

Durante as duas pesquisas de campo, pôde-se notar que houveram transformações no que diz respeito ao planejamento das políticas de turismo, tanto a nível estadual como municipal. A tomar-se a proposição teórica inicial e aliá-la a prática, Andrade (2008) e Acerenza (2002), estes apresentaram que a organização de ações públicas, ou políticas voltadas para a sociedade fazem parte da administração pública, com isto, o estado do Amapá, por meio da SETUR-AP e da prefeitura de Serra do Navio, organizaram-se no intuito de expandir o turismo nas suas ações públicas administrativas. Especificamente em Serra do Navio, que atualmente, possui a sua secretaria de turismo, já se nota esta mudança no organograma institucional público do município.

No que diz respeito ao governo, por meio da SETUR-AP, a primeira pesquisa de campo não conseguiu informações mais detalhadas a respeito das ações da secretaria naquela época, até mesmo pelo pouco tempo em campo; se obteve somente informações pontuais acerca de projetos voltados para a cultura, como os eventos do Equinócio, do Marabaixo, da Festa de São Tiago etc.; no que diz respeito às atividades empreendidas pela SETUR-AP, segundo apontamentos de Alberto (2008), determinadas ações já foram realizadas no âmbito da qualificação turística – neste caso voltado ao atendimento.

A falar-se de Serra do Navio, uma das informantes expôs, na época, sobre a atuação do IPHAN 2ª SR/AP, no processo de tombamento da cidade; foi informado também acerca do Programa de Regionalização do Turismo, que vem trabalhando com os municípios do estado, e realiza suas ações voltadas para estes. As atividades deste projeto iniciaram em 2004, as propostas feitas foram nas áreas de sensibilização e qualificação dos serviços turísticos. Na ocasião, questionou-se uma das técnicas da SETUR-AP sobre qual o orçamento anual desta secretaria, e segundo a mesma, o fundo é de R\$ 1.600.000,00, sendo que destes, R\$ 900.000,00 é destinado para o administrativo e pessoal e o restante é utilizado para os projetos. Segundo ainda a depoente, a SETUR-AP trabalha com captação de recursos.

Dessa primeira ida a campo, até o ano de 2009, que foi a segunda pesquisa, houve a mudança de secretária na SETUR-AP,⁸³ e também se verificou modificações e algumas continuidades nos projetos desta. Estas questões são importantes de serem analisadas, pois, notou-se que a secretaria mantém alguns pontos de trabalho significativos, como os eventos culturais do estado, e a continuidade de alguns projetos de cunho mais institucional. A seguir, serão apresentados alguns resumos sobre a pesquisa em setores diferentes da SETUR-AP, como no departamento de desenvolvimento do turismo,⁸⁴ gerência de atividade do PRODETUR e o departamento de revitalização.

Em virtude de a pesquisa tratar das UC, foi de significativa importância coletar informações no departamento de desenvolvimento do turismo, no setor de meio ambiente. Neste, entrevistou-se a senhora Elaine de Farias, já citada anteriormente, e esta falou sobre algumas ações da SETUR-AP nas UC do estado. A seguir, têm-se os questionamentos acerca dos atuais projetos neste setor para o turismo no estado.

Questionou-se sobre o que o setor está fazendo na área de meio ambiente e turismo no Amapá. Em notas de Alberto (2009), a depoente informa que a SETUR-AP está em parceria com a SEMA, e que a atuação da secretaria é de estar presente nas UC deste estado. Dentre as que já estão sendo trabalhadas, destaca-se a APA do Curiaú,⁸⁵ que segundo ainda a informante, as tarefas estão no início, e que posteriormente será explorada a APA da Fazendinha⁸⁶. Além destes projetos, existem ações de capacitação na área de meio ambiente e turismo nos municípios.

Tem-se na fala de Elaine de Farias, a respeito do projeto que está oferecendo capacitação no campo de meio ambiente e turismo:

Nós trabalhamos a questão do Jovem Ambiental nos municípios dando capacitação, os municípios escolhem os jovens [...] a SEMA dá a capacitação na parte de meio ambiente, e nós entramos com parte de atendimento e iniciação ao turismo [...] [tratamos] sobre os tipos de turismo, o que é turismo, como a comunidade pode se desenvolver, demonstrando que é uma das poucas atividades que pode ser desenvolvida dentro dos municípios, das UC sem agredir tanto o meio ambiente, com o mínimo de impacto possível [...]. (informação verbal).

⁸³ Neste primeiro contato a secretaria de turismo era dirigida pela Senhora Deuseni Oliveira.

⁸⁴ Setor de meio ambiente.

⁸⁵ Amparada pela Lei estadual de nº 0431, de 15 de setembro de 1998, tem uma área de 21.676 hectares (ATLAS, 2008); o histórico do local remonta ao século XVIII com a versão de que os negros se refugiaram na região e lá criaram as grandes comunidades quilombolas (SOCIOAMBIENTAL, 2010).

⁸⁶ O estado governo do Amapá criou a APA da Fazendinha em 31 de dezembro de 2004, pela Lei nº. 0873, com uma área de 136 ha. e 592 ares; dentre os seus objetivos está a proteção do meio ambiente e a utilização racional dos recursos naturais, mantendo a população antes existente no local (ATLAS, 2008).

Com base no depoimento acima, toma-se algumas conclusões: a de que já se tem um projeto concreto que envolve o meio ambiente e o turismo, e isto está acontecendo institucionalmente entre a SETUR-AP e a SEMA-AP e, principalmente, destas políticas estarem, a princípio, atingindo a comunidade. Logo, apesar das dificuldades do turismo ser inserido na organização pública, de acordo com Acerenza (2002), já se nota algumas mudanças nesta estrutura política governamental.

A comentar-se especificamente sobre a APA do Curiaú, no ano de 2008, pôde-se verificar que o local já estava passando por uma reforma de seu deck, como se pode ver nas Fotografias 78, 79 e 80, abaixo.



Fotografias 78, 79, 80: Construção do deck na APA do Curiaú.
Fonte: Alberto (2008).

Atualmente, ainda de acordo com a entrevistada, a secretaria está oferecendo um curso de capacitação na APA:

[...] nós trabalhamos lá um curso [...] e justamente este de educação ambiental com perfil para o turismo, e nós deixamos um dever de casa para eles [...] elencarem atividades que podem ser desenvolvidas dentro da APA [...] posteriormente nós vamos retornar e fomentar essas atividades que eles indicaram, vê o que é possível, o que não é, o que precisa pra cada uma delas, dá o direcionamento mais técnico.

Este tipo de projeto insere a comunidade no processo de desenvolvimento da atividade turística e, portanto, está de acordo com o que coloca Barretto (2003c), no sentido de agregar à sociedade a atividade.

Por sua vez, em conformidade com as idéias de Beni (2003) e Bramwell (2002), quando estes apresentam o desenvolvimento do turismo como possibilidade de incremento socioeconômico de uma determinada comunidade. Porém, deve-se lembrar que isto é apenas uma amostra do que poder pode fazer com relação à inserção da comunidade nas atividades turísticas no estado. Mas, as ações têm que atingir um número maior de pessoas e, especialmente, em todas as UC do estado.

A APA do Curiaú é um espaço natural muito significativo dentro do roteiro do Amapá, além de destacar a sua cultura, já que esta é uma área quilombola, onde registros históricos apontam a colonização da região por escravos, que se abrigaram das tropas européias no período de colonização (SOCIOAMBIENTAL, 2010). O local é bastante rico em natureza, e o deck que fica na comunidade, mostrado acima, já foi inaugurado, porém, em virtude de alguns problemas e acidentes, foi interditado, e até o fim da pesquisa de campo ainda não havia sido liberado pelo Corpo de Bombeiros do estado. Segundo a técnica Elaine de Farias da SETUR-AP, as adequações já tinham sido realizadas e estavam aguardando a liberação para as férias escolares, período em que acontece o Macapá Verão, no mês de julho.

A continuar com a entrevista, foi questionado a depoente acerca dos projetos nas outras UC do Amapá, como na APA da Fazendinha, no PNMTUM e no Parque do Cancão. Ainda segundo a técnica da SETUR-AP (2009), “O Curiaú é na verdade uma experiência piloto, [para] daí nós vamos ver o que deu certo, e o que não deu para levar para as outras UC [...]” (informação verbal). É importante esta preocupação, pois, trabalhar em uma UC requer certos cuidados em virtude das suas especificidades de uso e manejo, como expõe Córtes (2002) e Schenini, Costa e Casarin (2004). Tal depoimento, a princípio, demonstra certa cautela, apresentando um projeto que está sendo experimentado e, possivelmente, poderá trazer o mínimo de entraves quando for lançado em outras Unidades neste estado.

Outro setor que foi visitado durante a pesquisa na secretaria de turismo do estado, foi a gerencia de atividades do PRODETUR Nacional, e neste foi entrevistado o senhor Cleomar Almeida⁸⁷ (informação verbal). Como já posto, este Programa Nacional é uma caracterização nova do antigo PROECOTUR, de acordo com o depoente, o PRODETUR é uma versão inovadora do PROECOTUR, e esse tem como base principal um programa de infraestrutura turística. Segundo o entrevistado, a SETUR-AP, por meio do PRODETUR, já possui alguns projetos que já foram encaminhados para o MTUR e estão em fase de análise e liberação.

O PRODETUR, programa da qual o estado do Amapá participa, segundo Cleomar Almeida, possui dois importantes projetos que são: o de desenvolvimento institucional, este seria o de melhorar a infraestrutura e organização da secretaria de turismo, tornando-a também um centro de atendimento ao turista; e o outro é a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que segundo o depoente, é o documento que norteia as ações do PRODETUR Nacional, e como se vê no trecho: “[...] seria uma espécie de diagnóstico de qual a atual situação do turismo no Amapá [...]” (informação

⁸⁷ Depoimento cedido a autora no dia 09 de junho de 2009; o depoente é gerente de atividades do PRODETUR Nacional.

verbal). Como se nota, este Programa é uma das políticas significativas quanto às metas de ampliação do turismo neste estado, porém, pelo que foi visto ainda merece ser melhor trabalhado para garantir o desenvolvimento do turismo no estado.

De acordo com a teoria já exposta anteriormente, as políticas públicas orientam ações que possibilitam o melhor atendimento das necessidades em transporte, saúde, educação etc. (BARRETTO, 2003a), e o turismo pode se aliar a estas categorias. No que foi notado nas ações da SETUR-AP, é que estas estão procurando adequar políticas que dinamizem a atividade turística no Amapá. Com isto, se faz fundamental a integração entre o governo estadual, por meio desta Secretaria, e o governo federal junto com o MTUR.

Além dessas ações específicas do PRODETUR, tendo como base o PDITS, o informante apresenta mais um projeto na área de infraestrutura turística, que é o projeto de sinalização turística. Sobre este trabalho têm-se os dados do informante:

Tem um outro projeto [...] que está sob a responsabilidade da Fundação Marco Zero⁸⁸ que é o projeto de sinalização turística do roteiro Maracá-Cunani. Porque o roteiro Maracá-Cunani? A nossa proposta do PRODETUR é em cima do roteiro [...] [...] ele engloba os municípios de Macapá, Santana, Pedra Grande do Amapari, Ferreira Gomes, Tartarugal, Pracúba, Amapá, Calçoene, Oiaoque e os outros dois do Parque do Tumucumaque [...] alias, a área da Pororoca que seria Cutias do Araguari [...] o do Parque do Tumucumaque abrangendo Serra do Navio, então esse é o roteiro do Maracá-Cunani, e ele precisa também de um projeto de sinalização, esse projeto de sinalização já foi completado pelo PRODETUR, a verba é do PRODETUR, através do MTUR [...]. (informação verbal).

A partir do exposto, verifica-se que as ações das políticas de turismo no estado do Amapá estão acontecendo, porém, sabe-se que ainda precisa de melhoras nestas bases institucionais, para que realmente, a partir da concretização das políticas públicas de turismo, estes projetos sejam realizados.

Como notado em campo, ações estão sendo pensadas e realizadas pela SETUR-AP, estas podem ser inclusas no que já expôs Barretto (2003a), quando diz que as políticas públicas de turismo podem atuar em consonância com as outras demandas políticas da sociedade. O governo do Amapá, por meio desta Secretaria e do turismo, está procurando construir na sociedade amapaense uma visão nova acerca do desenvolvimento do estado. Com isto, é de se considerar como central a garantia de que as políticas da atividade se fortaleçam e auxiliem nesse incremento.

⁸⁸ A Fundação Marco Zero é a fundação de amparo à pesquisa da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (ALBERTO, 2009).

O Amapá possui uma das coberturas vegetais mais bem preservadas do país (ATLAS, 2008), e tem isto garantido pelas políticas de meio ambiente oferecidas pelo estado. Sabe-se que o turismo de uma forma geral, se alicerça na cultura e, a atividade turística na Amazônia, na natureza. Então, como expôs Andrade (2008), criar condições para que a política de turismo esteja no mesmo patamar dos recursos naturais é importante para garantir o desenvolvimento da atividade, assim como, a preservação do meio ambiente.

Sabe-se que é fundamental ter-se uma infraestrutura para que a atividade turística se realize. O deslocamento das pessoas de sua região de origem para outros lugares, com determinadas finalidades, é importante para a concretização da atividade, como expôs Rose (2002). Além do que, já foi apresentado anteriormente, que a SETUR possui o departamento de revitalização, nestes, estão alocados algumas atividades específicas acerca da base turística. A seguir, tem-se algumas notas que foram coletadas neste setor durante a pesquisa de campo.

O departamento de revitalização da SETUR-AP tem como destaque algumas pertinências, entre elas estão: atuar na coordenação dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT); trabalhar diretamente com o MTUR pelo Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR),⁸⁹ e dar apoio no projeto Caravana Meu Destino é o Amapá. Estas foram algumas das atribuições coletadas durante a pesquisa de campo. As pessoas entrevistadas foram as senhoras Marisa Brito⁹⁰ e Marilene Oliveira⁹¹.

A infraestrutura para o atendimento dos turistas é um dos projetos trabalhados no departamento de revitalização, como é posto no que informa Marisa Brito (informação verbal):

Nós temos centrais de atendimento, que chamamos de CAT, temos um no aeroporto, temos um na APA do Curiaú, um na rodoviária, um no trapiche, este está sendo construído ainda [...] No monumento Marco Zero [...] e temos os gerentes dos CAT's neste departamento, existia um gerente encarregado por cada um desses monumentos [...].

Como visto acima, a princípio, a SETUR-AP está trabalhando na consolidação destes CAT na capital do Amapá, estes são importantes instrumentos de atendimento ao turista. Porém, ainda faltam algumas medidas para tornar estes locais bem mais estruturados, como a própria

⁸⁹ É o sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos, meios de hospedagem, agências, operadoras, transportadoras e outros. É fonte de consulta para os consumidores que desejam saber sobre as empresas cadastradas no MTUR (BRASIL, 2010).

⁹⁰ Informação verbal concedida a autora no dia 09 de junho, a entrevistada é diretora do departamento de revitalização dessa Secretaria.

⁹¹ Informação verbal concedida a autora no dia 09 de junho, a informante é técnica estagiária do departamento.

depoente fala acerca do material de divulgação do estado, que falta este ser produzido para os CAT, além da própria infraestrutura destes locais.

Em outro momento da entrevista neste departamento, foi informado a respeito de outras ações desenvolvidas neste, como projetos nas áreas de qualificação e atendimento ao turista. Em depoimento de Marilene Oliveira, destacam-se estes trabalhos:

A questão da qualificação, só esse ano nós já realizamos dois projetos, foi pra qualificação de recepcionista em turismo [...] que é uma necessidade do estado [...] outro curso foi para os taxistas, que envolveu um pouco do conteúdo oferecido para o curso de recepcionista, daquele de conhecimento [noções da história do estado, dos pólos turísticos, noções de atendimento] e também envolve, numa segunda etapa, um curso básico de língua francesa [...]. (informação verbal).

Com base no que foi exposto, verifica-se que as ações políticas de turismo ocorrem, e que necessitam de adequações para que se possa atingir seu ápice, a partir disto, tomam-se os apontamentos de Barretto (2003c) e Becker (1996), que apresentam a importância da organização das políticas de turismo, para o melhor desempenho da atividade.

Com a criação do MTUR, no governo Lula (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006) muitas ações foram direcionadas para os estados brasileiros desenvolverem a atividade turística, neste sentido, foi de fundamental importância se criar um cadastro único, o CADASTUR, que agregasse profissionais e empresas envolvidas direta e indiretamente na atividade turística no Brasil. No departamento de revitalização é feito este trabalho direto com o MTUR, a depoente Marilene Oliveira é responsável pelo CADASTUR, na SETUR-AP. Esta realiza o registro de bacharéis em turismo, técnicos da área e, principalmente, quem trabalha com o *trade* turístico no estado.

Uma ação que vem sendo bastante divulgada pela SETUR é o projeto “Caravana Meu Destino é o Amapá”, que está percorrendo os municípios amapaenses, e está realizando um diagnóstico do potencial turístico atual destes municípios. A seguir, tem-se a apresentação do projeto por Marilene Oliveira:

A Caravana tem como objetivo de conhecer mais o planejamento turístico dos municípios [...] fazer um levantamento dos pontos turísticos, dos atrativos naturais [...] auxiliar tanto o gestor, o secretário de turismo municipal, quanto a população, a questão da sensibilização para o turismo [...] linhas de crédito, o que eles podem fazer pra melhorar o atendimento, na verdade o que eles devem fazer em relação ao turismo [...]. (informação verbal).

Pelo que é revelado, o projeto está sendo bastante importante, pois, este atua diretamente com a população local, poder público e setor privado, e verifica na prática a situação do município, no que diz respeito ao turismo.

Um ponto interessante de se destacar desse trabalho da caravana, é o que diz Barretto (2003a), acerca das políticas públicas, que estas podem atender as necessidades básicas da comunidade e, com essas obrigações garantidas o turismo pode ser mais um agregado no desempenho social. Foi identificado na fala da depoente, que não somente os aspectos turísticos são analisados neste diagnóstico, mas outros, como por exemplo: transporte e acessibilidade aos municípios; comunicação e acesso a cultura etc. Então, é significativa a atuação da Caravana não somente para o turismo, mas porque esta atinge as políticas setoriais básicas.

Esse caráter abrangente do trabalho da Caravana é visto pela equipe formada para o projeto, além de técnicos da secretária de turismo do estado, estão juntos técnicos da SEMA-AP, da Associação Brasileira de Agencia de Viagens (ABAV/AP), Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR/AP), técnicos da SECULT/AP, da ADAP e do IEPA. Uma equipe interdisciplinar, que possibilita integrar linhas de trabalho diferentes que auxiliam no desenvolvimento da atividade turística, e como se vê no que expõe Marilene Oliveira: “[...] a intenção é chegar num produto final [...]”. E para averiguar a situação do município, o projeto utiliza o instrumento metodológico de questionários.

E, como explicado segundo Marilene Oliveira: “[...] Esses trabalhos da Caravana, a secretaria também faz uma pesquisa de opinião na cidade [...] essa pesquisa envolve tanto os empreendedores [...] quanto os munícipes [...]”. Dentro desta análise concisa, é apresentado que a sociedade amapaense ainda pouco sabe sobre turismo, o que é realmente a atividade etc. Mas isto, não é exclusividade do Amapá, pois em outros estados, inclusive no Pará, uma parte significativa da população não conhece o que é a atividade turística.

Foi questionado a entrevistada Marilene Oliveira, a propósito de um balanço breve do projeto da Caravana, assim, tem-se a sua fala:

Bom, de uma forma geral, o que a gente tem percebido é que de 80% a 90% dos entrevistados não conhecem o trabalho, nem da secretaria estadual, nem da municipal [...] então, não sabem o que existe, o que acontece [...] A maior parte conhece os lugares bonitos de seu município. [...] A maioria deles também percebe os problemas da cidade, os problemas em termos de saneamento, a questão do lixo, principalmente, a questão da comunicação, em todos eles. Em Serra do Navio foi assim, 100% dos entrevistados falaram sobre a questão da telefonia, a dificuldade com a telefonia, de uma forma geral é: telefonia e transporte. (informação verbal)

A partir do depoimento, nota-se como ainda podem ser articuladas melhor as ações voltadas para as políticas de turismo no estado do Amapá, além das políticas setoriais básicas como a comunicação, por exemplo. Pois, primeiro precisam ser atendidas estas necessidades, e após isto, o turismo é agregado como mais um elemento no processo de desenvolvimento de uma região.

No desenrolar do projeto, visitou-se, segundo dados colhidos durante a pesquisa de campo, os municípios de Cutias, Tartarugalzinho, município do Amapá e Serra do Navio. A visita em Serra do Navio foi acompanhada pela autora, que foi convidada pela secretária municipal de turismo de Serra do Navio, ver Fotografias 81 e 82 a seguir.



Fotografias 81 e 82: Visita da equipe da SETUR em Serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

Foi perguntado à informante Marilene Oliveira, acerca da impressão sobre a visita em Serra do Navio, e segundo esta:

Serra do Navio se mostrou pra gente, a Caravana que foi mais assim... aproveitada, do que todos os municípios que nós já estivemos. Nós fizemos a reunião com os empreendedores, nós tivemos pouca gente até na reunião, mas as pessoas que foram tinham interesse [...] procurando novas informações, de buscar melhorar sua situação, exatamente o que a gente não observou nos outros [...] Mas, Serra do Navio se mostrou mais interessada, mais proveitosa, que a gente tem percebido dessas Caravanas [...].

Como se verifica, a pesquisa em Serra do Navio foi de surpresa grande para a equipe da SETUR-AP e, também, mostrou que o município pode melhorar o seu potencial turístico. Com isto, gerar mais desenvolvimento à cidade que tem na natureza e, também na cultura, importantes produtos turísticos como será visto a seguir. No entanto, isso só será garantido se o poder público fomentar a atividade no município, o setor privado se interessar pelo turismo, e a comunidade ser envolvida.

5.2 TURISMO E A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A contribuição atual da política é a de organizar os direitos e deveres da sociedade, como se viu em Bobbio (1988) e Nogueira Filho (2006), que demonstraram que os primeiros conceitos relacionados à política⁹² vem auxiliar neste entendimento. Ao que se percebe, a administração pública é um instrumento de governo que vai orientar estes preceitos, assim, em Serra do Navio a de se destacar certa complexidade no que diz respeito ao poder público. Serra do Navio, ao que se sabe por meio de bibliografia e pesquisa de campo, possui recentemente o *status* de município, devido ao passado desta região ter sido uma empresa privada.

Como se viu ao longo do trabalho, o município teve uma “colonização” diferenciada na região, pois, sua história está atrelada a construção do projeto de mineração da ICOMI. Com este fato, a cidade até os dias atuais também passa por entraves, segundo Alberto (2009), por ainda não ter conseguido a tutela definitiva dos bens da ICOMI para o município. Este tema foi também, uma parte vista na pesquisa de campo, como será observado a seguir.

Como já apontado por Maar (1994), muitas ações políticas são possibilidades de transformar a realidade social de uma comunidade, tornando-se assim, essencial o papel do poder público, que vai tomar as decisões para a melhora da condição de vida da coletividade. Em Serra do Navio, algumas ações passavam por entraves, justamente, por a prefeitura da cidade ainda não dispor a tutela definitiva destes bens, como se vê no que expõe o vice-prefeito do município:

[...] o tratamento de água, no caso os canos, que são de 50 anos [atrás], você não tinha PVC⁹³, era tudo de ferro, hoje tem partes aí que passam direto pela terra [...] como tava nesse processo judicial, nós enquanto prefeitura não [podíamos] nem fazer a manutenção, que tinha que ter autorização da União, porque foi ela [União] que ganhou a tutela [na época] dos bens da ICOMI [...]. (informação verbal).

Isto era um dos fatos sobre a dificuldade da prefeitura de Serra do Navio fazer valer a sua política municipal. Algum tempo depois, no início do mês de maio a cidade conseguiu a tutela provisória (AMAPÁ. NET, 2009), junto com o governo do estado, dos bens da ICOMI.

Dentro desta discussão a propósito da administração pública, viu-se em Torres (2004), que os interesses coletivos e / ou individuais da sociedade são baseados nas políticas públicas. Estas são instrumentos de organização e que auxiliam no processo de desenvolvimento de

⁹² Aristocracia, monarquia e democracia.

⁹³ Policloreto de vinilo (FERREIRA, 2001).

uma cidade, ou região. A prefeitura de Serra do Navio, mesmo ainda não tendo a tutela definitiva do município, já está com projetos para a melhoria da condição de vida da população serrana.

Isto pode ser verificado no trecho do senhor Reginaldo Pantoja, vice-prefeito (informação verbal): “[...] o hospital, que no dia da entrega da tutela provisória o governador garantiu dois milhões de reais para recuperar o [mesmo] [...] ele vai ser referência a nível de região norte [...] ele deverá funcionar a 100% [...]”. Então, nota-se, que apesar das dificuldades, o poder público municipal, dentro de suas possibilidades, tem o poder de realizar a melhor estruturação para o município, que a muito dependeu do setor privado antes de se tornar cidade.

Administrar um local que a muitos anos era coordenado por uma empresa, e era mantido por esta, é um tanto complexo, pois, se nota ainda uma carga grande de dependência e de fragilidade no que diz respeito a sua política organizacional. Tornar Serra do Navio, independente da “sombra” da ICOMI, é uma das metas da administração municipal como um todo, dessa maneira, a prefeitura tem procurado realizar uma gestão pública original, por meio de ações concretas que transformem, por exemplo, o organograma municipal, como se viu da criação da secretaria de turismo, e como se tem na fala do vice-prefeito:

Olha principalmente esse mandato, a primeira coisa que nós fizemos foi desmembrar a secretaria, que já foi um grande passo [...] Temos a Zilma, um grande avanço, e nós esse ano, nós temos prioridade com a questão do turismo, do meio ambiente e da divulgação da cultura [...]. (informação verbal).

O discurso do vice-prefeito parece um tanto ideal, em virtude de pensar que o turismo vai ser um instrumento de geração de emprego e renda fácil, isto pode ser concretizado, porém, a infraestrutura da cidade deve ser melhorada, para realizar a atividade, mas verifica-se, que não somente o turismo está nas prioridades das políticas futuras para o município, mas também, o meio ambiente e a cultura que podem ser bastante exploradas positivamente, na região.

A questão dos bens da ICOMI não somente diz respeito ao poder público, mas também, a comunidade que ainda sofre com esse impasse, e diga-se é a que mais padece, pois, as benfeitorias que a administração pública pode realizar no município precisam ser averiguadas junto a União e ao Estado, para somente depois ter-se o atendimento destes indivíduos. Tanto as melhorias das necessidades básicas,⁹⁴ e até as moradias ainda dependem do repasse desses bens para a prefeitura. Estas questões permeiam discussões antigas na

⁹⁴ Luz, água, saneamento etc.

cidade, como o pedido de tombamento feito pelo IPHAN, segundo fontes de Alberto (2009), este ocorre desde o final da década de 1990.

A comunidade serrana pode, dentro do possível, ser integrada a todas essas discussões, como se vê a seguir, na fala do vice-prefeito:

[...] então todo esse patrimônio que está hoje direcionado pelo município, mas ai pra gente não ficar com toda essa carga, dizer que só a administração, só o vice-prefeito a prefeita vão decidir as coisas, não! Nós já tínhamos uma comissão de moradores, e nós podemos aqui na legalidade, e baixamos decreto [...] essa comissão juntamente com o poder público, executivo, é que vão tomar as providencias cabíveis para que da melhor forma possível possa ser utilizado esses bens deixados pela ICOMI no município. (informação verbal).

Nesta informação está, a principio, sendo utilizada a democracia, a partir dos conceitos deixados por Bobbio (1988), quando este diz que a política é a organização dos desejos da coletividade, este conceito está ligado para com a questão dos bens da ICOMI, quando a população local participa de ações integradas ao poder público.

A política e seus instrumentos, por meio das políticas públicas, tornam-se elementos dinâmicos e de mobilização da sociedade. Tratar estes temas é importante, pois, o turismo vai depender dessa organização. Com isso, se faz relevante estudar esses apontamentos.

A tomar-se a questão dos bens de Serra do Navio é significativo destacar o tema do tombamento da vila pelo IPHAN, o assunto ainda é muito controverso no município segundo notas de Alberto (2009), e a muito tempo tramita no poder municipal. Assim, tem-se a fala da prefeita Francimar Silva: “[...] A gente tá pra marcar uma reunião agora com eles [IPHAN], há uma proposta de tombamento de Serra do Navio pelo IPHAN, alias, esse processo, o projeto deles tá desde [1998], a mais de 10 anos tramitando [...]”(informação verbal). Vê-se que ainda há alguns impasses e demora neste processo, sabe-se que este tipo de ação leva tempo para ser concretizado.

O processo de tombamento da vila operaria ainda é um assunto com muitos empecilhos dentro e fora das instâncias públicas, principalmente, no que diz respeito à população local. Assim, a prefeita do município expõe acerca do tema, e se diz favorável ao processo do IPHAN, porém, alguns ajustes a estes procedimentos podem ser tratados coletivamente. O ponto a respeito das mudanças estruturais das casas e prédios públicos é um dos motes de entrave, como se vê no depoimento da prefeita:

[...] então como aqui [local onde fica a prefeitura] era a vila operária ninguém tinha garagem, porque o operário não era pra ter carro, só tinha os chefes. Então, os chefes têm garagem [residentes do STAFF] e os operários não tem, mas hoje aqui embaixo todo mundo tem carro, então essa é uma coisa que nós vamos ter que discutir [...].

Além das moradias, em anotações de Alberto (2009), apresentam-se algumas informações sobre o tombamento do hospital pela diretora⁹⁵ deste, que diz que o prédio poderá sofrer alterações devido às mudanças atuais da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que tem um padrão de construção hospitalar, que na época da edificação do hospital, a 50 anos atrás, não existia.

A prefeitura de Serra do Navio já aponta a importância para a questão do turismo, por meio desta administração local nova, a partir do desmembramento da secretaria, por exemplo. E confirmam-se ações para consolidar o turismo na cidade, como se vê no depoimento da prefeita: “[...] a gente tá se organizando [...] A [Zilma] tá com uma grande tarefa na mão, eu tenho cobrado dela, pra ela fazer tipo um inventário, dos nossos pontos turísticos que tem aqui, as propriedades das pessoas, e começar a capacitar as pessoas na verdade [...] a capacitação para o turismo, tem muita questão do turismo rural, do turismo de aventura, turismo cultural [...]” (informação verbal). Averigua-se então, que a atividade turística já faz parte dessa visão nova que o poder público tem para melhorar a cidade.

A partir do que foi visto acima, a administração pública ainda está passando por processos de reestruturação e ordem, no que diz respeito ao atendimento das necessidades dos municípios. A prefeitura, do que cabe a ela, está procurando desenvolver ações para que esses impactos sejam os menores possíveis para a população. As políticas públicas podem ser direcionadas para a resolução de problemas e desenvolvimento de ações sociais que existem em uma região ou cidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2006), configurando-se assim, o atendimento das demandas mais urgentes da sociedade serrana. Além desta questão, o processo de tombamento proposto pelo IPHAN causa estes percalços, contudo, é importante ressaltar estes pontos, pois, eles estarão diretamente relacionados ao processo de desenvolvimento da atividade turística no município.

Ao tratar acerca da atividade turística em Serra do Navio, podem-se ressaltar dois pontos: o primeiro, de que a cidade não tem uma relação mais antiga com a atividade, apesar de que a mesma tem potencial natural e cultural; e o segundo ponto é o do interesse que o turismo está começando a despertar tanto no poder público, quanto no setor privado. Este segundo ponto é corroborado pela própria criação da secretaria de turismo no município

⁹⁵ Informação verbal concedida à autora pela Dr^a. Almerinda Cruz.

(ALBERTO, 2009). Assim como, do setor privado que também vem se mostrando interessado em investir na atividade.

Apesar de este item tratar acerca do poder público e o turismo, pode-se fazer um adendo sobre o setor privado em Serra do Navio, quanto à atividade. O fluxo de pessoas no município era e é feito ainda, por pessoas vindas para trabalhar neste, ou seja, pelas conceituações de turismo, este visitante não é um turista formal,⁹⁶ apesar de utilizar os equipamentos turísticos⁹⁷ na cidade (BARRETTO, 2003b), porém, de alguns anos até o momento da pesquisa este quadro está mudando, como se vê no que expõe Maria do Socorro Lacerda⁹⁸:

Quando a gente iniciou aqui, nós temos dois anos de funcionamento, agora em junho [...] que de lá pra cá a gente vê que cresceu [...] e a gente pode dizer assim que cresceu pelo número de pessoas que freqüentam o hotel. A gente vê que dentro de dois anos, não só as pessoas que vem para trabalhar nas empresas, mas pessoas de outros estados que vem conhecer Serra do Navio [...] o fluxo não é grande, mas todo mês chega alguém [...].(informação verbal).

Com base neste depoimento, verifica-se a importância que o turismo vem tomando em Serra do Navio, e desse modo vem despertar para a concretização da atividade, assim como, para estudos deste no município.

Em virtude da recente criação da secretaria municipal de turismo de Serra do Navio, pouco ainda se tem de ações desta para com a atividade. O setor ainda está se estruturando, para que o mais breve possível, possa começar a por em prática as suas políticas públicas na área. Desse modo, se vê o que Alberto (2009) apresenta de pesquisa com secretária municipal.

A teorização acerca da política remete-se a organização do desempenho das instituições no que diz respeito à sociedade (HALL; TAYLOR, 2003). A configuração nova da secretaria de turismo na cidade de Serra do Navio, trás essa mudança recente de pensamento com relação à atividade turística. Assim, o turismo no município pode ser pensado, não somente como alternativa de geração de emprego, mas como um instrumento de desenvolvimento para a administração pública municipal, auxiliado pelo setor privado e também pela sociedade serrana.

A entrevista com a secretária de turismo foi de caráter de apresentação de algumas propostas para a atividade na cidade, já que essa foi criada recentemente. Segundo a depoente, é um dos trabalhos da secretaria municipal de turismo atuar no município como um todo,

⁹⁶ Turismo cultural, ecoturismo, turismo de eventos etc.

⁹⁷ A exemplo de hotéis.

⁹⁸ Informação verbal concedida à autora no dia 15 de maio de 2009; esta é proprietária do Hotel Serra Norte.

tanto em ações relacionadas ao meio ambiente, como na cultura local. Fazer assim, da natureza de Serra do Navio e da sua história possíveis produtos turísticos.

Questionou-se a secretária de turismo, Zilma Gomes, sobre a relação do poder municipal com o governo estadual, por meio da SETUR-AP, e assim expôs a informante: “Uma gestão itinerante [...] a nossa relação é de gestão compartilhada, o que a gente precisa a [SETUR-AP] está sempre a disposição a nos ajudar [...] os programas das trilhas, tá sendo privilegiado pelo PRODETUR [...] e tem verba pra gente trabalhar [...]”(informação verbal). Esta relação compartilhada, entre a esfera municipal e a governamental no setor de turismo, pode ser analisada à luz de Bramwell (2002), quando o autor tratou sobre a fragilidade em se enquadrar o turismo na administração pública. Porém, se vê que, a princípio, a atividade turística está tendo um local dentro da organização política, tanto no estado quanto no município, e que estas instâncias estão trabalhando em conjunto.

A organização do turismo, por meio de políticas ainda está sendo feita. Andrade (2008) expôs anteriormente, que não existem políticas de turismo que estão no mesmo patamar, que o rico potencial do país possui para a atividade. Assim, podem surgir diversas ações que possam facilitar a criação dessas políticas mais concretas.

Com base no exposto, viu-se em campo que ainda podem se articular muitas políticas voltadas para a atividade turística no estado do Amapá, como um todo. Atualmente, um fórum de turismo estadual está sendo desenvolvido para a discussão da maneira mais adequada de se trabalhar a atividade no estado, como se verifica no posicionamento da secretária de turismo municipal (informação verbal):

A gente tá constituindo o fórum estadual de turismo [...] antes as [discussões] ficavam apenas em Macapá, agora o fórum tá se deslocando também, junto com a caravana aos municípios. Para diagnosticar e tá sendo uma constituição participativa [...] todos os secretários dos 16 municípios estão participando junto com a SETUR-AP [...] No caso o trade turístico, a comunidade também, associações, sindicato de turismo [...].

É importante lembrar que a democratização, e a relação entre as diferentes esferas de poder, podem ser significativas para garantir políticas mais concretas, neste caso para o turismo, desse modo, ressalta-se a importância dessa organização da administração pública da atividade turística em Serra do Navio.

Pode-se fazer um retorno importante a propósito da organização do turismo na administração pública municipal, principalmente, ao que diz respeito a instância federal. De acordo com Silveira, Paixão e Cobos (2006), desde a década de 1960 que a política brasileira

dá ênfase ao turismo, tendo aí nesta trajetória até os dias atuais, seus erros e acertos. O MTUR, por exemplo, é um importante elemento nessa configuração nova da atividade no país.

Esse ministério tem por objetivo, propor, implantar e solidificar as diretrizes políticas do turismo brasileiro, com isso, se faz presente nas ações onde a atividade turística pode ser trabalhada. Em Serra do Navio, a secretaria municipal de turismo tem neste ministério um parceiro futuro nas ações em prol da atividade, como se vê no que afirma a depoente: “[...] Através da SETUR-AP a gente tem contato com o consultor no MTUR [...] como ainda tá recente [a criação da secretaria municipal de turismo] a gente vai buscar essa questão dos projetos no ministério, porque tem verba federal [...]”. A partir do trecho apresentado, é importante destacar a ligação entre a SETUR-AP e a iniciativa do município em buscar os recursos para projetos locais no MTUR, além de intensificar o processo de criação de políticas de turismo para a cidade.

A tratar-se sobre os projetos da Secretaria Municipal de Turismo de Serra do Navio, entrevistou-se a secretária Zilma Gomes, e a mesma informou que tais projetos estão se firmando. Questionou-se a depoente a respeito dos planos futuros da secretaria de turismo da cidade: “Vamos buscar a questão do turismo ferroviário para Serra [...] e a gente vai tá buscando também [para o] município o curso de guias, para que a gente possa ter aqui [na cidade] pessoas que conheçam a realidade [Serra do Navio] [...]”. Vê-se que apesar, de ainda pontuais, e que necessitam de aportes técnicos e privados para serem realizados, essas ações já são importantes para o início da atividade turística em Serra do Navio.

O projeto de turismo ferroviário pelo que se pesquisou em campo é um produto possível para Serra do Navio. Como se sabe, o outro meio de transporte para a cidade é o trem (Fotografia 83 abaixo). Porém, há de ressaltar-se que melhorias na infraestrutura do veículo e na estação ferroviária precisam ser feitas. Nos apontamentos de Alberto (2009) feitos à época, a população local informou acerca das condições do transporte ferroviário para a cidade. Precisamente, além de falta de segurança, o tempo de viagem que chega de seis a sete horas e a periodicidade destas que são feitas somente três vezes durante a semana.



Fotografia 83: Estação ferroviária de Serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

A participação da sociedade civil em determinadas ações do poder público é importante para corroborar o conceito de democracia criado dentro da teoria política (BOBBIO, 1988). Inserido nos debates das políticas públicas, está a participação popular, porque serão nessas políticas participativas, que já foram denominadas de políticas sociais por Behring e Boschetti, (2006) e Draibe, (1996), que serão direcionadas as ações para as necessidades da sociedade. Ainda, o turismo tem as suas políticas de inclusão/ participação da comunidade e muitos projetos voltados para a atividade envolvem tanto a sociedade organizada como a não organizada.

Nessa perspectiva, perguntou-se que tipo de participação as associações de Serra do Navio estarão compartilhando junto a projetos pela secretaria de turismo do município. Como se viu, a recente criação da secretaria ainda não permitiu a formulação destes, mas como se vê no depoimento da secretária municipal de turismo (informação verbal), estas ações já estão sendo iniciadas: “[...] Eu estou buscando, através da associação dos artesãos da capital [...] essa integração com os artesãos daqui [Serra do Navio]”. O que é importante destacar deste trecho é a preocupação com esse tema das associações em parceria com o setor público de turismo da cidade.

Todavia, a partir das informações obtidas via entrevista com a secretária de turismo de Serra do Navio, é de se ressaltar a importância da secretaria na organização de eventos culturais da cidade. Nesta direção, o festival do cupuaçu na cidade tem seu potencial turístico nos contextos municipal e regional e segundo a depoente, esta secretaria tem uma participação significativa na sua organização, pode-se destacar que todas as secretarias da prefeitura de Serra do Navio trabalham na organização do evento (ALBERTO, 2009). Porém, pode-se dar ênfase na secretaria de turismo, em um futuro próximo, para que esta possa desenvolver questões específicas, tais como: apoio na programação cultural, divulgação da cidade por

meio de folders, atuar junto ao setor privado na organização de eventos na cidade etc., para assim, fomentar o turismo na cidade.

5.3 TURISMO E A SOCIEDADE LOCAL

Os resultados da pesquisa de campo demonstraram que o município e a cidade de Serra do Navio possuem potencial turístico natural muito importante, além de cultural. A sua área ainda é muito preservada com aspectos naturais próximos à cidade de acesso fácil, possui uma história sociocultural significativa, tornando assim o município com potencialidades turísticas interessantes a serem exploradas (ALBERTO, 2009). Com base nessas questões, fez-se no questionário aplicado em campo algumas perguntas sobre a atividade turística, a cultura e a comunidade serrana, associadas aos locais com potencial turístico, além de se questionar acerca da importância desta para Serra do Navio e do legado deixado pela ICOMI.

A comunidade serrana tem na natureza, um dos pontos principais de atrativo turístico para Serra do Navio, como se vê em notas de Alberto (2009). O ambiente natural da *company town* que foi criada no meio da floresta amazônica é o elemento mais significativo para o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, da cidade. Com isso, é importante destacar o valor de se trabalhar a questão ambiental no município, nas ações da SEMMA, na SETUR-AP, nas escolas, no setor privado, ou seja, envolver todos os segmentos sociais da cidade.

Mas, antes de destacar a questão específica da relação turismo e sociedade local, se faz necessário dar ênfase a uma parte da história de Serra do Navio que é a sua formação histórico-cultural. Viu-se que a cidade era a vila da ICOMI (DRUMMOND; PEREIRA, 2007; MONTEIRO, 2001) e sua formação se deu a partir dos trabalhadores que foram contratados e vieram de várias partes do país, como se viu em capítulo anterior. A seguir, alguns detalhes sobre a formação do “povo serrano” serão apresentados, além de trechos selecionados das entrevistas feitas com os residentes que ainda estão na vila desde o início das atividades da ICOMI.

Serra do Navio foi um projeto que autores de muitas áreas (arquitetura, meio ambiente, mineração etc.) consideraram como expôs Ribeiro (1992), muito audacioso. A criação, no meio da floresta, de uma cidade longe de recursos mais básicos como água e luz foi a persistência de um projeto que modificou as estruturas econômicas, políticas e culturais do Amapá. A cidade se tornou referência mundial (DRUMMOND; PEREIRA, 2007;

MONTEIRO, 2001; RIBEIRO, 1992) na exploração mineral e, também principalmente, pela criação de toda essa infraestrutura.

Ao longo desses 50 anos, a configuração sociocultural serrana modificou-se bastante em virtude da rotatividade de funcionários e dos próprios serviços feitos pela ICOMI e, posteriormente, de outras mineradoras que atuaram na região (ALBERTO, 2009). Pode-se enfatizar a migração para a cidade de pessoas em busca de melhores condições de vida atraídas pela exploração mineral e outros serviços advindos com esta. Na cidade, ainda residem pessoas que praticamente viram o surgimento da ICOMI, além do Sr. Farias já citado anteriormente, como outros munícipes que moram nas casas antigas da vila da mineradora.

Um rodízio grande de pessoas no município criou um quadro de residentes que não atuou como funcionário da mineradora ICOMI. Serra do Navio, pela sua configuração econômica não conseguiu manter uma população residente de ex-funcionários fixa (ALBERTO, 2009). Em virtude desse contexto, existem poucos moradores que foram trabalhadores da ICOMI, e destes, raros são os que ainda residem na cidade.

No questionário aplicado a comunidade, foi perguntado se estes foram funcionários da mineradora, e verificou-se que mais da metade da amostra, cerca de 79% dos entrevistados não foi funcionário da ICOMI, como se vê no Gráfico 9 abaixo:

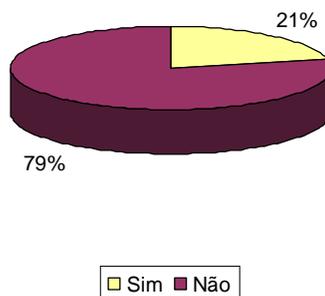


Gráfico 9: Percentuais quanto a ter sido funcionário da ICOMI.
Fonte: Alberto (2009).

A configuração sociocultural de Serra do Navio não possui uma identidade constante e, dentro dos conceitos estruturais de cultura apresentados por Eliot (1988), Hoebel (1982) e Geertz (1989), não entrando em aprofundamentos de suas premissas teóricas que falam sobre a relação indivíduo e cultura, não existe uma “sociedade tradicional serrana”. Assim, é demonstrado nos dados, que o fluxo de pessoas na cidade foi muito grande, apresentando,

portanto, um número amplo de pessoas que não pertenceram à ICOMI e, conseqüentemente, não tem nenhuma identidade com a cidade.

Em relação ainda acerca de ser funcionário da ICOMI, dos que foram, tem-se aproximadamente 20%, e deste percentual cerca de 67%, foi demitido pela empresa. Não se conseguiu durante a pesquisa averiguar o porquê das demissões, mas pelo que se observou em campo e em conversas informais com a população local, estas aconteceram em virtude da saída da empresa de Serra do Navio, quando terminou o manganês. Assim, completa-se que saída da ICOMI de Serra do Navio já era fato bastante conhecido dos funcionários, naquele período, pois, sempre houve demissões e contratações.

De todo o modo, a população serrana é atualmente composta de pessoas de regiões diferentes do Brasil e de muitas nascidas no local. E para saber como essas pessoas chegaram a cidade, questionou-se o que levou-as até Serra do Navio, e foi constatado que cerca de 55% dos entrevistados tinham parentes na cidade que trabalhavam na mineradora, os demais se dividem nas categorias outros e a procura de emprego, como se vê no Gráfico 10 a seguir:

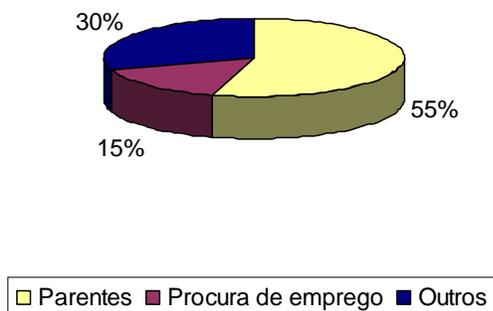


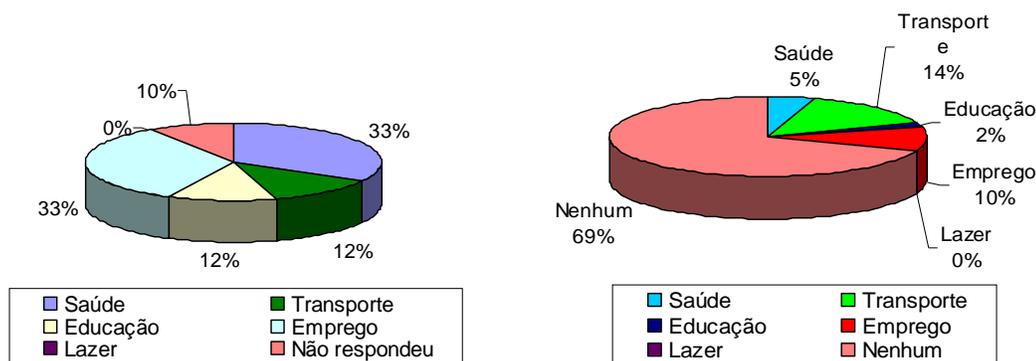
Gráfico 10: Se foi não funcionário da ICOMI, como chegou a cidade.
Fonte: Alberto (2009).

Estes dados demonstram que, mesmo não tendo especificado que a vinda para a cidade era a procura de emprego, fica entendido que muitos, cerca de 70% aproximadamente (soma da percentagem de parentes com procura de emprego), estavam a procura de oportunidades de melhoras de condições de vida.

A bibliografia e a pesquisa de campo (ALBERTO, 2009; DRUMMOND; PEREIRA, 2007; RIBEIRO, 1992), apontam para muitas transformações que a cidade de Serra do Navio sofreu e, não somente na questão de sair da condição de uma *company town* para município. Mas, também na questão social e cultural dos ex-funcionários, que hoje são cidadãos e

possuem direitos e deveres novos para com a cidade. Essa visão recente acerca do município e da cidade foi questionada com a população, como será visto a seguir.

É um tanto difícil fazer uma análise sobre a mudança de uma localidade que antes era uma empresa privada e tornou-se cidade, as transformações de ordens econômicas, sociais, culturais e políticas modificaram-se drasticamente junto com a parte estrutural da vila. Questionou-se, então, a comunidade o que mais mudou na cidade, e se ainda permanece alguma característica da época da ICOMI na atualidade, assim se tem os Gráficos 11 e 12:



Gráficos 11e 12: Que característica sofreu mudança e a que permanece da ICOMI?
Fonte: Alberto (2009).

Como se tem nos gráficos acima, a saúde e o emprego foram os aspectos que mais sofreram transformações desde a saída da mineradora, cada um com 33%; e mais da metade dos entrevistados, cerca de 69% disseram que não existe nada do período da ICOMI, isso reflete a mudança grande que a localidade sofreu após a saída da empresa. No primeiro gráfico, percebe-se a falta de políticas para a saúde; e no caso do emprego, as mineradoras eram as que mais empregavam na região; quanto a nenhuma característica que não permanece desde a ICOMI isto cogita que se tinha todo um planejamento e organização com a cidade na época da empresa, e que hoje a prefeitura ainda está à procura disso.

A “cultura” da cidade-empresa foi vista por Farah (1993), que postula acerca da convivência entre os funcionários desse tipo de empreendimento. É uma das características marcantes dessas vilas-empresas é a permanência destes trabalhadores no local de trabalho, e a disciplina empresarial aplicada nestes locais. Assim, a “cultura” deixada pela ICOMI ainda é elemento presente no discurso dos moradores mais antigos, em notas de Alberto (2009), viu-se que a disciplina, a rigidez e a própria infraestrutura oferecidas aos empregados ficaram muito assinaladas nestas pessoas. Os estudos expostos por Magnani (2002) e Agier (1998), tratam da relação da cidade com o estudo da etnografia e, estes podem ser relacionados a

Serra do Navio, pois, esta foi uma cidade-empresa e as experiências sociais de seus “funcionários-cidadãos” são importantes para a análise da sociedade serrana atual.

Com base nesses dados, foram feitas, a partir de algumas entrevistas com moradores e ex-funcionários antigos, apontamentos no que diz respeito à vivência em uma cidade-empresa. O relato destes indivíduos foi importante, pois, pôde-se sentir qual a relação da empresa com o trabalhador, que dificuldades e / ou pontos positivos estes destacaram quando eram operários e não cidadãos. Ou seja, entrar um pouco na questão subjetiva da experiência destas pessoas, onde este tema também foi analisado em Simmel (1987), Magnani (2002) e Agier (1998), que trabalham o subjetivo do indivíduo na cidade, neste caso, reporta-se a cidade-empresa de Serra do Navio.

Em notas de Alberto (2009), aponta-se que praticamente todos os entrevistados na cidade, sentem falta da vida na empresa ICOMI, do trabalho, das boas condições de infraestrutura, saúde, educação, segurança etc.; apesar da disciplina rígida, mas estes gostavam como a companhia lidava com os seus funcionários. Dentre os aspectos negativos, um dos principais, era a questão forte da hierarquia presente, por exemplo, na divisão das vilas residenciais. Mas no geral, todos os depoentes sentem muita falta do que a cidade era antes, estes ainda hoje estão residindo no município, ver Fotografias 84, 85 e 86 a seguir.



Fotografias 84, 85 e 86: Ex-funcionários da ICOMI⁹⁹: Antonio Barbosa, Deolindo Neto e Selma Barbosa. Fonte: Alberto (2009).

Dos entrevistados, um dos moradores mais antigos que residem na vila é o senhor Antonio Barbosa,¹⁰⁰ ex-funcionário da ICOMI, este é muito saudoso quanto ao período da mineradora, apesar da forte rigidez que a empresa exercia sobre os funcionários. Assim, tem-se neste trecho do depoente (informação verbal): “[...] a disciplina que era o fator primordial da empresa [...]”. Uma das características das cidades-empresa, segundo Farah (1993), é a

⁹⁹ Senhor Antonio Barbosa começou como braçal e chegou a supervisor de mina; senhor Deolindo Neto também como braçal chegou à categoria de mecânico; e senhora Selma Barbosa foi uma das primeiras professoras da região a ministrar aulas na escola da ICOMI (ALBERTO, 2009).

¹⁰⁰ Informação verbal concedida à autora no dia 19 de maio.

manutenção da ordem de seus empregados, e pelo que se notou isto ficou marcado na vida destas pessoas na ICOMI.

Aliada a esta questão da disciplina, outro contexto nas *company towns* é o tema da hierarquia das classes trabalhadoras nestes empreendimentos. Tanto Farah (1993), como Correia (2001), expõem que a divisão dos trabalhadores era um assunto muito intenso neste tipo de projeto e, em Serra do Navio não era diferente. Alberto (2009) aponta que, a configuração da vila era dividida entre os trabalhadores graduados com os não graduados, isto também foi verificado em campo, quando se colheu os depoimentos dos entrevistados.

Essa divisão territorial e social, na vila da ICOMI, era vista pelos antigos moradores como um dos pontos negativos sobre a vivência na mineradora naquele período. Assim, expõe o senhor Deolindo Neto¹⁰¹: “[...] Tinha algumas proibições na ICOMI [...], por exemplo, a divisão de vilas, a vila intermediária, a vila primária, o STAFF, que era dividido em dois setores também, DD e CC [...]” (informação verbal). Quando o depoente se refere à proibição e fala acerca da divisão das vilas, fica claro que naquele período, segundo relatos dos trabalhadores das vilas intermediária e primária, que estes não podiam freqüentar a vila do STAFF, assim como o CCH. Então, isto era um fator negativo e representava a hierarquização e a segregação dos trabalhadores nas minas de manganês de Serra do Navio.

A relação patrão x empregado, também é um tema bastante interessante de ser visto neste contexto, pois, a analogia entre estes é bastante peculiar nas *company towns* (FARAH, 1993). A direção da ICOMI, também deixou essas referências hierárquicas aos que serviram a empresa, como se vê neste trecho do senhor Antonio Barbosa:

Era uma família, mas dentro das normas de uma estrutura, engenheiro era engenheiro e operário era operário [...] Houve essa hierarquia e isso ela [ICOMI] não abria mão [...] Sempre houve isso, quando a gente vinha com o principal que era o presidente, o doutor Augusto Antunes, sempre mantinha distância, mantinha essa divisória [...]. (informação verbal).

Não se pode ver este trecho, e criticar o modo como os chefes da ICOMI tratavam seus empregados, mas de se pensar que naquele período, com a produção capitalista em manter os mercados internacionais grandes a partir da exploração dos recursos naturais (MARX, 1977), era necessário essa interferência nas relações trabalhistas.

Quando se fala a propósito da vida nas *company towns*, não são lembradas somente a rígida disciplina, o isolamento como se viu em Farah (1993), mas também das boas condições

¹⁰¹ Informação verbal concedida à autora no dia 17 de maio de 2009; este mora a 30 anos em Serra do Navio e trabalhou na empresa ICOMI.

que eram oferecidas aos empregados, para que estes continuassem a trabalhar e produzir. Segundo entrevista com Sr. Deolindo Neto, tudo de melhor em infraestrutura era oferecida aos empregados, como se vê neste trecho: “Ela [ICOMI] mantinha um supermercado a preço de custo [...] Tinha o corpo de saneamento da ICOMI, possui a água que hoje é uma grande dificuldade que a gente tá enfrentando, mas naquela época era coisa bem tratada, era de primeiro mundo [...]”(informação verbal). Fazer a relação da vila de Serra do Navio gerenciada pela ICOMI, com as características dos dias atuais é complexo: primeiro pelas condições econômicas e políticas e, segundo, também pelo número de habitantes, que na época da empresa não chegava a 2000 mil funcionários (RIBEIRO, 1992), e hoje o município tem praticamente o dobro de habitantes, além dos distritos (Pedra Preta, Cachaço e Colônia), assim, pode-se ressaltar que toda essa base era para manter a melhor condição de vida do trabalhador e, que atualmente, não pode ser garantida para todos os cidadãos serranos.

No estudo de Farah (1993), foi apontada uma característica negativa quanto a este tipo de empreendimento, que é o controle social intenso das pessoas nestes espaços. Este ponto é confirmado pela depoente, a senhora Selma Barbosa: “[...] e a empresa também, queira ou não, mas ela controlava todas as famílias, se a dona de casa brigasse com a vizinha, ela era deportada [...] se o filho não tivesse correspondendo no colégio, ele saía da escola [...] se o marido bebesse e brigasse era demitido [...] a gente era monitorado, queira ou não [...]”(informação verbal). Este também é um tema difícil de explanar, pois, aborda as estruturas trabalhistas e empresariais, mas também, não deixa de ser um problema sociocultural. Pois, é difícil tratar do assunto de se ter a vida monitorada 24 horas por dia, tanto no local de trabalho como na residência, mas isto, pelo que foi verificado nos depoimentos, não foi problema nenhum para estes ex-trabalhadores.

Ressalta-se, que essas características dominadoras das cidades-empresas são vistas em qualquer outro tipo de empreendimento, e não somente na mineração, mas na confecção fabril, agrícola etc. (CORREIA, 2001), onde os empregados tinham que além de trabalhar, morar nestes espaços. O município de Serra do Navio também passou por essas situações, principalmente, porque o isolamento na região amazônica era muito grande e, em virtude disto o controle era mais forte. Mas, pelo que se percebeu isto não foi nenhum entrave mais sério para os que foram entrevistados.

Tanto nos estudos de Farah (1993) como nos de Correia (2001), a vida nas *company towns* era a de atender as necessidades dos trabalhadores e, não somente as básicas, mas além destas, tais como o lazer, por exemplo. O quase que total isolamento da população trabalhadora de Serra do Navio, fazia com que a ICOMI mantivesse outros elementos para

garantir o bem-estar de seus empregados¹⁰². Então, em apontamentos de Alberto (2009), os ex-funcionários afirmaram que praticamente não sentiam falta de nada na cidade, tudo a empresa oferecia a estes, somente a separação da família era um problema para alguns, quando essas não residiam na Serra do Navio.

Como já apresentado, não se tem uma “cultura tradicional serrana”, pois, o seu território foi criado com um fim especificamente econômico e, não que as outras “colonizações” na Amazônia não tivessem este preceito. Mas, em Serra do Navio houve a implantação de uma população no meio da floresta, que mudou e criou uma identidade cultural na região e, que instituiu uma “cultura mecanizada”¹⁰³. Faz-se então, importante trazer a discussão da cultura e, também de suas políticas, estas vistas em Werthein (2003), Warnier (2003), Botelho (2001) e Coelho (2004), que trabalharam na questão do desenvolvimento das políticas culturais.

O assunto das políticas culturais perpassa pela contextualização do tema do desenvolvimento, tanto no âmbito social, político como no econômico (WERTHEIN, 2003). As políticas culturais são tópicos pertinentes de estudo, pois, dizem respeito não somente a construção dos conceitos teóricos sobre a cultura propriamente dita, mas destes com o desenvolvimento acerca de considerações teóricas mais amplas nas áreas sociais, econômicas e políticas. Com base nestes argumentos, ressalta-se essa abordagem conceitual para Serra do Navio, se fazendo significativo pela peculiaridade sociocultural da cidade.

Assim, investigaram-se algumas questões a respeito da cultura serrana, determinadas manifestações culturais que ainda existem na cidade e, outras que foram incorporadas ao longo dos anos. Em pesquisa bibliográfica e de campo, viu-se que os bailes, os jogos de futebol, as datas comemorativas¹⁰⁴ eram as principais amostras culturais da época da mineradora (ALBERTO, 2009; REVISTA ICOMI, 1969). Então, são estas referências que os moradores antigos ainda têm de lembrança sobre as manifestações tradicionais da ICOMI na cidade.

Acerca da questão das festas e bailes tradicionais da mineradora, podem ser vistos evidências nas entrevistas feitas. Mas também, nos questionários com a amostrada da comunidade entrevistada, onde foi perguntando a esta acerca de que característica cultural permaneceu da época da ICOMI e, aproximadamente 90%, ver Gráfico 13 abaixo, das

¹⁰² As casas foram construídas sob medida para região, segundo estudos do arquiteto Oswaldo Bratke (RIBEIRO, 1992).

¹⁰³ A autora usa este termo apenas para diferenciar o termo cultura tradicional utilizado no texto.

¹⁰⁴ Dias das mães, dia do trabalho, dia da pátria etc.

peças responderam que as festas, como os bailes da mina e das flores¹⁰⁵ são ainda as tradições da época da empresa.

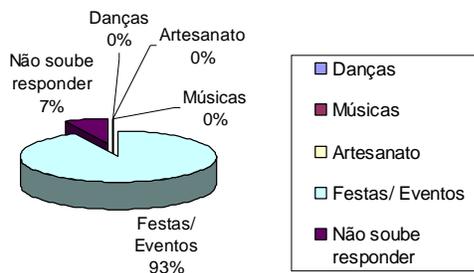


Gráfico 13: Que característica cultural que permanece da ICOMI?
Fonte: Alberto (2009).

Este dado pode ser corroborado nos postulados de Coelho (2004), quando a autora diz que o capital cultural, neste caso as festas tradicionais da ICOMI, se tornam para a comunidade serrana elementos de apropriação destes bens simbólicos, que Bourdieu (1987), também os confirma.

As apresentações culturais na cidade-empresa eram grandes eventos que mobilizavam todos os funcionários, de todos os escalões, como por exemplo, os torneios de futebol, as apresentações sociais em datas comemorativas etc. eram a propaganda da “vila feliz de Serra do Navio” (REVISTA ICOMI, 1969). Estas informações são confirmadas nos depoimentos dos entrevistados, como o senhor Deolindo Neto: “A gente tinha aqui o 1º de maio e o dia 8 de maio, dia do trabalho e dia do aniversário da empresa [...] O baile das flores; outro festejo era o 4 de dezembro de Santa Barbara, padroeira dos mineiros [...]” (informação verbal). Vê-se que essas manifestações ainda estão muito presentes nas lembranças destas pessoas, e que as “políticas culturais” da ICOMI eram voltadas para essas amostras culturais.

As ações políticas voltadas para a cultura estão constituídas sob a tutela do Estado (WARNIER, 2003), faz-se interessante equiparar estes pensamentos juntos com a organização dos eventos culturais da ICOMI. Segundo fontes consultadas na bibliografia e na própria Revista ICOMI (1969), esta veiculava todos os eventos, e também notícias do que acontecia nas vilas de Serra do Navio e de Santana. Então, vê-se que as ações de cunho cultural da empresa mineradora, podem ser possíveis equivalentes de ações públicas do Estado com

¹⁰⁵ Estes são os antigos bailes que eram promovidos pela ICOMI na época da mineradora. O baile da Mina era homenagem aos trabalhadores mineiros, e era comemorado no dia de Nossa Senhora de Santana, padroeira dos mineiros. Enquanto o baile das flores era a comemoração feita pelas mulheres dos funcionários da empresa (ALBERTO, 2009).

relação à cultura, porém, as políticas da ICOMI eram de caráter privado, mas que foram importantes naquele período.

A falar-se ainda de política cultural, pode-se destacar o tema acerca da questão patrimonial da cidade. Verificou-se nos postulados de Fonseca (2005) e Campos (2008), as transformações que as políticas voltadas para o patrimônio histórico brasileiro, seja ele material ou imaterial, passaram ao longo desses anos. Como já apresentado, Serra do Navio está lidando com o processo de tombamento das casas e prédios públicos da vila, esta questão é importante destacar, pois, ela está pautada na relação entre o poder público e a comunidade. Assim, não somente as manifestações tradicionais deixadas pela ICOMI, como os bailes, e o atual FESTÇU podem ter apoio de políticas voltadas para a cultura, por meio da secretaria de cultura do município,¹⁰⁶ mas também o patrimônio arquitetônico de Serra do Navio, discussão esta que pode estar inserida na organização das políticas culturais da cidade.

A cultura de um modo geral é tema bastante complexo, e esta é cheia de princípios que levam muitos autores a elaborarem condições teóricas que podem agregar elementos diferentes que o conceito de cultura possui. A comunidade serrana, não tendo um passado cultural consolidado, pouco se identifica e, também se insere nas questões que dizem respeito a este tema. Assim, poucas manifestações culturais como danças, músicas, artesanato foram vistas em campo.

Serra do Navio possui a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, e lá são desenvolvidas algumas ações voltadas para o esporte e para os eventos culturais. O secretário do município,¹⁰⁷ em depoimento, apresenta alguns projetos direcionados para a prática do futebol na cidade e na região, enquanto que os eventos culturais ficam especificamente com a diretoria de cultura. Notou-se em campo que essas ações, em virtude do orçamento baixo para o setor, como expôs Coelho (2004), da dificuldade de inserção da cultura no organograma administrativo, criam apenas alguns projetos pontuais e, que ainda não chegam a atender uma parcela grande da sociedade serrana.

Foi colocada no questionário, uma pergunta a propósito da participação da comunidade em alguma atividade ligada a cultura na cidade. E o resultado da pesquisa demonstrou que, mais da metade da população amostrada, aproximadamente 60% da amostra pesquisada não participa de nenhuma atividade ligada à cultura no município, como se vê no Gráfico 14 abaixo:

¹⁰⁶ A cultura em Serra do Navio tem apoio da Secretaria de Cultura, esporte e lazer (ALBERTO, 2009).

¹⁰⁷ Informação verbal concedida a autora no dia 19 de maio de 2009.

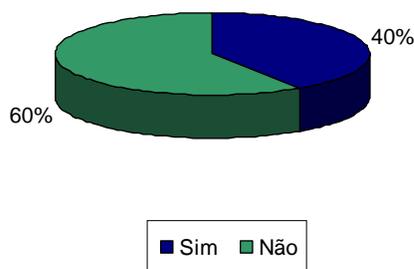


Gráfico 14: Já participou de alguma atividade cultural na cidade?
Fonte: Alberto (2009).

Com base neste resultado, aponta-se que a cultura no município pode ser trabalhada de outro modo, com projetos novos, que fomentem a participação popular e, que também possam criar uma “identidade cultural serrana”, para que as pessoas se apropriem deste capital cultural.

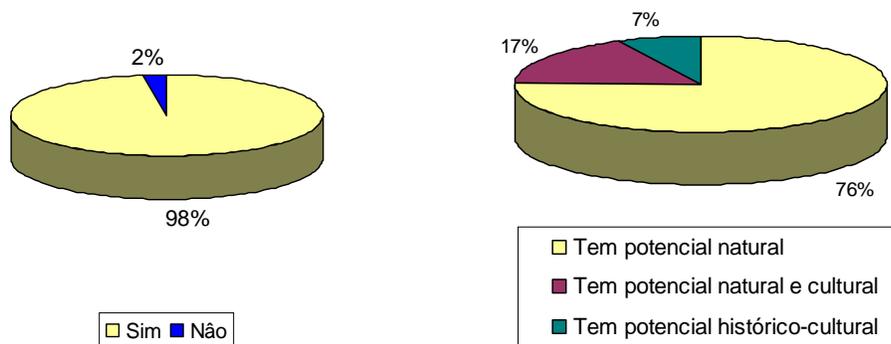
Além da integração com a cultura, o envolvimento com a atividade turística pode ser feito pela secretaria municipal de turismo. Em apontamentos de Alberto (2009), têm-se informações de que as ações desta secretaria estarão voltadas para a participação da população local. Esta integração entre a comunidade, e a atividade já estão na organização de ações do turismo desde o PNMT, quando este programa marcou a mobilização popular para com a atividade turística (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006) no Brasil. E são nessas bases participativas, que o turismo de Serra do Navio pode ser desenvolvido.

Como já exposto, antes havia somente uma secretaria para tratar acerca das questões concernentes ao meio ambiente e ao turismo, e foi percebido em campo na primeira pesquisa, que não haviam ações voltadas para esta atividade na cidade (ALBERTO, 2009; 2008). E após a segregação das secretarias, estas tendo aí apenas alguns meses de funcionamento, pouco se pode abstrair da população sobre o desenvolvimento do turismo em Serra do Navio¹⁰⁸. Então, faz-se necessário o incentivo de ações que levem a população local a conhecerem a atividade turística, e que estes projetos apresentem aos munícipes a importância da secretaria na prefeitura, e o valor do turismo para o desenvolvimento do município.

Desse modo, a pesquisa de campo com a população de Serra do Navio encerrou-se com o questionamento acerca da atividade turística, indagando se a comunidade acredita que o turismo pode vir a ser um instrumento de desenvolvimento para Serra do Navio. As análises dos dados apresentaram que, 98% dos entrevistados crêem que a atividade pode auxiliar no

¹⁰⁸ No questionário foi perguntado se a comunidade já ouviu falar e/ou participou de alguma atividade ligada ao turismo, em virtude do pouco tempo da secretaria não houve respostas suficientes para se fazer a análise.

desenvolvimento da cidade; e dentro destas respostas positivas perguntou-se porque o turismo pode se desenvolver em Serra do Navio e, a apreciação das respostas, que foram abertas, cerca de 76% apontou que o potencial natural de Serra do Navio é o elemento principal para alavancar a atividade turística no município, como se vê nos Gráficos 15 e 16 abaixo.



Gráficos 15 e 16: Sobre a atividade turística em Serra do Navio.
Fonte: Alberto (2009).

De acordo com estas informações, percebe-se que apesar da criação recente da secretaria de turismo na cidade e da pouca dinamização da atividade em Serra do Navio, as pessoas confiam no seu desenvolvimento. E, principalmente, quanto ao turismo, pois reconhecem que a natureza é um potencial turístico grande, mas não somente este. Ainda, a pesquisa evidenciou também que o potencial cultural, pela história que Serra do Navio representa para o estado do Amapá e para a região norte do país, é outro elemento importante a ser trabalhado como possível produto turístico do município e deste estado.

6 CONCLUSÕES

Todo o arcabouço teórico que sustenta este trabalho é certamente importante, pois, buscou-se entendimentos novos para a questão proposta sobre turismo e UC, o que inclui problemas a serem pesquisados no futuro. Isto, desde a constituição dos conceitos acerca das políticas públicas, passando pelas políticas culturais, turismo até as UCM, como se produziu análises sobre estes conceitos para se ter uma melhor visão mais precisa a respeito do que se observou em Serra do Navio, estado do Amapá. Assim, tanto os instrumentos metodológicos, como as entrevistas, os questionários e as imagens contribuíram para concretizar-se a pesquisa e tentar avançar quanto à teoria.

Na dissertação que ora se conclui, faz-se considerações sobre os pontos de vista priorizados, ainda que de modo breve. Nesta perspectiva e com base na problemática trabalhada, discutiu-se o planejamento, as políticas públicas, o desenvolvimento, estendendo-se ainda pelo conceito de antropologia do desenvolvimento, assim como pelas teorias socioeconômicas, notadamente, as que tratam da Amazônia. Também, buscou-se desde os primeiros postulados sobre a política, até as conceituações das políticas públicas, além da discussão acerca das políticas sociais, das políticas culturais, do turismo e das UC.

Na problemática desta dissertação, propôs-se investigar e analisar a situação sociocultural da cidade de Serra do Navio, mas como um background para se entender a relação entre as políticas públicas, desenvolvimento, UCM, políticas culturais e turismo. Estes domínios podem direcionar as ações políticas das manifestações tradicionais, sejam elas materiais ou imateriais, de uma determinada comunidade. Ainda, note-se que na perspectiva da antropologia do desenvolvimento, as políticas e/ou ações culturais possibilitam melhoria das condições de vida da coletividade, as quais vêm sendo influenciadas pelos governos federal, estadual e municipal.

Por sua vez, o fato de Serra do Navio ter surgido no contexto regional como *company town* nos anos de 1950, ex-funcionários que integram a comunidade local ainda sentem falta da vida que tiveram enquanto a ICOMI ali existiu. Embora houvesse um controle rígido das relações sociais estabelecidas a partir desta empresa e da exploração mineral efetivada no município em questão, tais moradores cultivam a memória social do que viveram de modo positivo.

A seguir-se com a construção teórica, discutiu-se o turismo enquanto objeto de pesquisa recente e, que vem ocupando cada vez mais espaço na vertente científica. Então

procurou-se trabalhar conceitos sobre esta atividade desde as suas formulações conceituais iniciais até as suas configurações novas dentro dos campos da antropologia e da sociologia, até chegar-se à construção das políticas de turismo no Brasil. Nesta direção, desenvolveu-se no campo, uma compreensão da realidade serrana, que inclui o turismo como um possível meio para o desenvolvimento da cidade e da região.

Neste ponto, é de destacar-se que a cidade de Serra do Navio deixa a desejar quanto às condições mínimas para um viver bem, inclusive para turistas que eventualmente chegam ali. Precisamente, quanto a saneamento, transporte, educação, saúde, comunicação etc., o que revela falta de políticas e ações voltadas não apenas para o turismo, mas também para o desenvolvimento em toda a sua complexidade. Na atualidade, inclusive, há de considerar-se a problemática das UC, tendo em vista que duas foram criadas no território do município homônimo.

De fato, o processo que envolveu a definição do problema desta pesquisa que substanciou esta dissertação implicou em um elemento a mais, ou seja, o das UC. Estas, como se viu, há muitos anos vem sendo criadas, implementadas e estudadas, sendo que proposições novas são igualmente introduzidas, a exemplo das UCM. Como definido teoricamente, pelas políticas internacionais, nacionais e regionais e ainda pelas legislações as mais diversas. Enfim, elas são conceituadas como estratégias e meios de preservação e de conservação no contexto do desenvolvimento socioambiental de uma comunidade determinada.

Ao serem definidas e demarcadas na periferia ou nas proximidades das cidades, as UC precisam ser analisadas no âmbito teórico a partir da relação o meio ambiente, urbano e cultura. Esta problemática foi posta teoricamente visando auxiliar no entendimento da relação entre os residentes de Serra do Navio, com a cidade e, também, com o PNM do Cancão. Nesta direção, a dinâmica socioambiental da ex-vila e hoje cidade proporcionou uma integração teórica e prática, demonstrando que os serranos têm uma identidade com a cidade do tempo das diretrizes da ICOMI.

No que se refere ao meio ambiente, este parque se faz presente na vida cotidiana da cidade, não ainda como espaço de referência para proteção ambiental, mas de *locus* que está próximo a sua trajetória habitual. Assim, pela importância das UCM, discutiu-se esta categoria inclusiva, pois esta é recente na discussão em torno das UC. As pressões antrópicas grandes que muitas cidades brasileiras vêm recebendo, têm trazido a tona o debate de como lidar com tais questões nas áreas urbanas e nas regiões metropolitanas.

Em campo, notou-se que Serra do Navio não se enquadra como centro urbano no estado do Amapá, mas a criação do PNM do Cancão trouxe esta preocupação, isto além de se

preservar uma área natural extensa nos arredores da sede do município em questão. Por sua vez, a administração local vislumbra nesse tipo de ação, uma saída para questões relativas à preservação e à conservação da biodiversidade. Logo, a teoria constitui-se como fundamental e, *a posteriori*, verificou-se as questões envolvendo a proposta e a criação desta modalidade de UC, as quais a administração municipal incorporou nas diretrizes políticas serranas.

Após a teoria ter sido apresentada, fez-se uma caracterização do espaço em que se fez e se está a finalizar o estudo em curso. Porém, antes de se partir para o município de Serra do Navio, trabalhou-se, ainda que sucintamente questões ambientais, históricas e culturais sobre esta mesma área e o estado do Amapá. Uma pesquisa documental e bibliográfica revelou que tais questões ainda estão a demandas aprofundamentos maiores e precisos.

Depois de uma ocupação milenar pelos paleoindígenas na área atual do Amapá, sendo que estes chegaram a desenvolver culturas diversas e ainda pautadas pela sofisticação, esse foi um território de disputa entre França e Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX. No decorrer destes séculos, a economia de base extrativista foi dominante, realidade que se prolongou no tempo. Nesta direção, um dos destaques ali ocorridos diz respeito ao projeto de exploração mineral a partir da década de 1950 e da presença da ICOMI. Mais tarde, também, este foi o estado brasileiro que conseguiu definir e implantar o PDSA, o que ocorreu no âmbito das políticas e da gestão pública.

A seguir, fez-se uma caracterização de Serra do Navio, cidade que foi construída no meio da floresta amazônica, isto nos anos iniciados em 1950, o que se tornou um dos marcos na exploração mineral na região. Como se viu, Serra do Navio tem peculiaridades diversas, desde as especificidades que marcaram a “criação” até a conformação como localidade com administração pública e que, atualmente, sofre com o impasse de ainda não possuir por autonomia política e financeira. A pensar-se em infraestrutura, Serra do Navio está se organizando por meio da gestão pública municipal, que é quem tem a “guarda” provisória dos bens deixados pela ICOMI.

Essa foi uma questão central no decorrer da pesquisa, pois, muitos entraves encontrados em Serra do Navio são causados pelo fato de, todavia, administração não ter acesso total a tais bens. Mas, certamente, isto não pode se constituir em justificativa para a ausência de condições de vida melhores para a população, em especial quanto a segmentos determinados, a exemplo dos limites encontrados na comunicação, nos transportes, na saúde, etc. A população serrana compõe-se de pessoas vindas de partes distintas da Amazônia e do Brasil, muitas do estado do Maranhão e do Pará, mas ainda mantém uma raiz amapaense forte.

A “sombra” da ICOMI ainda está configurada na ausência de emprego na cidade, muitas pessoas trabalhavam na mineração na região, hoje sofrem com a falta de ocupação, e o poder público, maior empregador, é um dos poucos meios onde parte da população consegue se manter empregada. A comunidade serrana atual é jovem, e em virtude dos entraves quanto aos bens deixados pela mineradora, a econômica do município não proporciona uma boa qualidade de vida para os habitantes. Então, propostas vêm sendo introduzidas para dinamizar a economia e a sociedade local, e o turismo é uma dessas atividades, que já vem despontando como segmento a incrementar o cenário socioeconômico da localidade.

O tema sobre as UC foi um dos itens explorados nos capítulos da pesquisa de campo e teve como base os apontamentos teóricos, fazendo com estes uma integração. A questão ambiental amapaense é bastante significativa, o estado como visto na pesquisa documental e em campo, possui legislação ambiental consistente, em virtude de este possuir um número expressivo e importante de UC no seu território. Assim, a pesquisa de campo em instituições públicas do estado (SEMA/AP) e no município de Serra do Navio, demonstrou que o meio ambiente é um elemento significativo na gestão destas esferas públicas.

Com base na bibliografia, o campo mostrou as atuais ações em prol do desenvolvimento do planejamento ambiental no estado, por meio da integração do poder público municipal com o estadual. Outro ponto verificado quanto à questão do meio ambiente, foram a respeito das ações do poder judiciário em Serra do Navio na orientação de atos contra a degradação de áreas naturais. Além, de se destacar as propostas da SEMMA de obras que visem a conscientização sobre a coleta seletiva na cidade de Serra do Navio. Enfim, passos iniciais, mas que já podem possibilitar uma melhor e concreta visão quanto gestão socioambiental no município de Serra do Navio, assim como no estado.

Isto são averiguações significativas, pois, norteiam projetos novos a serem pensados, tanto pelo poder público estadual, como municipal para o segmento ambiental no estado do Amapá e na cidade de Serra do Navio. Projetos estes, que podem ser integrado às concepções políticas da cidade, no campo de conscientização e preservação ambiental das UC, adaptando propostas que visem integrar o plano de uso e manejo dessas unidades, e dentre estas se destaca o PNMTUM e o próprio PNM do Cancão, que estão inseridos no município serrano. E nestes projetos podem ser inseridas atividades como o turismo, daí se vê a corroboração da teoria com o campo, pois, a atividade turística pode ser mais um elemento de dinamização destas Unidades.

A falar-se sobre UC, detectou-se a criação do Parque do Cancão, como primeira UCM do norte do Brasil, e a primeira no Amapá. Serra do Navio é o município mais preservado do

estado, além de contar com 70% de área do PNMTUM no seu território, a concepção do PNM do Cancão aumentou este número para aproximadamente 90% de região preservada. Assim, a pesquisa de campo, amparada pela produção acadêmica historiográfica consultada, demonstrou que as UCM são importantes instrumentos na preservação de espaços naturais próximos a centros urbanos.

Precisamente, Serra do Navio ganha mais uma AP, porém, podem ser destacados também alguns adendos quanto aos parques, que são as compensações ambientais. Estas são temas importantes que resguardam a contrapartida econômica a equivalência social que estas áreas podem oferecer ao município onde estão inseridas. Em campo, constatou-se que a preocupação em preservar as áreas naturais do entorno da cidade homônima são significativas, mas o poder público também se preocupa em possuir uma compensação para manter essas áreas, daí a necessidade de estudos e projetos que viabilizem esta discussão e, que essa compensação seja posta em prática, a partir da elaboração dos planos de manejo dos Parques do Tumucumaque e do Cancão, por exemplo.

O Parque do Cancão é um marco na concepção de políticas ambientais no estado amapaense, mas principalmente, em Serra do Navio. Este trouxe uma visibilidade ao município, e tem possibilidade de endossar discussões mais concretas ao meio ambiente na região. O parque, como foi visto na pesquisa, precisa ainda se regulamentar e se adequar as normas de uma UC, mas ressalta-se que este já se encontra nas pautas de projetos de secretarias diversas no governo municipal, além da secretaria de meio ambiente, as secretarias de turismo e de cultura tem suas propostas para o espaço. Com isto, observou-se que este pode ser logo preparado para essas ações, e o seu plano de manejo será um instrumento de uso importante para a elaboração destas propostas, inclusive para o turismo.

Ainda a tratar-se do PNM do Cancão, pode-se destacar sobre a comunidade de Pedra Preta. Como visto em bibliografia e confirmada em campo, às pressões antrópicas são ameaças que essas áreas naturais sofrem. Porém, nesse Parque, este problema, a principio, não se mostra preocupante, pois, a comunidade não está ameaçando, diretamente, os recursos naturais do local, assim como, a ocupação desordenada identificada próximo ao centro da cidade. O poder público demonstrou-se preparado para com esta questão, tanto que a criação do parque partiu de uma contrapartida para que uma empresa mineradora explorasse na região de Serra do Navio, logo depois se tornou algo mais concreto com relação a melhoria da condição socioambiental na cidade, preocupando-se, principalmente, com a preservação da biodiversidade da área.

Quanto ao turismo, como observado em campo é uma atividade que vem crescendo no estado do Amapá, e que a passos brandos está galgando patamares mais altos no organograma do poder público do estado. O governo amapaense, por meio da SETUR, está trabalhando em projetos que estão reconhecendo as potencialidades turísticas do estado, mas também, as fragilidades de cada município, procurando assim, traçar um mapa sobre o turismo no Amapá. A secretaria, com direção nova, está criando possibilidades de estruturar melhor o setor no estado, e com isto desenvolve estratégias para o turismo na área ambiental e cultural. O que se pode ressaltar é que estas ações se mostram ainda pontuais, mas que já se configuram como possíveis políticas de turismo para o estado.

Serra do Navio, como muitos municípios do Amapá, tem ainda muitas barreiras a serem ultrapassadas para ser tornar um produto turístico para o estado. Este potencial existe, e em campo notou-se a natureza ainda bastante preservada, além do potencial cultural em virtude da história do município, como primeira cidade planejada, com arquitetura diversificada etc. Porém, estas possíveis potencialidades podem ser mais bem planejadas e trabalhadas, agora pela secretaria municipal de turismo, e que o governo, apesar de já apresentar a cidade como produto turístico, pode sim amparar melhor a localidade para que esta se consolide como tal.

A cidade necessita primeiro se estruturar na área de saúde, educação, transporte, cultura etc. para depois, possibilitar ao turismo ser uma opção central no desenvolvimento desta, e esperar que a comunidade se conscientize quanto a esta questão. Com relação a isto, confirmou-se em campo, que a cidade já sofreu algumas modificações, no que tange o poder público, a melhor tratar o turismo, pois, em 2008 não havia uma secretaria específica para atividade e, atualmente, existe a secretaria municipal de turismo. Assim, conclui-se que a pesquisa de campo mostrou que o governo municipal percebe o turismo como indutor na economia local, na divulgação da cultura local, e no apoio a gestão ambiental junto ao PNM do Cancão; o setor privado, ainda não está preparado, mas vê a possibilidade de avanço nas ações voltadas para o turismo na cidade, a partir da criação da secretaria de turismo.

Para a sociedade serrana pesquisada, a atividade turística pode conduzir melhoras da qualidade de vida da comunidade. Ainda, de acordo com esta, a natureza da região é um ponto importante para potencializar a atividade turística. Com base nisto, propõe-se que o poder municipal incentive ações para a secretaria de turismo, e que esta trabalhe tanto com o setor privado, como com a comunidade em geral, com projetos de conscientização e ações diretas que estimulem o turismo na cidade.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel A. *Administração do turismo: conceituação e organização*. São Paulo: EDUSC, 2002.

AGIER, Michel. Lugares e redes. In: NIEMEYER, Ana M; GODOY, Emilia P de. (Org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 41-61.

ALBERTO, Diana P. Sá. *Cultura, turismo e políticas públicas: o artesanato cerâmico em Ponta de Pedras / Marajó – PA*. Belém, 2007. 108 f. Monografia (Curso Internacional em Formação de Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – FIPAM XXI), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

_____. *Notas de campo*. Macapá. Julho de 2008.

_____. *Notas de campo e informações verbais: pesquisa de campo em Serra do Navio e Macapá*. Macapá. Maio e Junho de 2009.

AMAPÁ Digital. *Governador cria Fundação de Serra do Navio*. Disponível em: <http://www.amapadigital.net/noticias/politica/dezembro/18-12-07-politica3.html>. Acesso em: 18 fev. 2009.

AMAPÁ. Governo do Amapá e prefeitura de Serra do Navio recebem bens da ICOMI. Disponível em < <http://www.amapa.net/index.php>>. Acesso em 30 de jun 2009.

_____. *Amapá: Programa de Desenvolvimento Sustentável*. Macapá, 1995.

_____. SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE GEOPROCESSAMENTO E TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO – COORDENADORIA DE RECURSOS AMBIENTAIS. *Proposta de criação do Parque Natural Municipal do Cancão*. Macapá: SEMA, 2007.

AMBIENTE BRASIL. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/orient.html>. Acesso em: 10 jul. 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: BORÓN, A; SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-39.

ANDRADE, Rosemary F. de. *Malária e migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional*. Belém: NAEA, 2005.

ANDRADE, José V. de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008

ANICO, Marta. Políticas da cultura em Portugal e Espanha. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimônio cultural*, v. 7, n. 1, p. 57-71, 2009.

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. *The anthropology of globalization: a reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidade de conservação. *Ambiente & Sociedade*, ano 2, n. 5, p. 79-92, 1999.

ATLAS das Unidades de Conservação do Estado do Amapá, Texto de José Augusto Drummond, Teresa C. A. de Castro Dias e Daguinete M. C. Brito. Macapá: MMA/ IBAMA-AP / SEMA, 2008.

BARBOSA, Coaracy S. *Personagens ilustres do Amapá*. Macapá: Associação dos Escritores do Amapá – APES; Secretaria de Estado de Administração – SEAD, 1997.

BARRETTO, Margarita. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. Campinas: Papyrus, 2003a.

_____. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2003b.

_____. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, 2003c.

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E; CARLOS, Ana F. A; CRUZ, Rita de C. A da. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HICITEC, 1996. p. 181-192.

BENI, Mario C. *Análise estrutural do turismo*. 12 ed. rev. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

_____. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. *Análise estrutural do turismo*. 7 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BELLONI, I.; MAGALHAES, H.; SOUZA, L. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. São Paulo: CORTEZ, 2003.

BEZERRA NETO, J. M. A conquista portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando et al. *Pontos de história da Amazônia*. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2001. p. 11- 25.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e das políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BUARQUE, Sérgio C. *Construído o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURNS, Peter. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.

BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: THEOBALD, Willian F. *Turismo global*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002. p. 375-391.

BRASIL. DECRETO FEDERAL N.º 4297, DE 10 DE JULHO DE 2002. Disponível em: http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/2002_Dec_Fed_4297.pdf. Acesso em: 29 abr. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Macrozee da Amazônia Legal*. MMA. Disponível em: Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/macrozee_09_225.pdf. Acesso em: 13 abr. 2010.

_____. Ministério da Cultura. *Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

_____. Ministério do Turismo. *Cadastur*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>. Acesso em: 26 jan. 2010.

_____. Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2009.

_____. *Constituição de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração da Serra do Navio no Amapá*. Belém, 1994. 174 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

CAETANO, Gerardo. Cultura, desenvolvimento e política. *Revista observatório Itaú cultural*. São Paulo, p. 39-49, 2007.

CAMPOS, Raul I. R. de. *Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico: limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/ Andorinhas (PA)*. Belém, 2008. 396 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes et al. (Org.) *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP, NAEA/UFPA, 2001. p. 7-32.

CASTRO, Adler Homero F. de. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos S. (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 135-204.

- CANCLINI, Nestor Garcia. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: _____. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003, p. 21-38.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 14 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- CHAGAS, Marco A. Gestão ambiental no Amapá: a experiência do PPG7/SPRN. In: _____. (Org.). *Sustentabilidade e gestão ambiental no Amapá: saberes tucujus*. Macapá: SEMA, 2002. p. 1-13.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- _____. COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP: UFPA, NAEA, 2001. p. 1-13.
- _____. Política e gestão ambiental (des)Integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Ligia; FENZL, Norbert (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000. p. 117-170
- CÔRTEZ, Patrícia C. *Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CORREIA, Telma de B. De vila-operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, p. 83-98, maio, 2001.
- COSTA, Francisco de A. *Grande capital e agricultura na Amazônia: experiência da Ford no Tapajós*. Belém: UFPA, 1993.
- COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 7-10, 1987.
- DA ROS, José P. Perspectivas para o turismo rural no Amapá. *Revista Ciência e Sociedade*, Macapá, v. 3, n. 3, p. 107-120, 2006.
- DENCKER, Ada de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.
- DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIAZ, Maria Elena F. Políticas culturales para el desarrollo en un contexto mundializado. *Política y Cultura*, n. 26, p. 157-183, 2006.
- DIEGUES, Antonio C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DORANDINS, M.; SOUZA, C. A evolução política, demográfica e sócio-econômica do Amapá – Serra do Navio. In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Amapá – IBGE/AP*. Macapá, 2008.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. *Perspectiva*, São Paulo, v. 15, nº. 2, p. 1-12, 2001.

DRAIBE, Sonia. *Novas formas de política social*. NEPP-UNICAMP, 1996. (Mimeo).

DRUMMOND, J. A. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico – o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). *História, ciências, saúde – Mangueiras*, v. 6 (suplemento), p. 753-792, set. 2000.

_____; PEREIRA, Mariângela de A. P. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

FARAH, Flavio. *Vilas de mineração e barragens no Brasil: retrato de uma época*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *DICIONÁRIO AURÉLIO*. Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Ana M. V. A urbanização e segregação socioespacial em unidades de conservação como resultado do reencantamento mercadológico pela natureza: o caso da APA de Sosas e Joaquim Egidio (Campinas/SP). In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 8, 2008, Rio Claro. *Anais...* Rio Claro: UNESP, 2008. p. 1-15.

FIGUEIREDO, Silvio J. L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

_____. RUSCHMANN, Dóris Van de M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 7, n. 1, Belém, p. 155-188, 2004.

FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento: em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, nº. 21, p. 211-259, 2000.

GARDNER, K; LEWIS, D. Anthropologists within development. In: *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press (Ed.), 1996. p. 128-136.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Eduardo L dos S. *Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GÓMEZ, José Maria. Globalização da política – mitos, realidades e dilemas. *Praia vermelha – estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-48, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GUIA NET. *Mapa Amapá*. Disponível em: <http://www.guianet.com.br/ap/mapaap.htm>. Acesso em: 26 fev. 2009.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, ma-ag, 2006.

HALL, Peter; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, nº. 58, p. 193-223, 2003.

HASSLER, Márcio L. *Caminhos da Geografia*, Paraná, vol. 7, nº 15, p. 62-72, 2005, revista on line.

HOEBEL, E. Adamson. A natureza da cultura. In: SHAPIRO, Harry L. (Org.). *Homem, cultura e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

IBGE. SIDRA. *Banco de dados agregados*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap>. Acesso em: 03 jan. 2010.

_____. SIDRA. *Banco de dados agregados*. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br/sidra>> Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. AMAPÁ. *Histórico*. Macapá: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 30 ago. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. *Executivo concentra 79% dos empregados do setor público*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=13038&btImprimir=SIM>>, Acesso em: 03 jan. 2010.

JACOBI, Pedro. Impactos sócios ambientais urbanos: do risco à busca de sustentabilidade. In: MENDONÇA, Francisco. *Impactos sócios ambientais urbanos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. p. 169-184.

JACQUES, Clarisse C. *Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área da Mina do Projeto de Ferro Amapá (MMX)*. In: Projeto de Divulgação e Educação Patrimonial nos Municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Macapá: IEPA, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: IMAGO Ed. LTDA, 1976.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LAVENDOWSKI, Isabel; MORAES, Elaine; MOSCATELLI, Ricardo. *Gestão de unidades de conservação em regiões metropolitanas: o caso do parque natural do Pedroso – Santo André – SP*. São Paulo: USP, p. 2-11, 2009. Disponível em: http://www.usp.br/fau/eventos/paisagemeparticipacao/poderpublico/A03_pedroso.pdf Acesso em: Ago 2009.

LEFBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: MORAES, 1991.

LEVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: _____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976, p. 19-55.

LOURES, Robson F; ALMEIDA, Vinicius de C.; SALVIO, Geraldo M. M. Unidades de Conservação como alternativas para a preservação da floresta atlântica do município de Juiz de Fora – MG. In: Congresso de Ecologia do Brasil, 8, 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: CEB, 2007, p. 1-3.

LOUREIRO, Wilson. *O ICMS Ecológico: Um instrumento econômico de gestão ambiental aplicada aos municípios*. Disponível em: <<http://www.icmsecologico.org.br/index.php>> Acesso em 17 de dez de 2009.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política?* 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS/EDUSC, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental – um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luis O. *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MATHIS, Armin. Reflexões sobre a reforma do Estado na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia N. et al. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia – gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP, 2001, p. 121-136.

MATUS, Carlos. *Adeus senhor presidente – Planejamento, antiplanejamento e governo*. Recife: Editora Litteris, 1989.

MALAGRETI, Cyntia. *O legado das civilizações Maracá e Cunani: O Amapá revelando a sua identidade*. Amapá: SEBRAE/AP, 2006.

MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). *Brasil Visto do Espaço*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. Disponível em: <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br> Acesso em Out 2009.

MONTEIRO, Maurílio. *Mineração e metalurgia na Amazonia: contribuição da ecologia política a valorização de recursos minerais na região*. Belém, 2001. 534 f. Tese (Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

_____. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 6, n. 2, p. 113-168, dez. 2003.

_____. A mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 141-187, jun. 2005.

MORAIS, Paulo D.; MORAIS, Jurandir D. *O Amapá em perspectiva: uma abordagem histórico-geográfica*. Macapá: Gráfica J. M, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In: _____. (Org.); DESLANDES, Suely F; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: técnica, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MMX. *Histórico MMX*. Disponível em: http://ri.mmx.com.br/static/ptb/historico_perfil_corporativo.asp?language=ptb. Acesso em 18 de dez 2009.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. *Políticas públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Pólo Belém/ Costa Atlântica*. Belém, 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da C. *Introdução à ciência política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2006.

OBSERVATÓRIO SOCIAL – RELATÓRIO GERAL DE OBSERVAÇÃO. *A ICOMI no Amapá*. (s. l.): Observatório Social, 2003.

OLIVEIRA, Roberto C. *O trabalho antropológico: olhar, ouvir e escrever*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-36, 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OVERMUNDO. *Museu Sacaca*. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/guia/museu-sacaca-exposicao-a-ceu-aberto>. Acesso em: 07 jan. 2010.

- PANOSSO NETO, Alexandre. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.
- PERFIL DO AMAPÁ – *Político, histórico cultural e econômico*. Macapá: Ed. Gráfica do Jornal do Dia, 1998.
- PICANÇO, Estácio V. *Informações sobre a história do Amapá: 1500-1900*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.
- PINTO, Paulo M. *Unidades de Conservação, turismo e exclusão social no Parque Estadual Serra dos Martírios/ Andorinhas*. Belém, 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, n. 271, p. 1-35, 2007.
- PORTO, Jadson L. R. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000*. 2 ed. Macapá: Edição do autor, 2007.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.
- PEREIRA, Luis C. B. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração pública*, v. 34, nº 4, p. 1-19, 2000.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL – PROECOTUR: propostas de pré-instrumentos. Brasília: MMA/SCA, 1998.
- QUARESMA, Helena Doris de A. B. *O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de Proteção Ambiental de Algodual/Maiandeuá – PA*. Belém: NAEA, 2003.
- REVISTA ICOMI *Noticias*. Amapá. Maio, n. 5, 1969.
- REZENDE, F. D. C. Razões da crise de implementação do Estado-gerencial: desempenho versus ajuste fiscal. *Revista de sociologia e política*. vol. 19, p. 111-121, 2002.
- RIBEIRO, Benjamin A. *Vila de Serra do Navio: comunidade urbana na selva amazônica*. São Paulo: Pini, 1992.
- RODRIGUES, Roberta M. *Company towns e empresas de extração e transformação mineral na Amazônia oriental: especificidades, processos e transformações de um modelo urbanístico*. Belém, 2001. 158 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- ROSE, Alexandre T. de. *Turismo – planejamento e marketing*. São Paulo: Manole, 2002.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, Antonio C. R. dos. *Geografia do Amapá: a (re) produção do espaço amapaense e seus contrastes*. Macapá: Gráfica RVS, 2005.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SILVA, Gutemberg de V; PASTRANA, Jonas. Desenvolvimento local: algumas ações dinamizadoras do potencial turístico amapaense. *Revista Ciência e Sociedade*. Macapá v. 3, n. 3, p. 160- 177, 2006.

SILVA, Amélia R. da. Meio século de mineração na Amazônia: das ocorrências à diversificação concentrada. In: MENDES, Armando D. (Org.) *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 245 – 270.

SILVA, Maria O. da Silva e. (Org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVA, José B. da. *Unidades de Conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas*. Belém, 2007. 374 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Desenvolvimento do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SILVA, Maria O. da Silva e. (Org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVEIRA, Carlos E; PAIXÃO, Dario L. D; COBOS, Valdir J. Políticas públicas de turismo e a política no Brasil: singularidades e descontinuidades. *Ciência e Opinião*, Curitiba, v. 3. n. 1, p. 120-135, 2006.

SCHENINI, Pedro C; COSTA, Alexandre M; CASARIN, Vanessa W. Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: *Congresso brasileiro de cadastro técnico multifinalitário – COBRAC*. Florianópolis: UFSC, p. 1-7, 2004. Disponível em: http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/110.pdf. Acesso em: 12 Set 2007.

SCHRODER, Peter. Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma disciplina? *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 40, n. 2, p. 83-100, 1997.

SPEGLICH, Érica; BATISTA, Flávia R. de Q. (Org.). *Formação e capacitação do conselho consultivo: as experiências e os desafios no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque*. Amapá: ICMBio, 2008.

SIMONIAN, L. T. L. (Org.). Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá. Belém: UFPA-NAEA; MPEA, 2010. 516 p.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). *Populações e meio ambiente na pan-Amazônia*. Belém: Editora do NAEA/UFPA, 2007a. p. 25-44.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: NAEA/UFPA, 2007b. p. 15-52.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, p. 119-134, 2005.

_____; SILVA, José B. da; ANDRADE, Rosemary F; ALMEIDA, Ana Cristina P. C. de. Floresta Nacional do Amapá: breve histórico, políticas públicas e (in) sustentabilidade amazônica. *Papers do NAEA*, n. 167, Belém: NAEA, 2003.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Ligia; FENZL, Norbert. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP: UFPA/NAEA. 2000, p. 9-53.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 11-25.

SOCIOAMBIENTAL. *Caracterização socioambiental das unidades de conservação*. Disponível em: < <http://www.socioambiental.org/uc/807/ambiental> > Acesso em 21 de jan de 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº. 16, p. 20-45, 2006.

STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara Lima B. *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 51-80.

STRONZA, A. Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, CA, v. 30, p. 261-283, 2001.

TALAVERA, Agustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 1-17, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 04 Mai 2007.

TORRES, Pedro Medellín. *La política de las políticas públicas: proposta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad*. Santiago: CEPAL, 2004.

TOSSULINO, Márcia de G. P; MUCHAIHL, Mariese C.; CAMPOS, João B. A importância do correto enquadramento das unidades de conservação para a sua efetividade. In: CAMPOS et al. (Org.). *Unidades de Conservação: ações para a valorização da biodiversidade*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006, p. 259-277.

Unidade de Conservação da Natureza. Brasília: Senado Federal, Sub Secretaria de Edições Técnicas, 2008.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VALLEJO, Luiz Renato. *Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFF, 2007. p. 1-22, http://www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8.pdf. Acesso em: 12 set 2007.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antonio. Organização social do meio urbano. *Anuário antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 71-82, 1977.

VIDAL, Josep P. A realidade social é externa ao indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa. *Papers do NAEA*, Belém, NAEA, n. 203, 2006.

WERTHEIN, Jorge. Introdução. In: CANCLINI, Nestor Garcia. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 13-17.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – WTO. UNWTO. Tourism leaders call for supportive global policies. Disponível em: <http://www.unwto.org/indx.php>. Acesso em: 01 dez. 2009.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. 2 ed. São Paulo: EDUSC, 2003.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista com a poder público municipal.

**POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP**

Setor: Secretaria de Turismo do município.

Cargo: _____.

Entrevistado: _____.

Formação: _____.

1. Com relação especificamente ao turismo, qual a relação da secretaria com o governo do estado, neste caso representado pela Secretaria de Estado de Turismo do Amapá – SETUR? Que políticas públicas, ou ações as duas secretarias tem em comum? Existem, atualmente, alguns projetos previstos para a atividade turística? Se sim, quais?

2. Novamente com relação ao turismo, qual a relação da secretaria com o governo federal, neste caso representado pelo Ministério do Turismo, mas também pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e pelo Ministério da Cultura – MC? Que políticas públicas, ou ações a secretaria e os ministérios tem em comum? Existem, atualmente, alguns projetos previstos para a atividade turística? Se sim, quais?

3. Qual tem sido o papel da estrada de ferro quanto ao turismo em Serra do Navio? Como foi isto ao tempo da ICOMI e desde que a empresa saiu do cenário local?

4. Existe e qual a participação da sociedade civil organizada ou não nas questões relacionadas ao turismo?

APÊNDICE B – Entrevista com a poder público municipal.

**POLITICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP**

Setor: Secretaria de Cultura, Lazer, Esporte.

Cargo: _____.

Entrevistado: _____.

Formação: _____.

1. Com relação à questão da cultura, que tipos de ações são desenvolvidas com relação às manifestações de culturais do município? O senhor (a) sabe informar o que a ICOMI realizava de atividade cultural na época em que a cidade era vila mineradora? Tem material escrito, fotográfico, filmes a respeito?

2. Quanto à questão do patrimônio histórico arquitetônico da cidade, que atualmente está sendo tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN, qual a integração da secretaria com o IPHAN/ MC, que parcerias estão sendo feitas?

3. Sabe-se que a cidade de Serra do Navio está incluída no projeto da Fundação Serra do Navio – FSN, qual a participação da secretaria nos projetos desenvolvidos pela Fundação?

4. Com a idealização destes projetos (tombamento do IPHAN, FSN) existe alguma proposta voltada para o turismo, no segmento cultural, da secretaria com estes?

5. E como agora já são duas UC municipais em SN, a Secretaria tem alguma articulação com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente acerca de turismo e cultura?

6. E ao tempo da administração do atual, teve algo especial quanto à conservação dos recursos naturais e a turismo cultural?

APÊNDICE C – Entrevista com o poder público estadual.

**POLITICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP**

Setor: Fundação Serra do Navio – FSN.

Cargo: _____.

Entrevistado: _____.

Formação: _____.

1. Quais foram os questionamentos que levaram à criação da Fundação Serra do Navio? Que outros parceiros foram idealizadores desta fundação? A sua gestão está ligada a que grupo econômico, político ou social do Amapá?

2. Como vai funcionar a estrutura da Fundação? Que áreas serão contempladas com as ações desta?

3. Qual a relação da Fundação com a SETUR? Vai existir algum projeto especificamente relacionado com a atividade turística? Vai ser na área ambiental ou cultural? Se sim, qual?

4. A fundação vai articular com o setor público municipal, o privado e a sociedade civil organizada de SN?

5 Qual é a fonte de recursos da FSN?

6. Como a FSN está pensando a questão da criação recente da UC municipal em SN?

APÊNDICE D – Questionário econômico e sociocultural com a comunidade
POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS EM
SERRA DO NAVIO, AP

Data: _____ Local: _____

Pesquisado: _____

Perfil do pesquisado:

1. Sexo: Masculino () Feminino ()
 2. Idade: De 20 a 30 anos () De 40 a 60 anos () Mais de 60 anos ()
 3. Escolaridade:
 1º Grau: Completo () Incompleto () 2º Grau: Completo () Incompleto ()
 3º Grau: Completo () Incompleto () Outros: _____
 4. Renda familiar: De 1 a 3 SM () De 3 a 5 SM () Mais de 5 SM ()
 5. Ocupação atual: _____
 6. Naturalidade: _____

7. O senhor (a) foi funcionário da ICOMI? Sim () Não ()

Se sim,

() Foi demitido

() Aposentado

Se não, como chegou a Serra do Navio?

() Parentes que trabalhavam na empresa

() Procura de emprego na cidade

() Outros motivos: _____

8. Quais os aspectos, o senhor (a) acha que mais mudou na cidade desde a sua transformação de cidade-empresa para município?

() Saúde () Transporte () Educação () Emprego () Lazer

Destes citados, qual ou quais, ainda permanecem como na época da ICOMI?

9. O senhor (a) já participou de alguma atividade ligada à cultura no município?

() Sim, qual? _____

() Não

10. Para o senhor (a) que características da cultura da cidade-empresa ainda permanecem atualmente?

() Danças () Músicas () Artesanato () Festas/ Eventos

11. Quais os atrativos naturais mais significativos, na sua opinião, do município de Serra do Navio?

() Igarapés () Lagos () Floresta () Parques Cancao/ Tumucumaque

12. O senhor (a) ouviu falar do Parque Natural Municipal do Cancão?

() Sim, como que sabe sobre ele? _____

() Não

13. O senhor (a) já ouviu falar e/ ou participou de ações que envolvem o turismo no município?

() Sim Se sim, quais? _____

() Não

14. Quanto à atividade turística, o senhor (a) acredita que o turismo pode ser um instrumento de desenvolvimento para a cidade de Serra do Navio? Se sim, por que?

() Não

APÊNDICE E – Entrevista com o setor privado

POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP

Data: _____ Local: _____
Pesquisado: _____

1. Como o senhor (a) vê o desenvolvimento da atividade turística no município?
2. Existe alguma parceira em projetos e/ou trabalhos de sua empresa com o poder público municipal?
3. Como o senhor vê os projetos do governo do estado, através da SETUR, da Fundação Serra do Navio, que incentivam a atividade turística na cidade?
4. Que produtos o senhor (a) oferece como turísticos? E quais os atrativos turísticos mais significativos da cidade e do município em sua visão como empreendedor? Qual deveria ser incentivado e por quê?
5. O senhor (a) vê algum potencial turístico em relação à UC municipal recentemente criada em SN?

APÊNDICE F – Entrevista com o poder público municipal.

**POLITICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP**

Setor: Secretaria de Meio Ambiente.

Cargo: _____.

Entrevistado: _____.

Formação: _____.

1. O senhor (a) tem informações de como eram pensadas as ações que envolviam as questões relacionadas ao meio ambiente ao turismo no município, quando Serra do Navio era uma cidade-empresa (*company town*)? E atualmente, como município, que tipos de ações estão sendo feitas hoje nessas duas áreas?

2. A considerar-se as parcerias, qual a relação da secretaria com o governo do estadual, neste caso com a Secretaria de Meio Ambiente do Amapá – SEMMA, assim como com o Ministério do Ambiente – MMA, existe políticas e/ou programas entre a secretaria municipal e estas duas esferas?

3. Como está atualmente a relação da secretaria com o IBAMA, tanto com o governo federal, estadual, quanto aqui em Serra do Navio, através da coordenação do Parque Nacional do Tumucumaque?

4. Sabe-se que Serra do Navio possui uma das primeiras propostas de UC municipal do Norte do Brasil, que participação a comunidade teve na concepção desta proposta e como a secretaria está pensando ações, junto com o governo estadual, para a dinamização do Parque Natural Municipal do Cancão?

APÊNDICE G – Entrevista com o poder público municipal.

**POLITICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP**

Setor: Prefeitura Municipal de Serra do Navio.

Cargo: _____.

Entrevistado: _____.

Formação: _____.

1. Conte um pouco da sua história, sua naturalidade, participação político-social na cidade, como chegou ao cargo público no município?

2. O senhor (a) que viveu em Serra antes de se tornar município, como o senhor (a) vê essa transformação, de cidade-empresa, para município, que aspectos, tanto positivas como negativas, o senhor (a) vê nesta transição?

3. Quanto a questão do patrimônio deixado pela ICOMI, quais os existentes? É possível ter acesso a estes materiais, documentos etc.?

4. Como a prefeitura vê atualmente a questão do meio ambiente, da cultura e do turismo em Serra do Navio, o governo atual prioriza estes setores? que políticas estão sendo pensadas para essas três áreas?

5. O senhor (a) pode fazer um panorama do governo até os dias atuais, e para o futuro do município?

APÊNDICE H – Entrevista com a comunidade.

**POLITICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP**

Entrevistado: _____.
Formação: _____.
Nascimento: _____ Ocupação atual: _____.
Naturalidade: _____.

1. Como e quando o senhor chegou à Serra do Navio?
2. Destaque um ou mais momentos, ou fatos, positivos ou negativos que o senhor (a) lembra da época que Serra do Navio era uma cidade-empresa?
3. Como era viver, morar e trabalhar numa vila mineradora? Como era a relação da ICOMI com os funcionários? Existia domínio da empresa sobre os empregados, como era isso?
4. O senhor (a) sentia falta de algo que não havia na época da vila? Do que o senhor (a) sentia falta?
5. Como eram as no trem viagens para Serra do Navio, existiam outros meios de transporte para local? E a comunicação como era?
6. Fazendo um retorno ao passado o que o senhor (a) sente mais falta daquele período? O senhor (a) acha que a história do município deve ser preservada pelo poder municipal, através, por exemplo, da secretaria de cultura?

APÊNDICE I – Poder público Estadual

POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS EM SERRA DO NAVIO, AP

Entrevistado: _____.

Ocupação atual: _____.

1. Nome completo, naturalidade, formação profissional e onde a senhora atuou antes da SETUR?
2. Secretária, quais são as principais ações de políticas públicas que estão sendo desenvolvidas hoje pela SETUR? A senhora pode nos fazer um balanço da sua gestão?
3. Na sua experiência na área, e agora na direção da secretaria, quais são os pontos mais críticos que a senhora vê atualmente como entrave no desenvolvimento do turismo no estado?
4. Quanto a cultura e ao meio ambiente que são bastante importantes para o Estado, a senhora vê essas duas categorias como pontos principais para o turismo no estado? Por quê?
5. Quanto a Serra do Navio, a senhora pode fazer um balanço sobre os pontos positivos e negativos da cidade, enquanto possível produto turístico para o estado?